

JÉSSICA SBROGLIA DA SILVA

Mercados institucionais e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Dissertação submetida ao Programa Pós-Graduação de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em 2019.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Ignez Paulilo - UFSC

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

da Silva, Jéssica Sbroglia
Mercados institucionais e a participação
feminina: análise do Programa de Aquisição de
Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de
Alimentação Escolar (PNAE) / Jéssica Sbroglia da
Silva ; orientador, Maria Ignez Silveira Paulilo,
2019.

141 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Agricultura Familiar.
3. Mercados Institucionais. 4. Mulheres Rurais. 5.
Políticas Públicas. I. Silveira Paulilo, Maria Ignez
. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III.
Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

**“Mercados Institucionais e a participação feminina:
análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e
do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).”**

Jéssica Sbroglia da Silva

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final
pela Orientadora e pelos demais membros da Banca
Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr.^a Maria Ignez Silveira Paulilo
(PPGSP/UFSC)
Orientadora/Presidente

Prof. Dr.^a Elizabeth Farias da Silva
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella
(UFSC/PPG em Agroecossistemas)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PPGSP/UFSC

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO DE 2019.

Jéssica Sbroglia da Silva

Mercados institucionais e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2019.

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Ignez Silveira Paulilo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ademir Cazella
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado às minhas avós e à minha mãe, que enquanto agricultoras influenciaram profundamente minha história como pessoa e pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

*Gostaria primeiramente de agradecer a **Deus**, pela força que me deste e por ter me sustentando até aqui em mais uma conquista.*

Aos meus pais por todo apoio emocional e financeiro que recebi e venho recebendo referente aos meus estudos.

Ao meu noivo que esteve comigo todos esses momentos, me apoiando financeiramente e acreditando na minha capacidade de concluir uma dissertação, ainda que muitas vezes eu descreditasse de mim.

A minha orientadora Maria Ignez Paulilo, que além de uma excelente profissional, na qual me espelho, tem um coração generoso com todos seus orientandos, sempre disposta a nos ajudar.

Ao Coordenador Professor Ernesto Seidl e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, por todo o profissionalismo e competência que garantem a qualidade do curso.

Aos meus colegas de mestrado, com quem tive o prazer de compartilhar momentos de debate e descontração, principalmente ao meu amigo Gustavo.

Aos meus amigos do Brasil e os que fiz no Canadá, durante meu estágio de pesquisa de 06 meses, na Université de Montréal: Dani, Paloma, Véronique, Griss, Binho, Nevicia, Tulio e Bastien, meus mais sinceros agradecimentos. Amo todos vocês!

A professora Ingrid Hall, do Departamento de Antropologia, também da Université de Montreal, que foi minha supervisora de estágio durante o período no Canadá.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

Ao Núcleo de Estudos Sobre a Agricultura Familiar (NAF) e a todos meus colegas que dividiram comigo esse espaço de conhecimentos e descontração! Levarei vocês no meu coração.

E a todos que contribuíram de forma direta e indireta me ajudaram e me apoiaram até aqui. Muito obrigada!

RESUMO

Mercados institucionais e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)

A dissertação pretende refletir de que forma as mulheres rurais vem acessando os mercados institucionais para a agricultura familiar, através da análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Os mercados institucionais são destinados à compra de alimentos da agricultura familiar e o fornecimento destes à população considerada em situação de insegurança alimentar e nutricional. Na última década essas políticas públicas têm sido redesenhadas de maneira a assegurar a participação das mulheres rurais, principalmente no tocante a garantia de renda. Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas, junto às agricultoras da cooperativa Cooperfamiliar, sediada no município de Chapecó, no Oeste Catarinense. A principal conclusão é que as mulheres acessam essas políticas públicas de acordo mais com uma lógica de reprodução familiar (Chayanov, 1974), do que como uma iniciativa individual. A possibilidade de elevar os rendimentos da família aparece, então, como principal motivador em detrimento de um objetivo de ganho pessoal.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mercados Institucionais. Mulheres Rurais. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Institutional Markets and women participation: Analysis of the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE)

These thesis aims to reflect how rural women access Institutional Markets for Family Agriculture, by analyzing the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE). Institutional markets to purchase food from family agriculture and the supply it of population affected by food insecurity and malnutrition. In the last decade, these public policies have been redesigned in such a way as to ensure the participation of rural women, especially with regard to guaranteeing individual income. A case study, with semi-structured interviews, was carried out with the farmers' women of the *Cooperfamiliar* cooperative, based in the city of *Chapecó*, in the west of Santa Catarina, Brazil. The main conclusion is that women access these public policies according to a logic of family reproduction (Chayanov, 1974), more than as an individual initiative. The possibility of raising family incomes then appears as the primary motivator to the detriment of a goal of personal gain.

Key-words: Institutional Markets for Family Agriculture. Rural Women. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Introdução

Figura 1. Localização do Município de Chapecó	18
--	----

LISTA DE QUADROS

Capítulo 01

Quadro 01. Agricultores Familiares implicados no PRONAF/PAA e PNAE e outros programas sociais..... 43

Quadro 02. Quadro síntese das modalidades de execução do PAA em 2014 51

Capítulo 03

Quadro 03. Participantes do PAA/SC Cooperativa Cooperfamiliar, entre 2010 e 2016, na Modalidade Compra com Doação Simultânea via Conab 116

Quadro 04. Alimentos produzidos e comercializados pelas agricultoras entrevistadas 124

LISTA DE SIGLAS

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

BME – Burocratas de Médio Escalão

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CRESOL – Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CONAB – Companhia Nacional do Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERFAMILIAR – Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar

CPT – Comissão Pastoral da Terra **CUT**

– Central Única dos trabalhadores **DAP**

– Declaração de Aptidão ao Pronaf

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ES – Economia Solidária

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MAPA – Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

NAF - Núcleo de Estudos Sobre a Agricultura familiar

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 01 – AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	
1. Debate teórico: Agricultura Familiar, Campesinato e Pequenos Produtores.....	24
2. Movimentos Sociais no campo: relações com agricultores familiares, camponeses e pequenos produtores.....	31
3. O que é uma política pública: definição conceitual.....	36
4. Políticas Públicas para o mundo rural.....	37
4.1 As referências das políticas públicas para o campo.....	37
4.2 As “três gerações” de políticas públicas para o campo.....	40
4.3 A criação dos Mercados Institucionais de Alimentos.....	44
5. O PNAE e o PAA como expressão dos mercados institucionais.....	46
5.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	46
5.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	49
5. Gênero e Políticas Públicas.....	53
CAPÍTULO 02 – AS RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA.....	
1. Crítica feminista à ciência ou ciência feminista?.....	59
1.2 Objetividade e “posicionalidade” do conhecimento feminista.....	62
2. Imbricações entre Classe, Gênero e Raça.....	64
2.1 Gênero e Geração: situando a pesquisa.....	66
3. Feminismo urbano e feminismo rural: autonomia e empoderamento ...	72
3.1 Autonomia e Empoderamento.....	78
4. A avaliação de políticas públicas através do conceito de experiência...	80

CAPÍTULO 03 – PAA E PNAE: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
DA COOPERATIVA COOPERFAMILIAR

1. Região Sul	84
1.2 Santa Catarina: Região Oeste.....	84
2. Cooperfamiliar.....	86
2.1 Descrição	86
2.2 Mulheres rurais da Cooperfamiliar	88
2.3 Formas de Comercialização da Cooperfamiliar: PAA e PNAE	89
2.4 Cooperativismo “empresarial” e a Economia Solidária	90
2.5 Fomento das agroindústrias	94
3. Movimentos Sociais no campo de mulheres rurais	96
3.1 Agroecologia e Feminismo	96
3.2 PAA e PNAE: qual o impacto dos movimentos sociais?	99
4. Autoconsumo e produção de “excedentes”.....	104
5. Produção feminina: as hortas e os quintais produtivos.....	109
6. Trabalho reprodutivo: a “ajuda”	112
7. Avaliação de Políticas Públicas: PAA e PNAE	114
7.1 A política pública em ação: o PAA e o PNAE.....	114
7.3. A Experiência das Agricultoras	120
7.5 Comercialização e renda	125
CONCLUSÕES	131
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

“Trabalho de mulher não vale nada”!

Essa frase pode soar alarmante para a o início de uma dissertação, bem como parece ter saído da boca de alguém que viveu pelo menos 100 anos atrás. Porém, ela foi proferida pelo meu avô paterno há menos de 20 anos, na ocasião que ainda trabalhava como meeiro num sítio produtor de café no norte do Paraná.

Desde pequena tenho ouvido as histórias dos meus pais, tios (as) e avós que foram agricultores (as) durante anos e compartilhavam em conversas informais as vivências da vida sofrida no campo. Entre esses relatos os que certamente me chamaram a atenção foram os das minhas tias, avós e, sobretudo, minha mãe. Ela, única filha entre sete irmãos, começou a trabalhar aos sete anos de idade, sendo responsável pela limpeza (de uma casa de 14 cômodos), fazer as refeições (que incluía o almoço pronto às 09 da manhã), além de ficar responsável por cuidar de alimentar os animais (vacas, galinhas e porcos) e ter que mexer o café todas as tardes no que era chamado de “terreirão”. Segundo ela, uma vida que nunca desejou para mim: ser feita de empregada.

Minhas tias paternas e avós guardam histórias semelhantes, como a privação de qualquer renda ainda que trabalhasse “igual homem”, tendo dupla jornada de trabalho, ao realizar todos os serviços domésticos e “ajudar” na roça. Longe de qualquer sentimento “apelativo” ou de piedade que esses relatos possam evocar, minha intenção principal é mostrar como o tema da dissertação está intimamente ligado à minha biografia como estudante e pesquisadora há quase 10 anos, do universo rural, desde que comecei minha graduação em 2009 na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

A motivação da minha pesquisa começou com o interesse no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu desenho inovador de fortalecer a segurança alimentar e fomentar a comercialização de alimentos da agricultura familiar. Tive conhecimento do programa ainda no fim da graduação em 2015, quando já havia transferido meu curso para a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Quando ingressei no mestrado no ano de 2016, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e comecei a participar do Núcleo de

Estudos sobre a Agricultura Familiar (NAF), sob a orientação da professora Maria Inez Paulilo, me deparei com os estudos de gênero em contextos rurais e tive a ideia de pesquisar o PAA e a participação das mulheres rurais.

A partir da revisão bibliográfica sobre o PAA, conheci o estudo de Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão na ocasião da publicação de comemoração aos 10 anos do programa em 2013. Nele, as autoras fizeram um levantamento nacional da modalidade compra com doação simultânea¹, que era a mais expressiva em termos de participação feminina e que operava em todo país. Os estudos de casos apontaram que, embora seja bastante significativa a inclusão de produtos “da esfera feminina” no programa, o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras, ou seja, o percentual de nomes e CPFs de mulheres titulares de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)² nos contratos estão aquém da quantidade de força de trabalho feminina empregada na sua produção (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.172).

Percentualmente o número de mulheres participantes eram maiores no norte e no nordeste do país, Santa Catarina era o sexto estado com menos participação: 25% no total dos contratos, ficando na frente apenas dos Estados do Amapá (23%), Espírito Santo (21%), Mato Grosso (23%), Paraná (22%) e Rio de Janeiro (20%), no ano de 2012.

Apesar dos dados serem do ano de 2012, este era um dos trabalhos mais abrangentes sobre o programa e a participação das agricultoras. Nesse sentido a minha pergunta de pesquisa inicial era: por que Santa Catarina tem esse baixo percentual de participação feminina no programa, sendo considerado um estado por “excelência” de agricultura familiar? Segundo o censo agropecuário de 2006³, 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros eram de agricultores familiares e em Santa Catarina essa participação era ainda mais significativa, com 87%.

Pude observar também que havia uma quantidade expressiva de estudos sobre a dificuldade de acesso das mulheres ao PAA, e um número pouco menor de pesquisas que analisavam a participação das mulheres neste programa. Decidi pelo segundo recorte de pesquisa, tentando entender se a participação formal nos contratos refletia uma participação real das mulheres, isto é, ao ter seu nome assegurado como

¹ O programa conta com seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques, Compra Direta, PAA Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

² Este documento qualifica o agricultor (a) como pertencente à agricultura familiar.

³ Este era o ano do censo mais atualizado no começo da minha pesquisa em 2016, sendo o mais recente publicado em 2017.

fornecedora ao programa, havia uma contrapartida onde elas tinham mais participação nos processos decisórios dentro da família?

Com essa questão definida, o instrumental metodológico utilizado consistiu no uso de técnicas de investigação de caráter eminentemente qualitativo. As primeiras entrevistas foram realizadas em maio de 2017 com técnicos e gestores do programa no estado catarinense, como a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), além de professores da UFSC que estudavam (ou estudaram) o programa no estado.

Depois dessa coleta inicial de dados, os gestores e técnicos apontaram algumas cooperativas que se destacavam no estado pela participação ao PAA, na modalidade compra com doação simultânea⁴ (que foi meu recorte de pesquisa). As cooperativas se localizavam na mesorregião Serrana e na região do Oeste Catarinense, ambas representadas pelos municípios de Lages e Chapecó. Entre essas duas, a segunda foi a mais indicada nas entrevistas, sendo participante do programa desde que este iniciou sua atuação no estado em 2005, portanto há mais de 10 anos em 2016. As duas cooperativas e respectivos municípios estão associadas às ações de duas ONG: Vianeí (Lages) e Apaco (Chapecó).

A Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar), sediada em Chapecó (Figura 01), foi o *lócus* de pesquisa escolhido. Ela foi fundada em 1995 e inicialmente tinha como objetivo a comercialização do leite. Havia muita produção na região e diante de uma grande crise os (as) agricultores (as) resolveram se unir para cria-la. Tem também, como objetivo secundário, a compra de insumos, como sementes, adubos, materiais e etc. Eram 304 famílias associadas em 2016, mas somente 235 estavam com a DAP ativa, isto é, estavam participando de algum programa, governamental ou não, ou ações de comercialização e produção promovida pela cooperativa.

⁴ Essa modalidade objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ou estados ou municípios, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Quando operacionalizada pela Conab os agricultores (as) devem obrigatoriamente estar organizados em cooperativas.

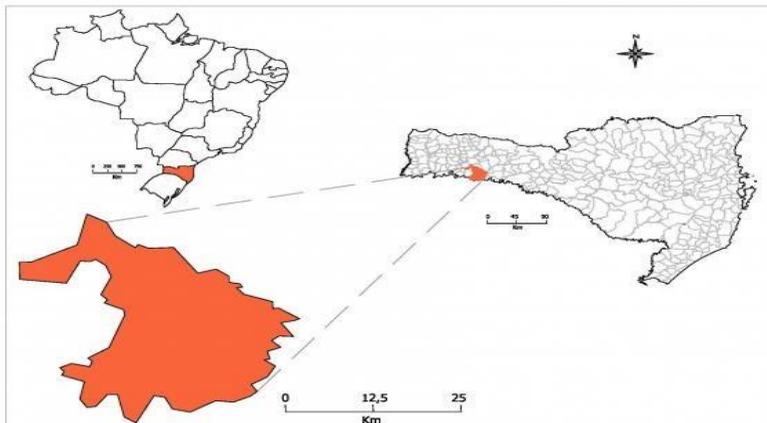


Figura 1: Localização do município de Chapecó. Fonte: IBGE, Org. Moraes, C. (2014).

A primeira etapa de campo foi realizada em julho de 2017. Nessa ocasião foram entrevistadas a engenheira agrônoma responsável e a presidente da cooperativa. Além disso, conheci alguns pontos de feiras onde os (as) agricultores (as) comercializavam seus produtos e participei por dois dias do encerramento do curso de formação para a juventude rural, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFs) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF). Neste evento estavam presentes as duas jovens citadas e algumas agricultoras que entrevistei *a posteriori*.

Após o retorno da minha primeira pesquisa de campo, realizei a qualificação do meu projeto de pesquisa em agosto de 2017. Recebi como sugestão da banca de avaliação que, ao invés de ter como recorte de pesquisa apenas o PAA, eu pesquisasse também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois ambos constituíam os chamados Mercados Institucionais à Agricultura Familiar.

Os mercados institucionais foram criados pelo governo brasileiro, com regras e estrutura previamente definidas, visando fomentar a comercialização de alimentos provindos da agricultura familiar. Eles estão no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ) criado em 2003, que representa o marco fundamental de políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar. O PFZ contempla três grandes linhas de atuação: políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais (Becker e Sacco, 2015, p.148).

O PAA foi criado em 2003 como um programa intersetorial, tendo sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e

implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil. Visa abastecer redes socioassistenciais e equipamentos públicos de alimentação, como albergues, asilos, cozinhas comunitárias, hospitais, restaurantes populares e orfanatos, por exemplo.

Já o PNAE é um programa que teve suas ideias iniciais na década 1930, quando a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país (Peixinho, 2013). Nas décadas posteriores apresentou-se um programa de alimentação escolar sob a responsabilidade do Estado, sendo adotado em 1979 o nome atual. Porém, é em 1988 com a promulgação da Constituição que a merenda escolar passa a ser universalizada a todos os alunos do ensino fundamental das redes estaduais e municipais de ensino. Josué de Castro, médico de formação, mas que se tornou um dos principais pensadores da Geografia brasileira foi o principal mentor da merenda escolar como mecanismo de alívio à fome, sobretudo de crianças. Em seu mais célebre livro *A geografia da Fome* (1964) ele rompeu com a ideia de que o problema da fome fosse a escassez alimentar e o aumento populacional, mas sim a desigualdade da distribuição das riquezas.

O ano mais importante dessa política pública para a agricultura familiar foi em 2009, com a Lei nº 11.947 de 16 de junho. Segundo este dispositivo legal, as escolas da rede pública de ensino, que recebem repasses financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devem destinar no mínimo 30% do volume total de recursos correspondentes à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou de suas organizações (Becker e Sacco, 2015).

O meu recorte de pesquisa foi assim redefinido para a seguinte problemática: como as mulheres associadas à Cooperfamiliar acessam aos Mercados Institucionais para Agricultura Familiar? A intenção era qualificar essa participação a fim de responder às seguintes questões: 1- Elas têm mais espaço de decisão no âmbito familiar (o que e quando plantar e o emprego do dinheiro) uma vez que contribuem financeiramente na casa com a renda desses programas? 2- Elas participam de reuniões e capacitação oferecidas pela cooperativa sobre o PAA e o PNAE? 3- Como elas percebem as políticas públicas: uma conquista dos movimentos no campo ou o resultado de uma abertura institucional mais favorável? 4- Qual a relação que elas têm com os movimentos sociais (especialmente o de mulheres)?

Para tentar responder ao objetivo principal (como as mulheres participam), a questão central foi então esmiuçada em perguntas menores, que se traduzem como objetivos específicos expostos acima. Na segunda visita de campo, em setembro de 2017, entrevistei novamente a engenheira agrônoma e a secretária da cooperativa, que através do cruzamento de dados identificaram doze mulheres que participavam tanto do PAA quanto do PNAE no ano de 2016 (número, por sinal, quase inexpressivo em relação às 235 famílias com a DAP ativa).

Dessa amostra de doze mulheres, dez participavam de fato (sendo que as outras duas apenas “emprestaram” seus nomes para filhos ou genros). Dessas dez, sete aceitaram conceder entrevistas e outras três não foram localizadas. As idades variavam de dezessete a 63 anos, portanto havia um recorte geracional de jovens a idosas. Todas eram mulheres brancas e descendentes de italianos, além de trabalharem em sistema agroecológico e serem consideradas agricultoras “consolidadas”, com renda bruta de até R\$360.000,00 anual, segundo a categorização do Pronaf.

Dentre as sete mulheres entrevistadas, pelo menos quatro tinham algum tipo de renda individual, que provinha de aposentadorias, pensões por viuvez e recebimento de diária em associações. As outras três não detinham nenhuma fonte de renda, incluindo as duas jovens (uma delas recebia apenas o reembolso do dinheiro que utilizava para ministrar cursos de formação). Referente ao dinheiro que provinha do PAA e do PNAE, duas o acessavam diretamente, pois eram coordenadoras de uma agroindústria que contratava mão-de-obra assalariada e elas pertenciam à mesma família. As outras cinco não administravam o dinheiro diretamente, ficando a cargo dos maridos, ou pais (no caso das jovens), decidir como investir essa renda.

Quando foram questionadas sobre o porquê de decidirem participar dos programas, a resposta apareceu quase de forma unânime: permitir o aumento da renda familiar. Esse foi o fio condutor da dissertação, apontando que a participação da mulher nessas políticas públicas, não surge como uma possibilidade de ganho pessoal, mas para o aumento da renda da família. Nesse sentido, a lógica da política pública é frequentemente elaborada de forma a pensar a mulher com uma racionalidade individual, ao passo que nos contextos rurais, a configuração familiar em que a mulher está inserida, está pautada por uma lógica coletiva.

Esta “lógica coletiva” advém da teoria das unidades produtivas familiares, desenvolvida por Chayanov (1974), que se aplica tanto a

contextos urbanos como rurais. Nesse tipo de organização, a gestão da unidade produtiva é feita pela família, por isso a renda é percebida como indivisível. Isso não significa, contudo, um pensamento simplista, onde as mulheres rurais tem sempre “uma lógica coletiva”, mas deve se observar o contexto onde ela está inserida.

Distingui essa diferença, nomeando uma delas como “lógica da política pública” e “lógica familiar”. Com isso quero dizer que, mesmo tendo como pressuposto que para a autonomia da mulher seja necessário algum tipo de renda própria, considerá-la descolada do âmbito familiar, pode gerar distorções dentro dos objetivos da política pública: ela acessa os programas, mas não tem participação na renda. A questão seria então como democratizar essa participação dentro do âmbito familiar, de maneira que as levasse a ter mais poder de decisão sobre como empregar os recursos, quanto à produção agrícola ou para aquisição de bens materiais.

É claro que as dificuldades do real acesso ao PAA e PNAE não é devido apenas à gestão familiar, mas quando olhamos para o nível micro de análise, esse aspecto foi o que se destacou. Além disso, cada uma tende a ter uma percepção sobre as políticas públicas de acordo com seu engajamento social, seja em movimentos de mulheres no campo ou dentro das cooperativas e associações da agricultura familiar. Portanto, temos tanto noções de que os mercados institucionais são “boas opções à comercialização da agricultura familiar, embora não indispensáveis”, quanto que “devem lutar por estes programas por ser fruto da luta das agricultoras”.

Já no contexto da política nacional, ambos os programas vem perdendo espaço desde o golpe de 2016 pelo governo de Michel Temer. Foi extinta a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), ligado ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, diminuído as preocupações e enfoques adotados nos processos de elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no meio rural. As mulheres rurais, em particular, perdem espaço na nova plataforma de governo, que é representada pela retomada de uma agenda neoliberal na qual o papel da mulher é visto como secundário em relação à sociedade e à economia (Hora, 2018).

Com um rearranjo administrativo inicial confuso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tornou-se Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, incorporando as funções do antigo MDA. Doravante, após diferentes pressões e conflitos internos sobre a

agenda do ministério, criou-se a Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (Sead). No atual desenho da Sead, a DPMR, passa a existir de forma limitada, perdendo grande parte de suas atribuições.

Uma das qualidades que garantia interlocução da DPMR no antigo MDA era estar situada na Secretaria Executiva. Institucionalmente, este *lôcus* de existência permitia-lhe participar ativamente de diferentes espaços de gestão da política pública dentro do MDA, de seus órgãos subordinados e das articulações intragovernamentais.

O Golpe de 2016 representou o fim de um ciclo e um formato de elaboração de política. Infelizmente, para a agricultura familiar e especialmente para as mulheres rurais, o novo presidente da república Jair Bolsonaro, que tomou posse nesse ano de 2019, também não tem plano de governo que atenda essa categoria. Além da extinção do MDA ser permanente, o Ministério do Ambiente quase foi extinto (e ainda corre risco ao decorrer do mandato), a reforma agrária no país foi paralisada e a demarcação de terras indígenas e quilombolas foi retirada do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e atribuída ao Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), historicamente aliado ao agronegócio e à bancada ruralista no congresso, a qual saiu ainda mais fortalecida nessa eleição. O que restou do MDA, também foi atribuído a esse ministério.

Mesmo o contexto político não sendo favorável, neste ano haverá a Marcha das Margaridas, que reúne vários movimentos de mulheres no campo que vão até Brasília a cada quatro anos na luta pelos direitos e pautas das agricultoras, indígenas, marisqueiras, quilombolas e ribeirinhas, enfim as mulheres do campo, das águas e das florestas. A luta das mulheres se faz ainda mais necessária, sobretudo no atual governo, que não acena para nenhuma política que as envolva e que, pelo contrário, as limita. A última medida foi igualar a idade de aposentadoria das mulheres rurais com as dos homens (60 anos), e estender para 20 anos a contribuição previdenciária.

Por fim, temos a estrutura da dissertação, que além dessa introdução contem mais três capítulos e a conclusão. No primeiro, discute-se os conceitos de agricultura familiar, campesinato e pequena produção. Em seguida, sobre os movimentos sociais no campo. Finalizando o capítulo, o histórico das políticas públicas para o campo, em específico as específicas para as mulheres rurais.

No segundo capítulo, discute-se a noção de ciência feminista, situando este trabalho dentro desse viés. Faço a discussão sobre a

“*posicionalidade*” do conhecimento feminista, trazendo os conceitos de *interseccionalidade* e *consustancialidade*, como classe, raça, gênero e geração. Discuto também sobre as especificidades do feminismo “urbano” e “rural”, esclarecendo algumas diferenças basilares nas pautas de luta, como: a alimentação, meio ambiente e a agroecologia. Há também uma breve análise dos conceitos de empoderamento e autonomia, caro às lutas e teorias feministas, terminando com a explanação da análise de políticas públicas, baseada no conceito de *experiência* segundo Joan Scott (1999).

No terceiro capítulo, trago as análises das entrevistas, mostrando como as agricultoras avaliam sua participação no PAA e no PNAE. As imbricações com os movimentos sociais no campo, a discussão sobre agroecologia e sua importância para a produção de alimentos saudáveis. Também faço uma breve discussão sobre cooperativismo e qual a diferença entre as cooperativas empresariais e as da agricultura familiar, dentro da chamada Economia Solidária (ES).

Por fim, na conclusão aponto que não há como falar em autonomia absoluta ou “nula” das mulheres dentro dessas políticas, mas a existência de gradações que se mostram mais ou menos abertas à participação feminina, segundo os arranjos institucionais e familiares existentes. O cerne da questão é que se a agricultora não pode ser desvinculada da “lógica da família”, o que deveria ser pensado é como democratizar a participação da mulher na gestão familiar, que incluísse também as jovens rurais nos processos decisórios, seja concernente ao aspecto produtivo (o quê, como e quando plantar) e financeiro (de que forma obter e onde empregar os recursos), para aperfeiçoar a qualidade de vida de todos os membros da família.

CAPÍTULO 01 – AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Debate teórico: Agricultura Familiar, Campesinato e Pequenos Produtores

A agricultura familiar, enquanto forma de produzir e viver no meio rural, tem sido contraposta à agricultura de base patronal, ou o chamado agronegócio. Porém é preciso lembrar, o conceito de agricultura familiar abarca uma multiplicidade de maneiras de organização social e produção.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o agronegócio está baseado num modelo agroexportador, principalmente de produtos primários, ou *commodities*, como, por exemplo, algodão, café, milho, soja, suco de laranja e a pecuária extensiva e intensiva (suíno e aves). Além disso, ocupa grandes extensões de terras, empregando alto nível tecnológico e utilizando em grande parte mão-de-obra assalariada. Já a agricultura familiar, de modo geral, caracteriza-se por ocupar pequenas extensões de terra, a força de trabalho ser basicamente familiar, produzindo para o autoconsumo e a comercialização com mercados locais e regionais. Porém, parte da agricultura familiar também participa do agronegócio, com destaque para produção de aves, fumicultura, mesmo soja e café, ainda que em escala reduzida.

O termo agricultura familiar ganhou relevância com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996⁵. O Pronaf tinha como principal objetivo a concessão de crédito rural para os agricultores e agricultoras que pretendiam investir na modernização de suas unidades produtivas e em suas despesas operacionais. O programa estabeleceu uma definição de agricultura familiar e dos grupos que poderiam ser beneficiados. O principal objetivo era impulsionar para o mercado os agricultores e agricultoras familiares que apresentassem o “mínimo” de condições produtivas.

O Pronaf, ao mesmo tempo em que reconheceu esta categoria social, atribuiu-lhe um novo sentido analítico e político, fazendo com que fosse considerada pelos gestores governamentais, os atores e organizações sociais como tendo um papel estratégico no processo de

⁵ Apesar de ser apontado como o principal programa de crédito para a agricultura familiar, já existia, desde 1986, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), que foi então substituído pelo Pronaf.

desenvolvimento social e econômico (Schneider e Cassol, 2017). Contudo, o programa não teve como objetivo atender a ampla gama de formas de produzir e viver no campo, como *arrendatários, foreiros, extrativistas, parceiros, posseiros, sitiantes*, etc., mas intervir nas falhas de mercado e promover a inserção dos agricultores e agricultoras familiares com possibilidades de integração comercial.

Como afirma Wanderley (2003), a agricultura familiar ao mesmo tempo em que apresenta rupturas, guarda continuidades com o campesinato, isto é, mais do que uma passagem irreversível do camponês para a condição de agricultor familiar “moderno”, a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo de empresa capitalista, e, sim, o modelo familiar (Wanderley, 2003, p.48). Nesse sentido, Abramovay (1992) coloca que agricultura familiar e campesinato se diferem menos por sua organização social, do que por sua inserção ampla nos mercados. Assim, os agricultores familiares “modernos” teriam uma inserção completa, enquanto os camponeses teriam uma inserção *parcial* aos mercados.

Segundo Schneider e Cassol (2017), a reprodução social e econômica da agricultura familiar deixa de estar confinada à pequena comunidade rural, recebendo influências externas (sejam elas tecnológicas, culturais, informacionais, mercantis etc.), que se tornam cada vez mais decisivas à sua reprodução à medida que se amplia sua inserção social. Assim, o campesinato não está vinculado a um isolamento social como uma comunidade fechada, pois, mais do que um modo de organizar a produção e um tipo de integração ao mercado, este se constitui historicamente como tendo uma cultura que lhe é própria (Wanderley, 2003, p. 44).

De acordo com Porto e Siqueira (1997), o conceito de campesinato tem sua referência na história europeia. Nos debates entre os estudiosos do campo brasileiro, foi recorrente o argumento de que esse não teria aplicabilidade ao nosso contexto, por suas diferenças históricas.

O campesinato europeu estava vinculado a um sistema feudal, dividido em feudos, que era a principal unidade de produção e organização territorial da Idade Média. Esses feudos eram pertencentes aos senhores feudais, que faziam parte da nobreza. Os camponeses eram considerados servos, trabalhando e cultivando a terra, tendo como obrigação ofertar parte de sua produção a esses senhores.

Os camponeses, mesmo não sendo os proprietários da terra, não poderiam ser retirados dela, ainda que o feudo fosse vendido. Eles também detinham “terras próprias” cedidas para a produção de autoconsumo. Havia da mesma forma as terras comuns, como bosques, florestas, os rios e os pastos, que não pertenciam a nenhum estamento social (o clero, a nobreza e os camponeses), e onde os servos poderiam fazer pastagens, coletar madeiras e em alguns casos praticar a caça e pesca.

Já no Brasil, a constituição do campesinato, teria ocorrido nos espaços “deixados” pelas *plantations*⁶, nos engenhos de cana-de-açúcar e nas fazendas cafeeiras, enquanto pequenas produções que serviam principalmente para o autoconsumo e abastecimento das grandes propriedades.

Com a perda da legitimidade da legislação fundiária colonial, pela independência do Brasil em 1822, e a substituição do Regime de Sesmarias apenas em 1850 pela Lei de Terras, o “vazio” jurídico, durante esse tempo, permitiu que nas regiões mais distantes do litoral, os espaços não apropriados juridicamente fossem ocupados por camponeses “posseiros” (Wanderley, 2015, p.27).

No sul do Brasil, houve também a concessão de lotes para imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses que se estabeleceram na região a partir do século XIX (Wanderley, 2015)⁷. Dessa forma, nos limites internos e externos dos latifúndios, espaços que escapavam de direito ou de fato da ocupação pelos senhores da terra, foram usados de diferentes maneiras, produtivamente, por pequenos agricultores (Wanderley, 2015). Isso demonstra que no espaço brasileiro, desde o período colonial, houve diferentes formas de uma agricultura, de base familiar e comunitária.

A partir da década de 1960, ocorrem profundas transformações no campo brasileiro com a modernização da agricultura, pela adoção de tecnologias como equipamentos, máquinas e insumos industriais para a produção agrícola. Segundo Wanderley (2015), com a introdução de

⁶ Foi um sistema de produção agrícola muito utilizado durante a colonização do continente americano e que se tornou predominante na época do Brasil colonial. As bases deste método eram o cultivo de apenas uma espécie, ou seja, o uso da monocultura, além da utilização de grandes latifúndios e de mão-de-obra escrava. No Brasil, *plantation* foi o sistema empregado principalmente no cultivo da cana-de-açúcar e café.

⁷ Evidente que não se podem esquecer os povos originários existentes antes da chegada dos europeus. Esse incentivo de colonização europeia por parte do governo brasileiro era justamente uma tentativa de “branqueamento” da população. Os indígenas, quilombolas e caboclos que viviam nestes espaços foram dizimados ou obrigados a se deslocar para outras regiões.

grandes empresas nesse setor e o apoio do governo mediante políticas públicas, houve um processo de *descampesinização*. Ou seja, muitos trabalhadores rurais foram expulsos do campo, para serem contratados *a posteriori* apenas em momentos de necessidade.

O processo de expulsão acirra-se também na medida em que os patrões temiam o Estatuto do Trabalhador da Terra, promulgado em 1963, e que reconheceu os trabalhadores como sujeitos com direitos trabalhistas, passíveis de serem reclamados na justiça, assim:

Sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano, num amplo espaço que pode ser, inclusive, inter-regional (Wanderley, 2015, p.28).

Essas condições de pauperização no campo desencadearam vários movimentos sociais, entre eles um dos mais importantes foram as Ligas Camponesas⁸ em Pernambuco, que se espalham pelo país, demandando via reforma agrária uma justa distribuição de terras. A adoção do termo camponês ganhou forte conotação política, diferente do conceito de pequena produção utilizado principalmente, a partir da década de 1970, embora, em muitos casos pequena produção e campesinato não eram termos excludentes, estando associado um ao outro. Até hoje, a denominação “camponês” tem, no Brasil, uma conotação de luta, por isso está mais presente nos movimentos sociais que nos documentos oficiais, nos quais predomina o termo “agricultor familiar” Porto e Siqueira (1997).

⁸ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Elas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil. Francisco Julião, foi advogado e militante, sendo um dos grandes responsáveis, junto às Ligas Camponesas, pela desapropriação das terras no Engenho Galiléia, a primeira desapropriação de terra no Brasil após a 2ª Guerra Mundial. Para um estudo mais detalhado, ver o texto de José de Souza Martins, de 1989. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n1/0103-2070-ts-01-01-0131.pdf>>.

Enquanto a pequena produção era utilizada na qualidade de conceito “operacional”, relacionado à caracterização empírica dos grupos estudados, campesinato referia-se as questões mais abrangentes do tipo: contexto histórico, caráter familiar do trabalho e “leis de movimento” da economia camponesa, isto é, a lógica e especificidade de funcionamento da organização da unidade produtiva (Porto e Siqueira, 1997, p.29).

Para o economista e agrônomo russo Alexander Chayanov (1974), que estudou o sistema agrário na União Soviética, o campesinato responderia a uma necessidade social, com unidade e identidade própria. Nesse sentido, ele deveria ter um projeto autônomo e que sua posição fosse respeitada no processo de emancipação social. Nesse ponto, discordava de Lênin e outros dirigentes que investiam na constituição de uma *unidade* das camadas pobres (proletárias) através de uma aliança com os proletários urbanos e, principalmente, no processo de coletivização da agricultura.

Ao longo do tempo, a questão passou a compreender o “não desaparecimento” do campesinato, dado como inevitável pelos marxistas, que acreditavam que os membros dessa população ou se tornariam assalariados ou pequenos burgueses, pois as transformações ocorridas na economia camponesa não permitiriam que seu modo de vida e suas características de produção permanecessem (Abramovay, 1992). Contudo, Chayanov (1974) argumentava que a lógica camponesa não deve ser procurada na forma como ele se insere na divisão social do trabalho, mas pelo estudo de seu comportamento, onde a inexistência do trabalho assalariado assinalaria a sua dinâmica não capitalista.

A “lei básica” da lógica camponesa se daria na maneira como seu comportamento está expresso na máxima “balanço entre trabalho e consumo”. Ou seja, reside na satisfação das necessidades da família, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Estas são definidas mediante a chamada *motivação individual*, a disponibilidade de terra e o tamanho e composição da família, ou os membros aptos a trabalharem. Assim, trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade familiar (Carneiro, 2009, p.55).

O autoconsumo assume então, para o campesinato, um aspecto fundamental. O camponês gozaria de certa autonomia ao decidir sobre o que plantar e como dispor do excedente. A venda desse excedente assumiria um fim específico: adquirir aquilo que não é produzido

internamente, como vestuário, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho e etc. (Carneiro, 2009, p.56).

Nesse sentido, parte da literatura sobre o campesinato apontou os camponeses como produtores de subsistência que comercializariam apenas o excedente. Todavia, Wanderley (2003) refuta a ideia de que eles se recusariam a produzir além da satisfação de suas necessidades básicas:

Os mecanismos de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, quanto mais efetivamente integrado aos mercados modernos. Isto não impede, no entanto, que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados (Wanderley, 2003, p. 50).

Se por um lado o camponês não seria um produtor apenas de subsistência, a agricultura familiar moderna não se caracteriza somente pela produção aos mercados. Ao fazer uma pesquisa na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, sobre os hábitos de produção e alimentação dos agricultores e agricultoras familiares, Menasche, Charão e Zanetti (2008), identificaram que, apesar das dinâmicas de trabalho e vida das famílias rurais estarem se modificando profundamente com o processo de modernização da agricultura, é significativa a produção de alimentos para autoconsumo, sendo as mulheres as principais responsáveis pela sua obtenção.

Outro aspecto de continuidade entre campesinato e agricultura familiar moderna, seria o que Chayanov (1974) chamou de princípio do rendimento indivisível. Embora o agricultor familiar se incorpore ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível. Isso é exemplar principalmente na inexistência, em muitos casos, de um valor fixado para o pagamento de cada membro da família, principalmente mulheres e crianças, sendo o “chefe da família” responsável pela concentração da renda e decisão sobre o seu uso.

Campepinato, pequena produção e agricultura familiar, foram então, conceitos que perpassaram as análises sobre o meio rural brasileiro. De forma geral, na década de 1950, afirma-se o estudo do campepinato para além de um problema teórico, como um problema político, enquanto forma de produzir e existir no campo. Na década de 1960, os estudos refletem sobre a organização social das unidades camponesas, como a terra, o trabalho e a família.

Na década de 1970 foram delineando-se análises em torno do conceito de pequena produção que estiveram nuançadas com o campepinato e a funcionalidade do pequeno produtor ao capital, enquanto fornecedor de matérias-primas e alimentos a preços baixos, rebaixando o custo de mão-de-obra (Porto e Siqueira, 1997, p.31).

Na década de 1980, da funcionalidade do pequeno produtor fala-se da sua subordinação. Este tornaria-se um “trabalhador para o capital”, na medida em que ia ficando a margem dos processos de “modernização” da agricultura. Já em 1990, da subordinação ao capital, os pequenos produtores rurais se integrariam nos Complexos Agroindustriais (CAIs), isto é, no processo de integração indústria-agricultura ou seriam excluídos e ficariam a margem do desenvolvimento rural (Porto e Siqueira, 1997).

O reconhecimento político da categoria agricultura familiar em meados dos anos 1990, se deu pela eficácia política dos Gritos da Terra, encabeçados por Contag e CUT e também por várias mobilizações de pequenos produtores em todo o país. Na mesma década, com a instituição do Pronaf, os agricultores progressivamente passaram a se identificar como tal, para serem reconhecidos como público do novo programa (Picolotto e Medeiros, 2017).

Em suma, apesar das diferenças práticas e conceituais que existem entre agricultores familiares, camponeses e pequena produção, o principal objetivo é deixar claro que mesmo depois de décadas de condicionantes pouco favoráveis, as formas de trabalho e produção familiares não desapareceram no meio rural brasileiro, mas em muitas situações conseguiram se fortalecer e desenvolver novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica⁹ (Schneider e Cassol, p.87, 2017).

⁹ Uma revisão minuciosa do uso desses diferentes conceitos foi feita por Bosseti (2013), no capítulo 01 de sua tese de doutorado intitulada “Perspectivas de Desenvolvimento Rural em disputa no Brasil”.

2. Movimentos Sociais no campo: relações com agricultores familiares, camponeses e pequenos produtores

As lutas que eclodiram no campo, a partir da década de 1970 e se intensificaram com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição em 1988, buscavam tanto a reafirmação dos agricultores familiares, camponeses e pequenos produtores, quanto a construção de uma agricultura que não estivesse balizada pela “modernização conservadora”.

O perfil das políticas públicas voltadas para o meio rural, e baseadas nesse modelo, sobretudo no período 1960-1980, privilegiava apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades).

O emprego tecnológico, a extensão agrícola para o fomento da produção de grãos, preconizados pela Revolução Verde¹⁰, não significou uma alteração das relações sociais no campo que estiveram sempre atreladas ao coronelismo, clientelismo e, sobretudo, à concentração fundiária enquanto um elemento de poder. Nesse sentido, José de Souza Martins (1986) coloca:

É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classe, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, definem limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras. O atual edifício político brasileiro rui se esse alicerce fosse tocado, modificado ou destruído: desapareceria uma das dificuldades para o progresso político das

¹⁰ A Revolução Verde teve inspiração norte-americana que idealizava um pacote tecnológico para a agricultura, que tinha como objetivo a introdução da hibridação, aliadas à utilização de agrotóxicos, fertilizantes, implementos agrícolas e máquinas que visavam aumentar a produção agrícola. No Brasil, ganhou fortes estímulos a partir de 1964, sendo defendida pela ditadura militar, cujo governo tornou a modernização no campo a política agrícola oficial. Vale destacar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973, que se tornaria um centro de estudos e pesquisa sobre recursos genéticos e biotecnologia, sendo esta a responsável por impulsionar a revolução verde no Brasil. Disponível em: <<http://blog.educahelp.com/revolucao-verde-e-o-impacto-social-no-brasil/>>. [Acesso em: 01/12/2017].

populações do campo. A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira (p. 66).

Segundo o censo agropecuário brasileiro de 2006, o Índice de Gini que mede a concentração fundiária é de 0.854 no país, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição de terras. Apesar desse dado, no debate acadêmico, a reforma agrária acabou perdendo relevância no começo do século XXI.

Uma parte dos estudiosos diria que o tempo da reforma agrária já teria passado e que, mesmo se necessária, não haveria mais “fronteiras agrícolas”¹¹ para que ela fosse realizada. Contudo, outra parte insiste que ela seria um instrumento de justiça social e que não bastam assegurar políticas agrícolas (que envolvem o que e como se produzir) sem tratar a questão agrária ligada ao trabalho e acesso a terra (Mattei, 2016, p. 236). A questão não seria, então, ter ou não fronteira agrícola, mas mudanças na estrutura fundiária do país desapropriando terras para a Reforma Agrária.

No Brasil há também no ideário do *sensu comum* ligado a reforma agrária, um projeto político de socialismo, principalmente por ser bandeira de luta do Movimento de Trabalhadores sem Terra (MST), que reforça essa relação. A bancada ruralista, representante do agronegócio e dos latifúndios, tem forte influência na câmara e no senado brasileiro e tem conseguido desestruturar as tentativas de realizar a reforma agrária via constituição. Assim, se antes ela era um instrumento de justiça social no campo, hoje ela é vista pela classe dominante como um impeditivo do crescimento econômico.

O MST, enquanto um dos principais movimentos na luta pela Reforma Agrária surgiu a partir da década de 1980 e não se alinhava às estruturas sindicais. Vale ressaltar que cerca de ¼ da agricultura familiar brasileira está associada aos assentamentos da reforma agrária. Neste contexto, surgiu o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), resgatando a ideia de campesinato na luta contra o agronegócio e as empresas transnacionais e em defesa da agroecologia. Posteriormente ambos ligaram-se à Via Campesina¹².

¹¹ A fronteira agrícola é um termo criado para definir a região do país que sofre com o avanço das práticas agrícolas devido às devastações das florestas. A fronteira agrícola representa uma área que é mais ou menos definida de expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural. Disponível em: <<https://www.estudokids.com.br/fronteira-agricola/>>. [Acesso em: 16/04/2018].

¹² A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses que tem entre seus objetivos: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do

O sindicalismo no campo esteve representado, principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), constituída antes do golpe militar em 1964, e que no plano nacional se contrapunha a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representante do setor patronal. A Contag patrocinou estudos que, com base em dados estatísticos, demonstravam a relevância econômica do setor, além de fazer propostas que favorecessem os agricultores e agricultoras familiares, tais como:

Revisão de taxas de juros, prazos, empréstimos tendo por garantia a produção, preços mínimos considerando os custos reais de produção, comercialização facilitada, criando condições para construção de armazéns e silos; Construção e ou melhoria de estradas a fim de evitar os intermediários; Incentivos e condições para organização em cooperativas de caráter local; seguro agrícola; Preços mínimos; Crédito fundiário para os trabalhadores com pouca terra ou sem acesso a ela; Assistência técnica voltada para as necessidades dos pequenos agricultores; demanda de criação de um programa especial de crédito, com pouca burocracia, juros baixos, prazos dilatados, etc. (Picolotto e Medeiros, 2017, p.347).

Sob a organização da Contag, o movimento rural sindical se fortalece e reinscreve, no debate da sociedade, a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra (Wanderley, 2015, p.29).

O sindicalismo contaguiano, todavia, começou a sofrer oposições, a partir da década de 1970, dos movimentos organizados em torno da Igreja Católica e influenciados pela Teologia da Libertação. As

campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. Ela nasceu em 1992, quando várias lideranças camponesas dos continentes americano e europeu que participavam em Manágua do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), da Nicarágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. A proposição foi efetivada em 1993, com a realização da Primeira Conferência em Mons, na Bélgica, e com a definição das linhas políticas e da estrutura. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina>>. [Acesso em: 21/01/2019].

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas principalmente a ala jovem da igreja, “disputavam” a liderança dos movimentos sociais com a Contag, além de apontar seu caráter “conciliador” com o regime ditatorial.

Houve, também, uma inserção dos pequenos agricultores dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pois ambos tinham críticas à estrutura sindical vigente e se alinhavam ao chamado sindicalismo *autêntico*. Mas, enfrentaram resistência para serem aceitos como trabalhadores no interior da CUT, uma central sindical hegemônica por bancários e metalúrgicos, segmentos que tinham dificuldade de entender o perfil e as demandas desse contingente de trabalhadores proprietários de seus meios de produção (Picolotto e Medeiros, 2017, p.349).

No estado de Santa Catarina foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAFESC), que deu início à construção de um novo processo organizativo social, paralelo às federações existentes e à Contag. A Fetrafesc queria ir além dos limites do sindicato, estimulando a organização do processo produtivo, a agroindustrialização caseira, a criação das Cooperativas de Crédito com intenção Solidária (CRESOL), criada em 1995 no sudoeste do Paraná e os mutirões da agricultura familiar (Picolotto e Medeiros, 2017).

Outros movimentos no campo que se distanciaram do sindicalismo foram: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e também o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), no oeste catarinense, que posteriormente passou a se chamar Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

O MMC se unificou com outros movimentos sociais de mulheres no campo e passou a integrar a Via Campesina, lutando pelo reconhecimento do trabalho das agricultoras, chamando atenção para os conflitos existentes dentro da família, vista frequentemente como homogênea.

Elas questionavam a dupla jornada de trabalho, que envolvia: o cultivo das hortas, pomares e dos quintais produtivos; o doméstico, como o cuidado com a casa e a educação dos filhos; a falta de titularização de terras, que estava na maior parte das vezes no nome dos homens, enquanto os “chefes de família”; o direito de se tornarem sindicalizadas e a possibilidade de disputarem os espaços de poder, como por exemplo, a direção dos sindicatos. A inserção das mulheres acontecia, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares (Carneiro, 1994, p. 11).

Referente à previdência social, até a promulgação da Constituição em 1988, a aposentadoria rural era de meio salário mínimo e as mulheres rurais não tinham acesso ao benefício, sendo encaradas como dependentes dos homens. Após a constituinte, ambos passaram a ter acesso à aposentadoria no valor de um salário mínimo a partir dos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens (Picolotto e Medeiros, 2017, p.348).

A Constituição pode ser considerada um marco, pois pela primeira vez foi colocada em nível nacional uma negociação de políticas públicas que levava em conta a questão das mulheres trabalhadoras rurais. A partir daí, os movimentos de mulheres rurais ganham visibilidade e têm um impulso para a sua nacionalização (Herédia e Cintrão, p.7, 2006). Exemplo disso foi em 1998, com a realização da 1ª Plenária Nacional de Mulheres do Movimento Sindical, que levou a uma formulação e o aprofundamento das propostas relativas às mulheres.

As propostas citadas foram levadas ao 7º Congresso da Contag (1998), que passou a se chamar “Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais”, se refletindo também na aprovação de políticas afirmativas, como a cota mínima de participação de 30% de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical e o fortalecimento das comissões de mulheres nos sindicatos (Herédia e Cintrão, 2006).

Logo, além dos conflitos existentes entre sindicalismo e movimentos sociais, havia as disputas internas, como a luta das mulheres rurais. Contudo, o importante a ressaltar nesse momento, é de que maneira as diversas nomenclaturas como agricultura familiar, campesinato e pequena produção estiveram ligadas aos movimentos sociais. Mais do que uma diferença conceitual, houve também divergências nas pautas de luta e nas suas formas de atuação.

Na maior parte dos casos, todos esses movimentos lutam pelo reconhecimento das unidades de produção familiares, que não seriam avessas ao desenvolvimento ou destinadas a desaparecer, mas que buscam outro tipo de organização do espaço rural e das relações sociais.

Assim, a diferenciação que hoje muitas vezes aparece no discurso político entre agricultor familiar e camponês, remete mais à concorrência entre projetos do que à organização efetiva das unidades de produção que operam em regime familiar (Picolotto e Medeiros, 2017).

3. O que é uma política pública: definição conceitual

As políticas públicas são conjunto de programas, ações e decisões tomadas por governos (federal, estadual e municipal) com a participação direta de entes públicos ou privados. Isso, visando assegurar vários direitos de cidadania para grupos da sociedade ou determinado segmento.

Nas políticas públicas, as decisões envolvem tanto conflitos de interesses quanto impasses administrativos. Podemos falar também tanto de uma política de Estado, que independe de quem está no governo e é amparada pela Constituição Federal, quanto de uma política de governo, definida pelo governo eleito, que tem a oportunidade de criar seu próprio planejamento com projetos e programas.

A política pública pode surgir como resposta a um problema público existente, como por exemplo, a falta de mercado para a comercialização dos alimentos da agricultura familiar. Devemos ter em conta que política pública não é monopólio de ator governamental, não apenas o governo, mas a sociedade e o mercado também fazem políticas públicas, por isso é necessária uma visão multicêntrica para entendê-las. Os instrumentos para operacionalizá-las, podem ser decretos, leis, obras, resoluções, programas, entre outros.

Há também o ciclo de uma política pública, entendido aqui não como momentos estanques, mas como um referencial analítico. Estes ciclos seriam a identificação do problema público, a formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisões, a implementação e avaliação, sendo esta última, a avaliação, o objetivo desse trabalho. Como última etapa temos sua extinção (Raeder, 2014).

O problema aqui identificado é a desigualdade de acesso ao PAA e PNAE entre homens e mulheres no meio rural. Durante a pesquisa, procurei identificar como as etapas acima foram sendo construídas pelo governo, pela sociedade e pelo mercado e, com isso, fazer uma análise de sua adequação e não adequação para a solução do problema.

A avaliação é o momento de observar se o problema público está reduzindo, grosso modo verificando se a política pública está funcionando ou não. E por fim, a política pública é extinta quando ela atinge seus objetivos, ou não gera os efeitos esperados, podendo ser até

prejudicial à sociedade, ou, ainda, quando os atores relevantes não se importam ou não identificam mais com o problema e sua solução¹³.

Não é raro que decisões tomadas durante um determinado governo sejam revertidas quando a direção socioeconômica e política do poder executivo mudam, seja através de novas eleições ou de mudança brusca de governo por outros meios (golpe de Estado, impedimento, renúncia etc). Não podemos esquecer que houve o impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016, o que acarretou muitas mudanças de rumo. Quanto à agricultura familiar, a extinção do MDA trouxe um impasse para a continuidade das políticas públicas voltadas para este setor. Meu objetivo, porém, não foi analisar as dificuldades atuais, mas as ocorridas durante a implementação do programa.

4. Políticas Públicas para o mundo rural

Observamos, no tópico precedente, como operam os conceitos de agricultura familiar, campesinato e pequeno produtor, vimos também sua imbricação nos movimentos sociais no campo. O tópico presente abordará as políticas públicas para o mundo rural, tendo em conta: 1- As referências que nortearam a formulação das políticas públicas para o campo; 2- As “gerações” das políticas públicas para o meio rural brasileiro; 3- A criação dos mercados institucionais para a agricultura familiar e sua inclusão de gênero.

4.1 As referências das políticas públicas para o campo

A maneira como a agricultura familiar, o campesinato e o pequeno produtor foram encarados, seja pela academia ou o governo, mostra que as diversas visões guardam projetos políticos distintos. Demonstram assim que o mundo rural não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista independente do espaço e do lugar, mas é preciso perceber que essas formas de caracterização correspondem à trajetória social da formação brasileira (Wanderley e Favareto, 2013, p.413).

Se nas décadas de 1970 e 1980 chegou a se falar em subordinação e exclusão da pequena produção do desenvolvimento

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N8phb0UN2WY>>. [Acesso em: 25/10/2018].

brasileiro, a partir da década de 1990, a assim chamada agricultura familiar é reconhecida enquanto sujeito político de direito, pleiteando políticas públicas.

Cátia Grisa e Sérgio Schneider (2015) fazem um levantamento dessas políticas públicas nas últimas décadas, mostrando como elas podem refletir o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição. Em outras palavras, como as ideias e as representações do mundo dos atores públicos e privados podem desenhar as políticas públicas.

Os autores utilizam três conceitos, buscando enfatizar as “gerações” de políticas públicas voltadas ao campo brasileiro: referencial global, setorial e o referencial de política pública. O referencial global refere-se ao quadro geral de interpretação do mundo, superando os limites de um setor, domínio ou política.

O referencial setorial seriam as representações de um setor, entendido como um conjunto de questões ou problemas associados de maneira mais ou menos institucionalizada a certas populações ou temas. O referencial de política pública é construído na relação entre referencial global e setorial, onde se identificam problemas sociais e possíveis soluções, sobre as quais incidirão as políticas públicas. Esses referenciais não são imutáveis, antes são objetos de negociações e disputas referentes aos objetivos políticos dos diferentes atores envolvidos nas políticas públicas (Schneider e Grisa, 2015, p.21 e 22).

Durante a década de 1950, o referencial global predominante foi o da industrialização do país, que tinha por objetivo substituir as importações. Contudo esse referencial entrou em colapso já na década de 1960, devido às dificuldades de abastecimento interno, do aumento da inflação e do esgotamento de importar os bens primários necessários (Schneider e Grisa, 2015, p.23). Os principais desafios eram garantir o aumento da produtividade e impulsionar o desenvolvimento econômico do país, nesse sentido, o referencial setorial adotado foi o da modernização da agricultura.

Esta modernização tinha como molde o uso de sementes geneticamente “melhoradas”, de fertilizantes químicos, maquinários e equipamentos; crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural; incentivos fiscais às exportações, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas. Contudo, o que se observou foi o predomínio das monoculturas para a exportação (café, cana-de-açúcar, laranja, milho), beneficiando principalmente os médios e os grandes

agricultores, localizados nas regiões sul e sudeste (Schneider e Grisa, 2015, p. 23 e 24).

Este panorama durou por cerca de 20 anos, durante os quais a agricultura familiar teve dificuldades em encontrar espaços na arena de construção de políticas públicas. A partir do Pronaf, em 1996, foram criadas outras políticas públicas específicas de diversas naturezas orientadas à produção de alimentos para os mercados internos, ao acesso a terra, ao desenvolvimento territorial em zonas rurais, previdência rural, entre outras. O termo “agricultura familiar” passa ser a nomenclatura adotada oficialmente pelo Estado brasileiro, sendo criada em 2006 a lei que regulamentou esta categoria (Cazella *et al*, 2016).

Com a instituição da Lei da Agricultura Familiar¹⁴ temos o enquadramento do agricultor e agricultora familiar, observando os seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II- Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. (Brasil, 2006).

Ainda que a lei e a institucionalização do Pronaf tenha representado um ganho às reivindicações dos movimentos do campo, a força do *agrobusiness* permanece praticamente intocada. Este referencial setorial, também chamado de “modernização conservadora” é a expressão político-econômica do agronegócio exportador, defendido com argumentos de eficiência produtiva e importância para os saldos positivos da balança comercial (Cazella *et al.*, 2016, p.55).

O Brasil, por exemplo, foi um dos únicos países a ter dois ministérios voltados à agricultura. O primeiro MAPA, mas ligado ao

¹⁴ Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Segundo ela, silvicultores, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e indígenas que exerçam a agricultura, também são enquadrados como agricultores familiares.

agronegócio, voltado ao mercado de *commodities*. Já o MDA, foi criado em 1999, pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para coordenar políticas fundiárias e a apoiar a agricultura familiar (Cazella *et al.*, 2016).

Um dos primeiros impactos do governo de Michel Temer, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, foi a supressão, em 2016, do MDA¹⁵. Historicamente mais alinhado às pautas da agricultura familiar, envolvendo as políticas públicas como o PNAE e o PAA, sofreu com a diminuição drástica dos seus recursos¹⁶. Mesmo no Governo Lula, quando o valor dos investimentos para a agricultura familiar aumentou, o subsídio aos grandes produtores rurais ainda assim se manteve seis vezes maior em relação à agricultura familiar (Cazella *et al.*, 2016).

No país, temos então um processo dual no desenvolvimento da agricultura. De um lado as grandes monoculturas, produtoras de matérias-primas para a exportação, com baixa densidade populacional e emprego tecnológico de alto nível. Por outro, espaços rurais altamente diversificados e com presença de diversos atores sociais rurais que conformam uma paisagem de um espaço com muita gente.

Em grande medida, esse bloco está sendo dinamizado produtivamente pela agricultura familiar, setor este que representa a principal forma de inserção produtiva de milhares de trabalhadores rurais e que tem dado uma contribuição decisiva para o país, especialmente em termos de segurança alimentar e nutricional (Mattei, 2016, p.241).

4.2 As “três gerações” de políticas públicas para o campo

Para fins analíticos, Grisa e Schneider (2015) dividem as políticas públicas para o campo em três gerações: a primeira estaria ligada às demandas dos movimentos sociais no campo, como a reforma

¹⁵ Em maio de 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff, o Presidente Michel Temer promoveu uma reforma administrativa. Nessa reforma, o MDA foi extinto. Algumas de suas funções foram transferidas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, e outras para um novo ministério, que passou a se dominar Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário no governo Bolsonaro (Cazella *et al.*, 2016, p.50).

¹⁶ O orçamento previsto para o PAA (Doação Simultânea), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no ano de 2015, antes do impeachment era de R\$ 241.079.416,96. Em 2016, ano do impeachment, esse valor caiu para R\$181.781.067,18. Em 2018 o valor previsto é de apenas R\$ 9.279.751,08. Disponível em: [Transparência Pública do PAA/Conab](#). [Acesso em: 29/10/2018]

agrária e políticas agrícolas. A segunda refere-se às ações de caráter assistencial e a reformulação da previdência social rural. A terceira está relacionada à construção de novos mercados para a agricultura familiar, tendo como eixo a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Em que pese a reforma agrária nunca ter sido efetivamente implantada e que os conflitos fundiários estejam presentes na nossa realidade, o Estatuto da Terra, elaborado ainda na ditadura militar, previa a desapropriação de terras que não cumprissem seu fim social, mesmo que fossem produtivas. Posteriormente, com a redemocratização do país, a reforma agrária é garantida via promulgação da nova Constituição em 1988, mas a desapropriação limita-se a terras consideradas improdutivas:

O artigo 185 afirma que propriedade produtiva não pode ser desapropriada e o 186, que a função social é atendida quando a propriedade rural cumpre, simultaneamente, os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Medeiros, 2015, p.147).

O que acabou se afirmando, com este texto, é que a terra, ao contrário de um espaço de modos de vida, foi definida apenas como meio de produção. Isso abriu precedentes para que o agronegócio garantisse sua soberania enquanto modelo de desenvolvimento rural, enfatizando argumentos de produtividade e eficiência econômica.

Outro entrave para realização da Reforma Agrária foi o artigo sobre a desapropriação de terras consideradas “não produtivas”. A noção de produtividade é questionada juridicamente e pelos movimentos sociais, pois é levado em conta apenas o valor bruto da produção, sem questionar as contrapartidas ambientais e sociais.

O caráter redistributivo e de inclusão social que eram objetivos dos assentamentos, ficou restringido à falta de infraestrutura e à difícil recuperação de terras degradadas pelo monocultivo. Algumas regiões foram exitosas como o Pontal do Paranapanema ou a zona canavieira nordestina, que:

Apesar de não ser possível falar em processo efetivo de reforma agrária, é indubitável que as lutas por terra produziram um fenômeno social novo e um novo ator, o *assentado*, objeto de diferentes investimentos e disputas políticas, pelo Estado e pelas organizações que se propunham a representá-los (em especial MST e sindicalismo rural) (Medeiros, 2015, p.350).

Deve se chamar a atenção para o fato que a pressão social que levou a criação do Pronaf, na argumentação sindical, está ligada à questão da reforma agrária: trata-se de evitar a intensificação do processo de expropriação de produtores, por meio de políticas que permitam sua permanência na terra e com condições de produção (Medeiros, 2015, p.352).

Segundo Cazella *et al* (2016), até 1994 o número de famílias assentadas pelos programas da Reforma Agrária foi de 58.317 e a área foi de 16.290.069 hectares. O ano em que houve mais assentados, no período de 1994 a 2014, foi em 2006, no governo Lula, com 136.358 famílias assentadas. Vale ressaltar que o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), 1985, foi o embrião do Pronaf. O programa tinha o objetivo de aumentar a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária, com plena inserção no mercado, permitindo sua independência da tutela do governo.

Por sua vez, o Pronaf estabeleceu uma categorização entre os agricultores consolidados, em transição e periféricos. O primeiro grupo não precisaria do Estado para sustentar seu crescimento. O segundo seria os que teriam chances de consolidação desde que apoiados por políticas públicas. E o terceiro, são os periféricos, que mesmo com o aporte estatal não conseguiriam sair da pobreza.

Não era previsto no escopo do programa a universalização de acesso aos agricultores, mas o foco era naqueles considerados em “transição”, isto é, com chance de se integrarem ao mercado no que se refere ao processo de modernização técnico-produtiva (Guanziroli, 1994 *apud* Cazella *et al*, 2016).

Após duas décadas de programa, as principais críticas ressaltam a persistente desigualdade observada na distribuição de recursos entre as cinco macrorregiões do país, a concentração de contratos em culturas destinadas prioritariamente à exportação e a exclusão de amplos segmentos da agricultura familiar, sobretudo dos mais pobres (Cazella *et al.*, 2016).

Observamos que o Pronaf, mesmo com um referencial setorial privilegiando a agricultura familiar, ainda é regido por um referencial global de produtividade e exportação de *commodities*, dedicado principalmente aos agricultores familiares de camadas intermediárias consolidadas e inseridas nos mercados (Cazella *et al.*, 2016).

Igualmente, somente crédito rural sem políticas de assistência técnica e educação, bem como acesso aos recursos naturais como água e terra, podem ter efeitos deletérios, como a concentração de recursos nas regiões sul e sudeste, conhecido como “agronegocinho”.

Podemos notar no Quadro 1 que apenas 33% da agricultura familiar no país está sendo atendida por alguma política agrícola. Cerca de quase um milhão de famílias são beneficiadas por políticas assistenciais, como o bolsa família, havendo um desconhecimento sobre as atividades produtivas de quase dois milhões de famílias que vivem no campo, segundo o censo agropecuário de 2006.

Quadro 1 – Agricultores Familiares implicados no PRONAF/PAA e PNAE e outros programas sociais

Total agricultores familiares	PRONAF/PNAE PAA	Agricultores familiares modernos “agronegocinho”	Total	Agricultores familiares que acessam ao bolsa família	Agricultores com ocupações desconhecidas
4.368.000	1.150.000	285.000	33%	986.000	1.949.000

Fonte: Cazella *et al.*, 2016.

As políticas de caráter assistencial, embora representem uma medida importante para tirar as famílias rurais de uma situação socioeconômica vulnerável, não devem gerar uma relação de dependência do Estado, mas combinar políticas produtivas que fortaleçam as capacidades dos assistidos. Portanto, é necessário que as políticas de caráter produtivo tenham uma contrapartida concernente aos impactos ambientais e as políticas de caráter assistencialista tenham iniciativas cujo foco seja a inclusão produtiva (Cazella *et al.*, 2016).

Nesse sentido, os estabelecimentos geridos por idosos, por exemplo, ou o acesso precário a terra pelos jovens e mulheres rurais, os deixam relegados a um ciclo de dependência:

Sem desconsiderar os avanços observados nos últimos anos em termos de construção de política de caráter assistencial e produtivo, o desafio

consiste em integrá-los na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, gerando uma nova dinâmica nas esferas sociais, econômicas e ambientais (Cazella *et al.*, 2016, p.53).

Por último, inaugurando a “terceira geração” de políticas públicas, após a instituição do Pronaf e do Programa Bolsa Família, temos a construção dos mercados institucionais, que será tratado no próximo bloco e que tem como objetivo principal as compras públicas da agricultura familiar, visando a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Dessa forma, houve uma mudança do referencial setorial, corroborando com novos escopos para as políticas públicas na agricultura. Embora o estado brasileiro nunca abandonar o referencial global de exportação de matérias primas, nem criar políticas estruturais que modificassem a concentração fundiária do país, a agricultura familiar conquista espaço e reconhecimento, através de suas lutas e o acúmulo de conhecimentos técnico-científicos que demonstram sua importância socioeconômica.

4.3 A criação dos Mercados Institucionais de Alimentos

A temática Segurança Alimentar e Nutricional se tornou um problema político assumido pela sociedade brasileira desde o final da década de 1980 (Cazella *et al.*, 2016, p.62). Em 1993, uma frente de lideranças populares apresenta ao presidente Itamar Franco uma proposta de um Plano Nacional de Segurança Alimentar, e como consequência, cria-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

O Consea é uma estrutura gestora de caráter participativo que elaborou as bases do PAA e do PNAE. Ele foi extinto ainda no governo de Itamar e recriado no Governo Lula em 2003, quando do lançamento do Programa Fome Zero. No mesmo ano institui-se o PAA e recria-se o Ministério Especial da Segurança Alimentar (Mesa), de breve duração¹⁷.

O Programa Fome Zero consistiu em um conjunto de estratégias impulsionado pelo Governo Federal para assegurar o direito à alimentação às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cria-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan):

Visando assegurar o direito humano à alimentação, e estabelecem-se suas definições,

¹⁷Disponível no Livro “10 anos do PAA” produzido pelo extinto MDA.

princípios, diretrizes, objetivos e composição, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Consolida-se, assim, o arcabouço legal e institucional que dará guarida às ações propostas e as coordenará. (Livro 10 anos do PAA, 2013, p.64).

Nesse cenário de combate à fome e garantia de alimentos em quantidade e qualidade, visando a segurança alimentar, o tema da construção dos mercados institucionais aparece com nova roupagem na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil (Grisa e Porto, 2015). Isto porque, eles não dizem respeito a algo novo, pois há pelo menos um século as compras públicas de produtos agropecuários são recorrentes, ainda que com diversas configurações e objetivos.

Na crise econômica do café, no início do século XX, já se observava a atuação de governos estaduais e federal via compras públicas (Grisa e Porto, 2015). Os governos começaram a formar estoques públicos de café para conter a demanda artificialmente no mercado, para venda a *posteriori* no exterior ou internamente em anos de má colheita, gerando dependência do setor ao Estado, que via nele a segurança para a venda do café.

Atualmente as aquisições públicas são realizadas quando os preços de mercado estão abaixo dos Preços Mínimos, com a intenção de garantir um preço básico que assegure pagar, no mínimo, os custos variáveis ou dependendo do parâmetro desse referencial de preço, transferir renda aos produtores por meio da regulação do preço de mercado no patamar do preço mínimo (Grisa e porto, 2015, p.162).

Já o PAA e o PNAE são mercados institucionais que podem ser considerados como uma via singular de apoio ao desenvolvimento rural, a qual não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida das populações e o estabelecimento de novas relações com outros atores (Becker e Sacco, 2015, p.144).

Estes visam atuar simultaneamente em questões como a inserção socioprodutiva, segurança alimentar, geração de trabalho, renda e incentivo à agroecologia, etc. (Becker e Sacco, 2015).

Os mercados institucionais podem ser conceituados como uma configuração específica

de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas (Grisa, 2009, *apud* Becker e Sacco, 2015, p.144).

Em suma, os mercados institucionais expressos pelo PAA e PNAE, além da inclusão socioprodutiva dos agricultores e agricultoras, buscou expandir a relação entre produtor e consumidor, através das cadeias curtas de comercialização, como a entrega diretamente às escolas, aos equipamentos públicos de alimentação e às redes socioassistenciais. Fortaleceu hábitos alimentares regionais e favoreceu a sazonalidade da produção, teve o êxito de articular política assistencial e produtiva, garantindo mercado ao segmento da agricultura familiar empobrecido e que buscava a transição para sistemas agroecológicos, abrindo novas possibilidades para as agricultoras e agricultores que já comercializavam seus alimentos em mercados alternativos, como, por exemplo, as feiras.

5. O PNAE e o PAA como expressão dos mercados institucionais

Nesse tópico, irei mostrar como os programas foram criados e são operacionalizados, além das principais dificuldades que eles vêm enfrentando em nível nacional e local.

5.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE é considerado um dos programas mais duradouros e abrangentes do país na área de segurança alimentar e nutricional. Sua primeira etapa remonta à década de 1950, caracterizada pelos recursos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sendo instituída em 1955 a campanha de merenda escolar do Ministério da Educação:

Inicialmente, o programa atendia algumas escolas em áreas de vulnerabilidade social, mas com o passar do tempo foi ganhando abrangência nacional. A sua operacionalização foi se transformando e adquirindo distintas denominações, de modo que, em 1979, passou a

ser chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (Cazella *et al.*, 2016, p.63).

Um dos responsáveis pela instituição da Campanha de Merenda Escolar, em 1955, foi o pernambucano Josué de Castro. Médico, professor, geógrafo, sociólogo, escritor e político foi um dos pioneiros em todo o mundo no estudo sobre a fome e suas causas. Ele também lutou pela implementação de um programa nacional de alimentação escolar, como uma das formas de elevar os níveis de nutrição no país e de desenvolver as atividades educacionais¹⁸.

A década de 1960 foi marcada pela proveniência de gêneros alimentícios vindo dos Estados Unidos e na década de 1970, pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1988, com a promulgação da Constituição, é assegurado o direito da merenda escolar a todos os estudantes do ensino fundamental e, em 2009, essa cobertura foi estendida para os alunos do ensino médio e ensino de jovens e adultos (EJA) das redes públicas e filantrópicas:

Por meio de licitações públicas, o governo federal comprava e distribuía para todo o território nacional um conjunto de alimentos formulados e industrializados por um número restrito de empresas, conformando uma estrutura operacional que apresentou várias distorções: sistemas complexos de fornecimento e armazenamento dos produtos, cartelização dos fornecedores, elevação dos custos da alimentação escolar, cardápios nacionais padronizados desconsiderando a diversidade alimentar regional, deslocamentos e afastamentos entre a esfera da produção e do consumo, distanciamento da origem rural da alimentação com o produto final consumido nas escolas, etc. (Spinelli e Canesqui, 2002 *apud* Grisa e Porto, 2015).

Assim sendo, a aquisição de produtos para a alimentação escolar segue a lógica dos mercados autorregulados das cadeias longas

¹⁸ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/11198-sp-382510157>>. Acesso em: 07/01/2019.

de abastecimento, mas até então pouco se questionava quais produtos alimentícios eram adquiridos e de quem, ou quem se beneficiava com essa aquisição. Por outro lado, também se dava pouca importância à qualidade destes gêneros e os efeitos do seu consumo na saúde pública (Triches, 2015, p.182).

O PNAE, graças à lei nº 8.913 de 1994¹⁹, foi descentralizado no oferecimento da merenda escolar, permitindo que os governos estaduais e municipais adquirissem gêneros alimentícios da produção local, possibilitando uma alimentação condizente com os hábitos alimentares de cada região do país (Peixinho, 2013).

Em 2009, com a adoção do enfoque territorial proposto pelo Consea e da lei nº 11.947, assegurou que o fornecimento de alimentos respeitasse a realidade regional dos estudantes, garantindo que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fosse investido para aquisição de alimentos providos da agricultura familiar. Em 2012 a proporção destas aquisições no Brasil aumentou para 67%, sendo que na região sul atingiu 87%, como marco de políticas públicas em referência à segurança alimentar (Triches, 2015).

No âmbito do Programa Fome Zero, pretendeu associar estratégias de segurança alimentar, de desenvolvimento econômico e social com crescente equidade e inclusão. O programa em âmbito internacional vem sendo chamado de *Home Grown School Feeding* – HGSE, que combina incentivos à produção local e à alimentação escolar (Triches, 2015). Propõe-se que os programas alimentares sejam instrumentos do Estado para favorecer a aquisição local de gêneros, preferencialmente de pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, oferecer produtos de melhor qualidade nutricional, ambiental e cultural aos escolares (Triches, 2015, p.183).

Os problemas que o PNAE vem enfrentando, estão mais ligadas às questões de escoamento e desvalorização de produtos locais do que às questões produtivas. Por exemplo, os agricultores e agricultoras têm dificuldades na certificação, para os que produzem em sistema agroecológico e orgânico:

Em Santa Catarina no ano de 2010, a maioria dos agricultores e cooperativas não tinha certificação

¹⁹ Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída por meio da lei nº 8.913, de 12/7/1994, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, as quais se delegou competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido a descentralização (Triches, 2015).

de seus produtos e enfrentava problemas de produção, sendo que apenas 17,7% dos municípios catarinenses adquiriam alimentos orgânicos. Número semelhante foi encontrado no Paraná no atendimento das escolas estaduais em 2012. Segundo Melão (2012), 68 municípios (17%) foram atendidos com produtos orgânicos (Triches, 2015, p.195).

Outra questão estrutural que poderia inviabilizar o abastecimento deste mercado seria a produção restrita em determinados locais. No entanto, mesmo em grandes centros como São Paulo, estudos indicam que a produção da agricultura familiar seria suficiente para atender as necessidades das escolas (Triches, 2015).

É necessário, também, que os profissionais envolvidos nas unidades executoras, como nutricionistas, engenheiros agrônomos e veterinários, tenham uma visão do alimento que ultrapasse sua especialidade. Isto é, além de padrões fitossanitários, busquem analisar a qualidade nutricional dos alimentos, sobretudo em relação aos agricultores e agricultoras que tem dificuldades de atender as demandas da vigilância sanitária, mas que produzem em sistema agroecológico.

5.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero criado pelo governo Lula, em 2003, que tem como objetivo o abastecimento de equipamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes e cozinhas populares, além de atender às redes socioassistenciais como asilos, hospitais e orfanatos. A compra dos alimentos da agricultura familiar é feita com dispensa de licitação, desde que seu custo não ultrapasse os preços regionais.

A operacionalização fica a cargo dos governos estaduais e municipais, além da Conab mediante parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)²⁰. Atualmente, o programa conta com seis modalidades, conforme consta o Quadro 02 logo abaixo. A prioridade é para projetos em que os agricultoras e agricultores

²⁰ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social após o impeachment da presidenta Dilma Rouseff em 2016 e a posse do então vice-presidente Michel Temer.

estejam organizados em cooperativas, no caso da modalidade compra com doação simultânea (caso aqui estudado), essa é uma exigência.

Esta modalidade é operacionalizada pela Conab através de contratos com organizações de agricultores (associações ou cooperativas, portadoras de CNPJ), que elaboram os projetos e recebem os recursos, responsabilizando-se pela entrega dos produtos, pagamentos e prestação de contas.

O Programa incluiu, além do agricultor reconhecidamente familiar, as categorias assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas. A “novidade” trazida pelo PAA e que despertou grande interesse consiste justamente em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional (Grisa e Porto, 2015, p.156).

Um amplo leque de produtos pode ser adquirido da mesma unidade familiar, muitos deles produzidos anteriormente sem destinação comercial, restritos aos espaços do consumo familiar e às relações de reciprocidade (Grisa e Porto, 2015). Esses alimentos passam a ser consumidos localmente, valorizando os hábitos locais e aproximando consumidores e agricultores. No caso do PAA vem sem dado estímulo para que alimentos produzidos em sistema agroecológico, tenham um acréscimo de até 30%.

O pagamento aos (as) agricultores (as) era feito diretamente pelo MDSA²¹ na conta da pessoa que consta no contrato (marido ou esposa, titulares da DAP²²) e não é necessária a intermediação de uma organização (Siliprandi e Cintrão, 2015, p.160).

²¹ Com o governo de Jair Bolsonaro (2019), esse ministério também foi suprimido. Ele foi renomeado para Ministério da Cidadania, onde abriga a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, a qual o PAA passa a ser vinculado. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. [Acesso em: 21/01/2019].

²² Declaração de Aptidão ao Pronaf, que qualifica o agricultor ou a agricultora como familiar.

QUADRO 2

Quadro síntese das modalidades de execução do PAA em 2014 Modalidade Características

Compra com Doação Simultânea

Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ou Estados ou Municípios, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (MDS). Os agricultores podem participar na forma individual ou por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$ 6.500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões.

Formação de Estoques

Atua no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Publico. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ ano: R\$ 1,5 milhão.

Compra Direta

Visa à compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil.

PAA Leite

Possibilita a compra de leite que, após beneficiamento, e doado aos beneficiários consumidores. E operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/ semestre: R\$ 4.000,00.

Compra Institucional

Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada publica, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00.

Aquisição de Sementes

Visa a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 6 milhões.

Fonte: Grisa e Schneider (2015)

O número dos que acessam ao PAA, todavia, ainda é muito baixo em comparação ao número de estabelecimentos rurais familiares existentes no país. No ano de 2012, quando se teve o maior número de agricultores contemplados por essa política (185.979), apenas 4,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar tiveram acesso ao programa (Cazella *et al.*, 2016, p.65). Ao analisarmos a distribuição dos recursos do PAA entre as regiões brasileiras no período 2003 a 2012, vemos a prevalência da região nordeste, com 47% dos recursos do PAA aplicados nesta região.

A modalidade PAA Leite, por exemplo, foi direcionado especificamente para o Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais, visando os locais com incidência de insegurança alimentar e pobreza rural, explicando esta concentração dos recursos. Em segundo lugar, a região Sul (22%), seguida pelo Sudeste (21%). As regiões norte e Centro-Oeste participam com pequenos percentuais, sendo eles 6% e 4%, respectivamente (Grisa e Porto, 2015, p.168).

Para elevar a participação é importante a articulação em rede de todos os atores envolvidos: Estado, governos estaduais e municipais, associações e cooperativas da agricultura familiar, organizações não governamentais, além do engajamento dos agricultores e agricultoras.

Outro elemento importante refere-se à descontinuidade dos projetos, este fato afeta todos envolvidos na governança do Programa. Para os agricultores e agricultoras significa a necessidade de buscar novos mercados temporários, o retorno a mercados “tradicionais” como aqueles mediados pelos intermediários e, em muitos casos, a perda da produção (Grisa e Porto, 2015, p.171).

Assim como no PNAE, no PAA existem dificuldades em atender as normas sanitárias para os produtos de origem animal e derivados da agroindustrialização, que nem sempre se enquadram nas especificidades desta categoria social.

Por fim, para que esses programas melhorem sua eficácia, é necessário que a sociedade brasileira endosse e reconheça as benesses

desse projeto de desenvolvimento rural sustentável, calcado na agricultura familiar. O PAA e PNAE visam à oferta de produtos isentos de agrotóxicos, de sementes geneticamente modificadas que protegem e conservam o meio ambiente mantendo a biodiversidade, além da valorização do patrimônio sociocultural específico de cada região (Cazella *et al.*, 2016).

5. Gênero e Políticas Públicas

Os programas governamentais se voltaram durante muito tempo para um suposto “cidadão indiferenciado”. Foi a partir de 1985 que começaram a surgir programas e projetos que buscam incorporar componentes de gênero em suas ações, como o Programa de Apoio a Mulher Rural, no âmbito do Ministério da Agricultura (Cintrão e Herédia, 2006).

Em 1988, a partir da aprovação dos direitos previdenciários na Constituição, surgiram as primeiras demandas por acesso das mulheres à documentação, pelo direito à inclusão do seu nome nas notas de produtores rurais e para que constasse em seus documentos a declaração que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras, em vez de “donas de casa” ou “domésticas” (Siliprandi e Cintrão, 2015). Nesse sentido:

Ao mesmo tempo, a inclusão do nome das mulheres nos blocos de nota tem, para elas, um valor material e simbólico inquestionável. Valor material porque concretiza a comprovação de sua situação de trabalhadora rural, viabilizando assim seu acesso aos benefícios da Previdência Social. Valor simbólico porque torna visível e valoriza seu trabalho, representando, para elas, a conquista de uma dignidade que não tinham anteriormente (Brummer, 2004, p.223).

A despeito de a constituição ter sido promulgada em 1988 e ter assegurado os direitos das agricultoras, os movimentos sociais e a luta das mulheres rurais surgem mais intensivamente a partir da década de 1980: Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) e Movimentos de Mulheres Agricultoras (MMAs), principalmente no Sul e no Nordeste do país, a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte e Nordeste, que viria a se transformar, no final da década de

1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB (Siliprandi e Cintrão, 2015).

Também houve a criação, em 1995, da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), reunindo as participantes de movimentos autônomos, como Comissão Pastoral da Terra, Movimento Sem Terra, Pastoral da Juventude Rural, Movimento dos Atingidos por Barragens e mesmo alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Cintrão e Herédia, 2016).

Elas começaram a reivindicar paridade dentro dos movimentos mistos. Em 1998 foi realizada a 1ª Plenária Nacional de Mulheres do Movimento Sindical, que levou a formulação e aprofundamento das propostas relativas às mulheres para serem levadas ao 7º Congresso da Contag, que passou a se chamar “Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais” (Cintrão e Herédia, 2016). Os fatores que explicam a abertura da Contag às mulheres foram:

O crescimento do novo sindicalismo e a competição entre a Contag e a recentemente formada, e mais radical, Central Única dos Trabalhadores (CUT) por novos membros. Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam acontecendo em níveis estaduais e municipais e as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional (Deere, 2004, p.181).

Em 1985 é instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça e que se incorporou à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003. Outra iniciativa importante, que responde mais diretamente às pautas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, foi a criação, em 2001, do “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em 2003 seu nome foi alterado para Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) (Cintrão e Herédia, 2006).

O PPIGRE torna-se Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) em 2009, ligada aos órgãos diretivos do MDA. Porém, em 2010 a AEGRE se transforma na diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), visando:

I- Articular e elaborar ações transversais que levem em conta as necessidades de inclusão

social, especialmente no que diz respeito ao acesso aos direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e das comunidades quilombolas;

II- Implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de promoção de igualdade, gênero, raça e etnia no âmbito do Ministério;

III- Contribuir para a formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero e raça;

IV- Articular ações interinstitucionais necessárias para a implementação de políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais e das comunidades quilombolas (BRASIL, 2010 *apud* Filipak, 2017).

A DPMR abriu um canal direto de diálogo com o governo federal, resultando em diferentes programas e políticas cuja ação visava tanto à inclusão das mulheres quanto a inserção de uma perspectiva de gênero (Hora, 2018). Seu trabalho foi organizado a partir dos seguintes eixos: Cidadania e Participação, Acesso à Terra e Inclusão Produtiva.

O eixo Cidadania e Participação abarcaram o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e Participação Social e Socialização dos Cuidados. Entre 2004 e 2014, foram realizados 6.503 mutirões e emitidos 2.739.047 documentos, beneficiando 1.354.019 mulheres rurais (Hora, 2018). Contudo, após o golpe de 2016, apresentou ações em declínio, com ausência ou paralisação dos trabalhos em 2017.

O Acesso à Terra contemplou a Reforma Agrária, Crédito Fundiário e Ações Fundiárias. As mulheres rurais passaram a requerer a titularização de terras e a reforma agrária como meio essencial para sua reprodução, ainda na Constituição de 1988. Elas obtiveram o direito formal à terra como um subproduto do processo de alcançar a igualdade entre homens e mulheres em todas as suas dimensões legais:

Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais, finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como *Marcha das Margaridas*, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG, em aliança com uma das organizações regionais de mulheres

rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos (Deere, 2004).

E o eixo da inclusão produtiva, aparece como requisição de políticas públicas também na Marcha das Margaridas, realizadas entre 2000 e 2011:

Na marcha de 2003, reunindo cerca de 40 mil mulheres aparecem, pela primeira vez, demandas de acesso a políticas produtivas (crédito assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e políticas de combate à violência contra as mulheres no meio rural. (Siliprandi e Cintrão, 2015).

Este eixo previa similarmente a garantia de Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005), como ocorreu em 1988 com o Projeto de Apoio a Organização da Mulher Rural, desenvolvido dentro do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Procurava sensibilizar os extensionistas para considerações de gênero em nível local (Cintrão e Herédia, 2006). As mulheres rurais colocavam a negligência da estrutura de Ater, referente à invisibilidade do seu trabalho, sendo apenas o homem que recebia informações e participava de cursos ofertados sobre atividades produtivas.

Esse questionamento do funcionamento da extensão rural estendeu-se para o modelo de agricultura adotado por essa instituição, calcada na revolução verde e na “modernização conservadora”. O projeto de desenvolvimento rural no país é colocado em xeque através da crítica ao “pacote tecnológico” proposto, como a utilização de agrotóxicos e o uso de sementes geneticamente modificadas.

As mulheres reclamam seu papel como proponentes de um novo modelo de agricultura (Siliprandi e Cintrão, 2015). Elas criticavam o modelo do agronegócio e do *hidronegócio* (empresas que dominavam o acesso à água, especialmente no Nordeste do país) e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo – uma frente de lutas que não fazia parte, até então, da agenda geral do movimento sindical (Siliprandi e Cintrão, 2015).

As lutas por reconhecimento, perante o Estado e a sociedade civil, pelas políticas públicas deveriam perpassar a questão produtiva e

também estarem relacionadas ao bem estar das agricultoras e agricultores familiares. A inclusão produtiva, enquanto outro âmbito de atuação da DPMR visava a infraestrutura, crédito produtivo e acesso aos mercados.

O Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008) e a criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008) incentivou a troca de informações, conhecimentos técnicos, organizacionais, de gestão e comercialização viabilizando o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização.

Um exemplo foi a Política Nacional de Agroecologia (PNAPO), firmada junto à presidenta Dilma Rousseff após a Marcha das Margaridas de 2015, com cerca de 100 mil mulheres. Fruto do Plano de Agroecologia (PLANAPO) de 2013 reconheceu a valorização e o protagonismo das mulheres na produção orgânica de base agroecológica.

Já a inserção das mulheres nos mercados institucionais para a agricultura familiar, contou com a modificação da legislação, permitindo a inclusão de gênero. O PAA, por sua vez, chegou a estabelecer percentual mínimo de 30 a 40% para produtos a serem adquiridos em favor das mulheres agricultoras familiares ou de suas organizações. Como resultado, no ano de 2014, os contratos com mulheres somaram 49,6% no país (Hora, 2018, p.447).

Com a conquista dessas diversas políticas públicas nesses três eixos (Cidadania e Participação, Acesso à Terra e Inclusão Produtiva), as mulheres rurais e suas organizações assumiram representações em diferentes comitês gestores, tais como:

Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva; Comitê de Mulheres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condras). Além disso, eram asseguradas vagas específicas para as organizações de mulheres no Fórum do Crédito, nas comissões ou comitês de discussão de Ater e Agroecologia (HORA, 2018).

Por fim, as mulheres do campo, das florestas e das águas revelam-se em diferentes identidades, abrangendo: agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras²³, mulheres faxinalenses e mulheres caiçaras (Hora, 2018).

Há mais de duas décadas, essas mulheres estão em movimentos feministas autônomos e nos movimentos mistos (de homens e mulheres), participando de organizações não governamentais, articulando-se em redes de economia solidária, associações, sindicatos e cooperativas, na busca por reconhecimento e políticas públicas que atendam suas reivindicações.

²³ Nas margens do Rio São Francisco, onde as águas cortam o norte de Minas Gerais, e na área de transição entre o Cerrado e a Caatinga, no oeste da Bahia, habitam os (as) geraizeiros (as), reconhecidos como agricultores (as) dos planaltos, encostas e vales do Cerrado. A nomenclatura destas populações advém do termo “Gerais”, entendido como sinônimo de Cerrado. Segundo seus moradores históricos, antes não havia referência ao Cerrado, apenas aos Gerais, daí o nome geraizeiros (as). Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/populacoes/geraizeiros/>>. [Acesso em: 21/01/2019]

CAPÍTULO 02 – AS RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA

Este segundo capítulo, visa fazer uma discussão sobre as relações entre movimento e teoria feminista. Como uma pesquisa que se quer politizada e ao mesmo tempo científica, qual a imbricação entre as feministas que criticam o conhecimento científico e as cientistas que se assumem feministas?

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: 1- Crítica feminista à ciência ou ciência feminista? 1.2- Objetividade e “posicionalidade” do conhecimento feminista. 2- Imbricações entre Classe, Gênero e Raça. 2.1- Gênero e Geração: situando a pesquisa. 3- Feminismo urbano e feminismo rural: autonomia e empoderamento. 3.1- Autonomia e Empoderamento. 4- A avaliação de políticas públicas através do conceito de experiência.

1. Crítica feminista à ciência ou ciência feminista?

O feminismo é um movimento social que tem como compromisso melhorar a condição de vida das mulheres, denunciando as injustiças e violências perpetradas por um sistema patriarcal e machista. O pressuposto do feminismo enquanto crítica é o reconhecimento de que a realidade social se estrutura através de um sistema sexo-gênero, cuja expressão visível é a dominação das mulheres pelos homens, baseado no patriarcado (Siliprandi, 2015).

A crítica feminista dentro desse projeto abertamente político endossa uma proposta intelectual e acadêmica: busca uma teoria reflexiva e emancipatória, capaz, ao mesmo tempo, de analisar o passado e construir uma utopia para o futuro (Siliprandi, 2015, p.37). Ao contrário dos que os “defensores” dos cânones científicos possam supor, não se trata de “capturar” e dizer que apenas as feministas fazem ciência, mas justamente se resguardar de críticas de que a “ciência feminista” seria menos “ciência” por seu projeto abertamente político.

Portanto, o feminismo se constrói como um paradigma, um marco interpretativo e ao mesmo tempo uma teoria militante (Siliprandi, 2015).

Uma ciência feminista significa um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero. Opera com a visão do feminismo como teoria crítica e movimento social, como um paradigma que permite dar visibilidade às formas de opressão das mulheres, e ao mesmo tempo uma teoria militante, instrumento de mobilização social,

abrindo espaço para que as mulheres se organizem em direção às mudanças sociais (Pacheco, 2015, p.18).

Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nossas) lutas, este é o objetivo maior do projeto feminista nas ciências e na academia (Sardenberg, 2001, p.1). Esse projeto pode ser explicitado na fala de Justina Cima, líder do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (e também acadêmica), na ocasião do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero, ocorrido em Florianópolis, no mês de julho de 2017, no simpósio temático 061 em que atuou como debatedora, ressaltando a importância de que academia não só falasse sobre as mulheres, mas *para* as mulheres.

Enquanto que um dos pressupostos básicos da ciência moderna é a separação entre “fatos” e “valores”, as práticas científicas feministas fundamentam-se em uma práxis política, buscando transformar as relações de gênero. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento -, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (Sardenberg, 2007, p.3).

Uma ciência sucessora é o objetivo assumido por Sandra Harding (1993), de maneira que o imaginário e o racional - a visão visionária e a objetiva - circulem juntos. A proposta de Harding deve ser lida como argumento de que este encontro entre o elemento fantástico de esperança por um conhecimento transformador e o controle rigoroso e o estímulo de uma firme avaliação crítica reiterada são, em conjunto, a base de qualquer proposta crível de objetividade ou racionalidade não crivada por negações e repressões (Haraway, p.25, 1995).

É nesse compromisso de fazer uma ciência feminista tangível, que as cientistas feministas avançam para além da crítica a ciência moderna (que está baseada numa perspectiva androcêntrica), propondo princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e outros grupos historicamente subordinados (Sardenberg, 2007, p.10).

Even Fox Keller (2006), utilizando-se de exemplos da biologia (seja da genética ou da embriologia), demonstra como a inserção das cientistas, tornou possível que uma percepção “feminina” do mundo encontrasse lugar na ciência:

O exemplo provavelmente o mais conhecido é o da fertilização: até bem recentemente o espermatozoide era descrito como “ativo”,

“vigoroso” e “auto-impelido”, o que lhe permitia “atravessar a capa do óvulo” e “penetrar” o óvulo, ao qual “entregava seus genes” e onde “ativava o programa de desenvolvimento”. Por contraste, o óvulo seria passivamente “transportado” ou “varrido” através da trompa de falópio até que “assaltado”, “penetrado” e fertilizado pelo espermatozoide (Martin, 1991:489-490 *apud* Keller, 2006, p.18).

O óvulo não tinha nenhuma atividade, sendo só recentemente mudado o entendimento técnico da dinâmica molecular da fertilização. Assim, algumas mulheres na biologia do desenvolvimento têm apresentado precisamente esse argumento – mulheres como defensoras do óvulo (como muitas primatologistas também fizeram) (Keller, 2006, p.28).

O gênero faz diferença para as mulheres na ciência, não por causa do que trazem com seus corpos e, às vezes, nem mesmo pelo que podem trazer com sua socialização, mas pelas percepções que as culturas da ciência trazem à comunidade tanto das mulheres quanto do gênero – e, por sua vez, por causa do que tais percepções trazem para os valores comuns de disciplinas científicas particulares (Keller, 2006, p.29).

Como grupo mais recente a serem integradas, as mulheres cientistas sofrem pressões específicas para abrir mão de quaisquer valores tradicionais que possam ter absorvido enquanto mulheres – se não por outra razão, simplesmente para provar sua legitimidade como cientistas (Keller, 2006). Não obstante, afirmo que na apresentação do trabalho mais recente em um congresso, tive que lidar com o “apontamento” de que as “cientistas feministas” querem “rotular” a ciência como pertencente a um determinado grupo. Em contraposição afirmei a possibilidade da ciência com um compromisso político (que assumo abertamente nessa dissertação) sem ser questionada a “cientificidade” do meu trabalho.

Apropriando-me das considerações de Keller (2006), se reformulássemos a questão e perguntássemos se nossa presença ajudou a restaurar a equidade no domínio simbólico em que o gênero operou por tanto tempo, responderia com um inequívoco “sim” (p.32).

1.2 Objetividade e “posicionalidade” do conhecimento feminista

Fazer uma ciência feminista é um desafio pela crítica que faz à ciência conduzida, sobretudo, pelo homem branco e europeu (desde o Iluminismo), propondo novos cânones científicos sem desconsiderar a importância da objetividade do conhecimento.

Como tive a possibilidade de participar, no grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre a Agricultura Familiar (NAF), discutimos que a ciência é interpretativa assim como a religião e a literatura. Contudo, diferente dessas devemos mostrar os caminhos críticos pelo qual chegamos ao conhecimento. Isto é, evitando atribuir sentido valorativo sobre qual a melhor forma de interpretar, não podemos nos furtar enquanto cientistas (sobretudo cientistas feministas) de explicitar como objetivamente chegamos a um determinado conhecimento.

Nesse sentido, a construção de uma epistemologia feminista não significa, a tentativa de um acordo consensual sobre a maneira de se fazer “feminismos”, mas:

A única assertiva epistemológica feminista que talvez, de fato, encontre consenso seja a noção mais geral de “conhecimento situado”, isto é, de que o conhecimento reflete a perspectiva ou “posicionalidade” dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição (Anderson, 2001 *apud* Sardenberg, 2007, p.11).

Objetividade refere-se à posicionalidade do conhecimento. Max Weber (1904), em seu célebre estudo sobre *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*, já apontava que a neutralidade do conhecimento científico era impossível, pois todos partem de pontos de vista e visões de mundo.

A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (Haraway, 1995, p.21), isto é, significa saberes localizados (Haraway, 1995). É colocar em questão onde o/a cientista está situado/a, como é definido/a em relação aos outros e quais os efeitos políticos que sua história pode ter (Scott, 1999, p.32).

Assumindo o compromisso político com a luta das mulheres rurais por melhores condições de vida, externalizo como esse viés está relacionado com minha biografia pessoal, sendo filha e neta de

agricultoras. Isso não me torna uma agricultora, pois continuo sendo uma cientista dentro da academia, mas objetiva minha posicionalidade.

A objetivação da posição que assumo no espaço social oferece uma perspectiva parcial e responsável, pois pode ser chamada a prestar contas (Haraway, 1995). O perspectivismo questiona o pressuposto básico das epistemologias de que afirmam o conhecimento “neutro”, apontando que eles se constroem a partir de um posicionamento social (histórico, cultural) específico, refletindo não a “verdade”, mas o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos.

Essa crítica à neutralidade da ciência, na qual já foram gastos rios de tinta, acabou levando por outro lado a um “relativismo absoluto”, isto é:

Desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões "corporificadas" da verdade, e acabamos por ter mais uma desculpa para não aprendermos nada da Física pós Newton e mais uma razão para parar com a velha prática feminista de autoajuda de consertar nossos carros. (Haraway, 1995, p.13)

Uma postura anti-relativista se impõe dessa forma, uma vez que, para as epistemologias perspectivistas, nem todas as perspectivas (ou ângulos de visão) oferecem as mesmas vantagens epistêmicas (Sardenberg, 2007). Tal tipo de relativismo absoluto, quando impensado, assume uma postura definitiva ainda mais alienada e distante das necessidades políticas e intelectuais que orientam o dia-a-dia de nossos pensamentos e práticas sociais (Harding, 1993). Afinal, se todas as perspectivas fossem válidas qual o sentido de uma ciência feminista?

A alternativa ao relativismo e à “neutralidade” não é nem o olhar através dos “subjugados e subalternos”, nem as versões mais explicitamente totalizantes das alegações de autoridade científica, mas assumir uma perspectiva parcial que promete uma visão objetiva. São saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia (Haraway, 1995).

A pesquisa feminista não representa a substituição da lealdade a um gênero pela lealdade a outro - a troca de um subjetivismo pelo outro -, mas a transcendência de todo gênero, o que, portanto, aumenta a objetividade (Harding, 1993). Não se pode esperar que as necessidades e objetivos das mulheres e das feministas se combinem naturalmente. Mas, a grande força da pesquisa feminista durante a última década foi justamente o aprofundamento da compreensão da “situacionalidade” (*feminist standpoint* ou enquanto *situated knowledge* do gênero) que se quer objetivo, portanto, científico (Keller, 2006).

2. Imbricações entre Classe, Gênero e Raça

Gênero é um conceito relacional, diz respeito aos processos de construção cultural de relações que envolvem poder e constroem as desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres. Os primeiros estudos surgiram no contexto dos chamados “estudos sobre mulheres”, em um momento que as investigadoras feministas buscavam “desnaturalizar” a condição das mulheres em nossa sociedade.

O termo gênero foi empregado para refutar o determinismo biológico e demonstrar as variações das construções culturais da feminilidade e da masculinidade (Germiniani e Lorto, 2017, p.4). A construção social das diferenças sexuais e dos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino, está diretamente vinculada a sexo, sexualidade e divisão de trabalho por sexo (Germiniani e Lorto, 2017, p.5).

No patriarcalismo a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres como pertencentes à esfera reprodutiva, enquanto mães, esposas e donas de casa e os homens como os chefes familiares, provedores da família e inseridos na esfera considerada produtiva, isto é, no “mundo do trabalho”. Nesse sentido, podemos dizer que todas as mulheres tendem a ser subjugadas pelo patriarcado, mas não significa que as opressões são as mesmas pelo fato de serem mulheres.

Gênero como marcador social, quando “cruzado” com raça e classe resultam em posições dissimétricas de poder. O *Black Feminism* (feminismo negro) teceu uma crítica coletiva que se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média e heteronormativo (Hirata, 2014, p.61). As pensadoras negras colocaram que a raça é um importante elemento para se pensar as desigualdades, assim como as lésbicas ou as próprias mulheres rurais colocam em questão a sexualidade e o rural como importantes marcadores sociais.

Não se trata de hierarquizar as formas de opressão, mas de não negar suas diferentes formas entre as próprias mulheres. Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam, cede lugar à ideia da conjunção das relações de poder de sexo, de raça e de classe, o que torna ainda mais complexa a noção de “conhecimento situado” (Hirata, 2014, p.61).

Segundo Hirata (2014), um primeiro ponto para aprofundamento é a análise do conceito de “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial” da epistemologia feminista, a partir dos conceitos de *interseccionalidade* ou de *consustancialidade*. Dessa maneira:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70 *apud* Hirata, 2014, p.62 e 63).

Já a *consustancialidade*, por um lado, não se trata da simples aglutinação ou acomodação de opressões, mas da substância e formato dessas desigualdades. Nessa sequência, a teoria interseccional pretende conceituar o sistema de opressão, categorizá-lo e depois entender sua interação. Por outro lado, a teoria consustancial procura compreender os movimentos entrelaçados das estruturas de poder na história, como constituidores interdependentes do eixo de reprodução da própria realidade (Germiniani e Lorto, 2017, p.11).

A perspectiva da *consustancialidade* foi cunhada nos finais dos anos 70, pela socióloga francesa Danièle Kergoat. Mais do que a categorização das desigualdades e opressões, era importante pensar as relações entre elas:

A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e

imbricadas, e, portanto como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patrícia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social. Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat quando afirma a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução (Hirata, 2014, p.69).

Ainda segundo Hirata (2014), as críticas da socióloga francesa sobre o conceito de interseccionalidade é que este não parte das três relações sociais fundamentais que se imbricam e são transversais: o gênero, a classe e a raça. A análise interseccional privilegiaria mais o “gênero-raça” do que “gênero-classe” (p.66). Para Hirata (2014), a interseccionalidade seria “de geometria variável”, isto é, não joga para segundo plano as relações de classe, gênero e raça, mas pode incluir outras relações sociais como a de sexualidade, de idade, de religião etc., segundo a importância para a pesquisa social.

A importância dos conceitos de *interseccionalidade* e *consustancialidade* vêm ao encontro do referencial teórico utilizado em minha pesquisa do “conhecimento situado”. Isso porque, as agricultoras as quais tive acesso nas entrevistas são todas da mesma classe social (pertencentes à categoria “consolidadas” de acordo com o Pronaf) e raça: brancas e descendentes de imigrantes italianos. Somado a isso, temos as relações de gênero e geração, envolvendo jovens e também mulheres aposentadas.

Por fim, ambas as conceitualizações, *interseccionalidade* e *consustancialidade*, partilham do pressuposto central da epistemologia feminista (Hirata, 2014), segundo o qual “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade” da ciência, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas, daí a importância fundamental de esclarecer as imbricações de classe, gênero e raça.

2.1 Gênero e Geração: situando a pesquisa

Ao traçar o perfil das agricultoras participes PNA e do PAA, sócias da cooperativa Cooperfamiliar (Chapecó – SC), percebi que gênero e geração eram os principais conceitos que se relacionavam para entender como se dava essa participação.

O conceito de classe e raça não assumiu explicitamente um fator de diferenciação social neste *locus* de pesquisa. Uma homogeneidade pode ser observada, haja vista que todas pertenciam ao segmento de “agricultoras capitalizadas” e serem brancas descendentes de italianos. Por outro lado, pode se questionar o porquê não têm pobres e caboclos na cooperativa?

Mesmo que no sul do Brasil, a presença da população indígena e negra, comparativamente ao nordeste, seja menor, sendo a composição racial mais “homogênea” pelo fato da forte imigração de europeus nessa região, a raça é um fator de exclusão dos (as) agricultores (as) pobres e de origem cabocla.

É nesse sentido que se entre as agricultoras entrevistadas *raça* e *classe* não assumiu um caráter de marcador social, demonstra por outro lado, o alijamento desse segmento não só das cooperativas da agricultura familiar, mas de todo o movimento de esquerda que se instituiu no campo a partir dos anos 1980.

Ao se traçar o perfil socioeconômico das agricultoras participantes do PAA e do PNAE no ano de 2016, observei que todas tinham um nível alto de integração aos mercados, detinham agroindústrias para a transformação e agregação de valor aos alimentos e viam nas políticas públicas uma forma de renda alternativa. Já *geração*, diferentemente de raça e gênero, representou um importante marcador social. As mulheres tinham idades entre 17 e 63 anos, isto é, de jovens a aposentadas.

A perspectiva de gênero no estudo das relações sociais do mundo rural, ao analisar os papéis das mulheres e homens, permite aprender as desigualdades, desenvolvendo como um de seus componentes analíticos a assimetria de poder (Melo e Di Sabbato, p.33, 2009). Uma dessas assimetrias é a diferenciação de geração, sendo que as jovens rurais estão no que chamo de “dupla desvantagem”, pois o seu papel decisório é ainda mais limitado (ou mesmo nulo) em comparação ao da mulher dentro da família rural. Segundo Joan Scott (2010):

Numa direção de baixo para cima, ao compreender estas relações de gênero e geração como relações de poder convida a um olhar que vai para além dos limites do que se costumava designar de “esfera privada”, cuja separação da esfera pública ou política tem sido

contundentemente refutada por muitos pesquisadores (p.32).

Através das acadêmicas feministas que pensam o campo e pela própria militância das agricultoras, as relações familiares no meio rural passam a ser discutidas não apenas como um assunto pertencente à “esfera privada”, apontando o caráter hierárquico existente na família, com o homem assumindo todos os processos decisórios.

Graças a esse acúmulo científico e militante podemos perceber como o êxodo rural está ligado, de maneira geral no sul do país, a uma questão de gênero e geração. A partir da faixa de vinte anos, a presença feminina diminui proporcionalmente mais rápido, enquanto os homens apresentam maior tendência de ficar no campo em cada faixa etária sucessiva. Nas faixas mais elevadas de idade (acima de 60 anos), há proporcionalmente mais homens no campo que na cidade, enquanto para as mulheres esta proporção favorece a moradia urbana (Scott, 2010, P.20).

As jovens rurais são incentivadas a estudarem, para terem uma “vida melhor” fora do campo. O estudo é associado a percepções que representam mobilidade, figurando como condição quase que indispensável para garantir uma inserção social mais digna. Tal percepção traz implícito que: por um lado, ela pressupõe que o agricultor (a) ocupa uma posição social de inferioridade e que nessa condição é praticamente inexistente a possibilidade de mudança de classe ou status social (Aguiar e Stropasolas, 2010, p.174).

A sucessão da propriedade, que é tradicionalmente passada ao filho homem, é outro fator que contribui para a migração feminina à cidade. Esse fenômeno vem sendo chamado de “masculinização do campo”. Já no Nordeste, na pesquisa feita por Parry Scott (2007), foi percebido que essa tem sido uma região de emigração, mesmo que esse fenômeno tenha diminuído proporcionalmente em décadas recentes com a ampliação da migração de retorno. Tem-se mantido uma atividade agrícola tradicional, com fluxos migratórios masculinos e femininos, mas com uma maior retenção feminina no campo quando comparada com outras regiões. Assim, se no Sul podemos falar de uma masculinização do campo, no Nordeste temos o movimento contrário.

De modo particular, quando comparada com outras atividades, a agricultura é vista pelos jovens, principalmente pelas moças, mais negativa do que positivamente. Entre os aspectos negativos são destacados, principalmente, a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários de trabalho regulares; a atividade agrícola penosa,

dura e difícil, submetendo os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis (Brummer, 2004, p.219).

A qualificação de ‘pesado’, ‘sofrido’ e ‘sujo’ ao trabalho agrícola é mais ressaltado nas referências feitas às moças e por elas próprias. Por apresentar tais características, o trabalho na agricultura é qualificado mais como ‘masculino’, não condizendo com a ‘natureza feminina’ qualificada como mais ‘delicada’. Alega-se, ainda, que a maior interação com os ‘espaços urbanos’ acentua nas jovens, principalmente, a valorização da estética, a preocupação com o corpo e a imagem (Aguiar e Stropasolas, 2010, p.162).

Para os (as) jovens, o emprego na cidade lhes garante, além de uma renda mensal (salário), o acesso aos direitos trabalhistas como férias, 13º salário, descanso semanal, dentre outros – garantias que não lhes são asseguradas pelo trabalho na unidade familiar (Aguiar e Stropasolas, 2010, p.166). Segundo as pesquisas de Anita Brummer (2004), sobre a população rural do Rio Grande do Sul:

As informações disponíveis apontam para duas questões problemáticas: a) o aumento do número de homens celibatários no meio rural, com consequências sobre o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas, tendo em vista o importante papel desempenhado pelas mulheres como mão-de-obra familiar não remunerada; b) a defasagem entre o número de moças e o de rapazes, o que pode ‘forçar’ um número maior de rapazes a emigrar, tendo em vista que raramente os jovens rurais encontram parceiras originárias do meio urbano que se disponha a viver no meio rural (Brummer, 2004, p.210).

As jovens se constituem numa força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar, entretanto, elas não têm assegurado, suficientemente, o acesso ao lazer, nem a uma renda fixa ou a um ‘pedaço de terra’ que lhe seja próprio. Quando solteira atende às determinações do pai e ao se casar com um jovem rural irá ficar subordinada à família do esposo. A ‘falta de liberdade’ é uma expressão bastante utilizada para se referir à condição da moça no meio rural (Aguiar e Stropasolas, 2010, p.165).

Podemos observar essas questões na fala da engenheira agrônoma da Cooperfamiliar (que é jovem e filha de agricultores) e da

secretária da cooperativa (que também é agricultora), a respeito do futuro da juventude rural:

Na maioria das famílias não tem espaço (para trabalhar), e nas que tem o trabalho é muito penoso. Os mais velhos não investem em tecnologia, em comprar um trator e fica muito difícil. Por exemplo, meu pai tem terra para fazer piquete²⁴, mas ele prefere ir “cortar pasto” para as vacas e levar nas costas o capim. Meu irmão com 25 anos não ficará lá cortando pasto (Secretária da Cooperfamiliar).

Por outro lado, ela ressalta que mesmo as famílias que tem uma condição social favorável, os jovens não enxergam o espaço rural como um lugar de oportunidades:

Na cidade por mais que ganhe pouco e viva uma vida corrida, existem finais de semana, chega final de semana não tem compromisso, final do mês o dinheiro está na conta. Se você conversar com o filho do N. e a M. V. e perguntar se ele quer ficar na propriedade, ele dirá que não, embora ela seja altamente rentável, só na feira, eles ganham em torno de 2 a 3 mil reais só vendendo suco de laranja (por feira). Eles também têm uma agroindústria e estão sempre ampliando (Engenheira Agrônoma da Cooperativa).

Stropasolas e Aguiar (2010), em pesquisa realizada com a juventude rural catarinense, observaram que o grau de participação das filhas nos processos de tomadas de decisão é maior, menor ou nulo conforme a intensidade de sua participação nas atividades consideradas ‘produtivas’ para a unidade familiar. Por exemplo, nas famílias em que a filha encontra-se envolvida apenas nas atividades domésticas, sua participação nos processos decisórios é praticamente nula.

Situação um pouco diferente daquela na qual a filha encontra-se envolvida, por exemplo, na produção de leite, de hortaliças ou na comercialização em feiras. A fala da jovem a seguir exemplifica essa condição, que por não ter irmãos homens e ser a mais velha, ao cursar

²⁴ Técnica que consiste em cercar o campo com uma cerca elétrica, para reter o gado em um espaço menor e permitir sua engorda de maneira mais rápida, assim como fazer a rotação de pasto, permitindo o descanso da terra (Pastoreio rotativo e não extensivo).

agronomia viu a possibilidade de suceder os pais na propriedade após obter a anuência deles:

Agora eu quero voltar, mas não para me matar de trabalhar. Agora as coisas já estão um pouco melhores porque o meu pai já conseguiu estruturar a propriedade. Os pais não incentivam os filhos a ficarem na propriedade. Eu agora pretendo voltar e a maioria dos meus colegas que fazem agronomia e tem relação com a agricultura, dizem que pretendem voltar, contudo vamos ver na metade do curso que a maioria desiste de voltar, acaba encontrando uma empresa para trabalhar e vender veneno e que paga bem, logo os motivos para desistir são vários (jovem agricultora familiar).

Outra observação dos autores citados acima é que as diferentes situações sugerem que os sistemas de produção adotados na unidade familiar podem favorecer mais ou menos a participação dos (as) jovens, principalmente das mulheres, nos processos de decisão e provocar alterações na maneira de se fazer a gestão da propriedade:

Os sistemas de produção que combinam duas, três ou mais explorações (grãos, hortaliças, leite ou suínos, aves e leite, por exemplo) tendem a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo do que sistemas de produção baseados num único tipo de exploração (grãos, por exemplo) (Aguiar e Stropasolas, 2010, p.167).

O sistema de produção de base agroecológica, associado à transformação da produção, pode assim oferecer alternativas de permanência no campo às jovens, em detrimento de atividades de monocultivo, como soja, milho e algodão, que empregam baixa mão de obra. Todas as agricultoras entrevistadas, incluindo as jovens, produziam de maneira agroecológica, demonstrando assim a importância das hortaliças, frutas e legumes:

Começamos a trabalhar com fruticultura, fruta do conde, mais especificamente, só que não deu certo, pois ela acabou morrendo. Meu pai plantou 100 pés, hoje deve ter no máximo uns 30 pés.

Então ele foi conhecer outras experiências, e conhecemos um senhor que produzia banana orgânica, e entramos em contato com a Epagri, eles ajudaram a comprar as mudas e começamos a plantar entre 2011 e 2012 e começamos a comercializar na feira e deu certo. Fizemos a agroindústria no porão da minha casa e o que sobrava das bananas começamos a processar. Foi criada uma associação, a Vale do Rio Uruguai, que é associada à Cooperfamiliar (jovem agricultora familiar).

Em suma, o que procurei demonstrar nesse tópico, é que mesmo entre as agricultoras que tem uma boa condição socioeconômica, não deixam de existir desigualdades entre gênero e geração (Paulilo, 2016b). Ambas as categorias ajudam a demonstrar a complexidade da “posicionalidade” das mulheres e jovens rurais.

3. Feminismo urbano e feminismo rural: autonomia e empoderamento

O feminismo enquanto um movimento social que busca a emancipação feminina referente às opressões que a limitam, ao ser objeto de teorização na academia (seja por feministas ou não), demonstra paulatinamente o que os conceitos de *interseccionalidade* e *consustancialidade* apontam: nem todas as mulheres sofrem os mesmos tipos de opressão. É nesse sentido que ao invés de feminismo vem sendo falado sobre os “feminismos”.

Segundo Siliprandi (2015), os principais movimentos feministas podem ser classificados em três grandes correntes: as “da igualdade”, as da “diferença” e as “pós-modernas”. As distinções entre elas são respectivamente: a centralidade da luta reivindicatória (igualitaristas); as lutas indentitárias e a afirmação de uma cultura feminista (da diferença); e a fragmentação do sujeito mulher (pós-modernismo) e sua diversidade (de pós-colonialistas a multiculturalistas).

O chamado “feminismo da igualdade” se esforçou para garantir às mulheres o mesmo direito atribuído aos homens, sendo um exemplo muito citado, a luta das sufragistas pelo voto (Paulilo, 2016a, p.300). Já o “feminismo da diferença” enfatiza as especificidades do ser feminino, principalmente quanto à capacidade de conceber, ou seja, de “dar a vida”. Ambos se tecem críticas mutuamente: o primeiro coloca que o

“feminismo da diferença”, ao enfatizar a diferenciação pelo fato da concepção, pode reforçar a visão tradicional da mulher enquanto mais ligada à natureza e o homem mais ligado à cultura e à razão. Já o movimento contrário aponta que o “feminismo da igualdade”, ao solapar a diferença colocando homens e as mulheres no mesmo patamar, acabou levando a mulheres a duplas jornadas de trabalho, ou tripla quando militam (Paulilo, 2016a, p.300). O feminismo pós-moderno questiona a própria noção de mulher, dizendo que não apenas o gênero, mas também o sexo é construído.

Temos também as correntes do chamado feminismo essencialista e as feministas construcionistas. A primeira se centra-se na ligação existente entre mulheres e natureza (numa perspectiva semelhante ao feminismo da diferença). O segundo discorre sobre a construção social do gênero e também do sexo, principalmente através da perspectiva de Judith Butler, afirmando que não só os papéis sociais sobre feminilidades e masculinidades são construções, assim como também o sexo.

Ainda existem as chamadas correntes do feminismo marxista e do feminismo liberal e socialista, que se centram sobre a classe social, o sistema capitalista e os impactos ao movimento e teoria feminista. Temos também o feminismo voltado para a redistribuição e o reconhecimento. Para Nancy Fraser (2002 *apud* Paulilo, 2016b), o primeiro se refere à questão de classe, e o segundo, às questões de *status* e valorização do que é atribuído ao feminino.

Um não é mero reflexo do outro, porém, para Fraser (2002), há possibilidade de conciliação através de uma concepção de justiça “bidimensional”, que incorporaria tanto a distribuição desigual de riqueza quanto a de reconhecimento e, assim sendo, seria extensiva às questões de “raça”, etnia, sexualidade, nacionalidade e religião. (p.274).

Todas essas correntes evidentemente são muito mais complexas do que a rápida exposição apresentada, contudo o que pretendo reter aqui é que mesmo com a pluralidade de pensamento existente nas teorias feministas, estas são ainda muito “urbanas”. Isto é, as teorizações tendem a fazer o deslocamento da cidade para o campo, utilizando e classificando muitas vezes o movimento e teorias sobre o feminismo no mundo rural como menos “avançado” nas pautas políticas. Nesse sentido, Paulilo (2016a) é explícita:

Por mais que se tente negar, há um evolucionismo implícito, presente tanto nos movimentos sociais

quanto em grande parte das teorias que os analisam. Ouve-se comentários de militantes afirmando que a aceitação do aborto é uma questão de tempo e amadurecimento. Seria mesmo? Isso não levaria ao pressuposto de que os movimentos que não o defendem teriam que “evoluir”? Enquanto os perigos do essencialismo são ressaltados, pouco se fala no perigo do evolucionismo, mesmo quando o ponto de chegada dessa evolução seja duvidar de qualquer ponto de chegada (p.310).

Outro fator importante para os movimentos de mulheres no campo são as aproximações com o cuidado da natureza e alimentação. Estes acabam sendo vistos com certo receio pelas feministas urbanas, por uma possível aproximação com uma abordagem essencialista. Contudo, a luta das agricultoras tem sido muito “colada” às suas práticas cotidianas, ou seja, está inserida em um “mundo da vida” e, talvez por isso, nem sempre os conceitos que foram cunhados ao longo de muitas décadas, de hegemonia dos feminismos urbanos, conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas (Paulilo, 2016a, p.312).

O conceito de natureza foi resumido por Paulilo (2016b), para demonstrar a importância que ele assume para os movimentos de mulheres do campo, para além de uma simples identificação da mulher/natureza:

Kesselring (2000), que começa no cristianismo da Idade Média e vem até os direitos humanos, permite-nos compreender por que a concepção religiosa da natureza foi tão fecunda para os movimentos sociais, que buscam não só igualdade, mas também equidade para mulheres e homens, ricos e pobres, humanidade e natureza. Porque a natureza, além de divina, é normativa, contendo, embutida na forma de entendê-la, tanto a igualdade entre todas as criações de Deus quanto seu direito de existir e, portanto, de serem respeitadas, amadas e protegidas. Como consequência, essa visão traz a norma de que nós, humanos, temos obrigação de vermos a equidade como “um direito natural”, como derivado da “natureza” que é divina, uma obra de Deus (Paulilo, 2016b, p.287).

A natureza, dessa forma, não é subordinada ao homem. Pela concepção religiosa, os seres humanos devem viver em harmonia com ela. O direito natural da Idade Média, advém dessa ideia de equidade entre homens, mulheres e natureza, tendo todos o *direito* de existir, resultando então, dessa noção, a ideia moderna de direitos humanos (Paulilo, 2016b).

O feminismo ecológico advoga o cuidado da natureza como intrínseco às pautas feministas. Segundo este, o modo como se trata o meio ambiente se relaciona fortemente com a maneira como se pensa e se trata as mulheres. Assim, tem suas raízes em uma ampla variedade de correntes (liberal, marxista, radical, socialista, feminismo negro ou de Terceiro Mundo), mas o que o distingue é sua insistência em afirmar que a natureza não humana é um assunto feminista (Femenías e Spadoro, *apud* Paulilo, 2016b, p.281).

Um dos primeiros cruzamentos entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e o direito reprodutivo das mulheres. Enquanto para parte dos ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento para se adequar a “capacidade de carga” do planeta, para as ecofeministas a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo em que se garantisse o direito de escolha das mulheres com relação à procriação (Siliprandi, 2015, p.47).

Ainda de acordo com Siliprandi (2015) em seu livro, *Mulheres e Agroecologia: transformado o campo, as florestas e as pessoas*, o ecofeminismo vem se constituindo desde a década de 1970, a partir de um conjunto de posições teóricas e de experiências práticas dentro dos movimentos de mulheres, que compartilham o reconhecimento da necessidade de reinterpretação das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que as ações humanas se deem em uma perspectiva não sexista e de respeito à valorização de todos os seres existentes.

Nessa reinterpretação entre natureza e seres humanos, as mulheres rurais não pretendem ser idealizadas como “guardiãs da natureza”, ou destruidoras do meio ambiente, tampouco como administradoras privilegiadas dos recursos e portadoras de “habilidades e conhecimentos especiais”:

A mulher enquanto “guardiã da natureza reforça justamente o que a cultura ocidental sempre

utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado. Seria como se as mulheres aceitassem “livremente” o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar seu caráter injusto se orgulhar dele (Siliprandi, 2015, p.69).

Vandana Shiva (1991) e Bina Argawal (1998) foram importantes pensadoras do ecofeminismo. A primeira, baseada na cosmologia Hindu sobre o princípio feminino, coloca-o como fundamental para libertar as mulheres, a natureza e o próprio homem em direção a uma energia criativa, não patriarcal e sem violência (Siliprandi, 2015, p.72). Já a segunda, critica o ambientalismo essencialista e a tentativa de por a mulher como “privilegiada” por sua “aproximação” com a natureza:

Ao enfatizar o papel das camponesas pobres e das mulheres das tribos dos movimentos ecologistas, não estou afirmando, como fazem algumas estudiosas feministas, que as mulheres possuem uma sensibilidade ou temperamento cognitivo especificamente feminino, ou que as mulheres enquanto mulheres têm certas características que as predispõem para atender a todos os detalhes, para ser mais interativas do que individualistas, e para compreender o verdadeiro caráter dos processos naturais complexos em termos holísticos. Mas situo as respostas e as perspectivas destas mulheres (que são sim frequentemente interativas e holísticas) na sua realidade material na dependência e uso dos recursos naturais para sobreviver, no conhecimento da natureza adquirido nesse processo, nos parâmetros culturais e modos de pensamento dessas comunidades (Agarwal, 1998, p.222 *apud* Siliprandi, 2015, p.72).

Como afirma Paulilo (2016b), a natureza e a alimentação presentes de forma fundamental nos discursos das mulheres rurais, está colada às suas práticas sociais. Alicia Puleo (2000 *apud* Siliprandi, 2015), também partilha dessa perspectiva ao se preocupar em discutir a validade de um ecofeminismo não essencialista, que reivindique o legado ilustrado de igualdade e de autonomia das mulheres, sem

renunciar às lutas políticas feministas e que, ao mesmo tempo, conserve um forte sentido ecológico (p.77). Dessa forma ela pontua que o ecofeminismo deve:

- 1) Ser um pensamento crítico; 2) Reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres; 3) Aceitar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; 4) Fomentar a universalização dos valores da ética e do cuidado entre os humanos e a natureza; 5) Assumir o diálogo intercultural; 6) Afirmar a unidade e continuidade da natureza a partir do conhecimento evolucionista e o sentimento de compaixão (Puleo, 2008, p.04).

Acredito que uma grande diferença entre o feminismo do campo e o urbano é a preocupação do primeiro com relação a questões de agroecologia, segurança alimentar e posse de terra. Como são assuntos que impactam diretamente a mulher rural, esse tema é cada vez mais recorrente, se não bandeira central dos movimentos feministas no campo, enquanto na cidade essa preocupação é muito mais abstrata. Além do mais, questões estruturais como o acesso a água é um dos elementos de infra-estrutura que talvez mais traga consequências para o trabalho das mulheres rurais.

Terra, água e alimentação são aspectos não só de debate acadêmico mais de sobrevivência dessas mulheres, por isso a agroecologia e preservação ambiental se fazem tão presentes. Pesquisas nacionais e internacionais mostram que a terra é um fator de barganha e um instrumento de segurança econômica para as mulheres. (Siliprandi e Cintrão, 2015). Por fim, é interessante observar que se o feminismo urbano está discutindo questões ligadas a direitos, sobretudo os reprodutivos e à sexualidade, as mulheres rurais, principalmente do hemisfério sul, nos continentes asiáticos e africanos e na América Latina, ainda se debruçam sobre questões básicas de sobrevivência.

A intenção tanto das ecofeministas, quanto do movimento de mulheres no campo foi então discutir um novo projeto de desenvolvimento da sociedade que levasse em consideração suas as propostas (Siliprandi, 2015). Se as mulheres rurais demoraram a se aproximar das correntes feministas, estas últimas também dificilmente as veem como contribuintes do movimento feminista, mas sim como mulheres que precisam ser “acordadas”, ensinadas e conduzidas por esse

movimento (Paulilo, 2016a, p.311). Ao contrário, é preciso considerar também a importância da contribuição das agricultoras brasileiras para “desurbanizar” as pautas, levantando a discussão da soberania alimentar e a preocupação com a distribuição masculina e concentrada da terra e entre outras questões.

3.1 Autonomia e Empoderamento

Fazer uma pesquisa feminista é cruzar em algum momento com os conceitos de *autonomia* e *empoderamento*. Na avaliação de políticas públicas é frequente ler que uma política específica trouxe mais “empoderamento ou autonomia” para as mulheres rurais. Todavia, apesar da frequência observada, muitas vezes não há clareza sobre o que eles significam.

O conceito de *empoderamento* surgiu da “práxis” para a “teoria”, sendo utilizado primeiro por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização (Aithal, 1999 *apud* Sardenberg, 2006, p.1). Nos últimos anos, tem-se tornado comum, tanto no discurso acadêmico, quanto de órgãos governamentais e não governamentais - ou mesmo no próprio movimento de mulheres - falar-se do *empoderamento* de mulheres, sobretudo no contexto do discurso sobre *gênero e desenvolvimento* (Sardenberg, 2006, p.1).

Existem importantes divergências quanto ao objetivo maior do empoderamento das mulheres. Para muitos dessas agências e órgãos governamentais (ou como na fala do ex-presidente norte-americano Bush), o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza, etc, ele não é um fim em si mesmo (Sardenberg, 2006, p.2).

Ainda de acordo com Sardenberg (2006), o empoderamento é um processo de conquista da autonomia e da autodeterminação, trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal (Sardenberg, 2006, p.2).

O empoderamento tem aludido que os indivíduos precisam mudar a si mesmos para alterar as condições à sua volta, representando, em certo sentido, uma ruptura com perspectivas em que prevaleciam as transformações estruturais (Hora, 2018). Dessa forma:

Empoderamento tornou-se a forma de subjetivação correspondente ao novo desenho das políticas sociais. Embora sua definição comporte vários significados em disputa, a ideia de que para mudar é necessário mudar o indivíduo, mediante uma tecnologia de intervenção, denominada, em geral, como citação, representa uma ruptura com as perspectivas anteriormente prevalentes que davam prioridade às transformações estruturais (Sorj e Gomes, 2011).

O *empoderamento* não viria de outra pessoa, no sentido dela nos “conferir poder”, mas de sermos empoderadas comparativamente a uma situação anterior. Já autonomia pode ser compreendida como uma condição de poder decidir sobre sua própria situação num contexto de transformação social e econômica, ou a autonomia como exercício pleno de suas capacidades (Dantas, 2013 *apud* Hora, 2018),

Magdalena Leon (2001) tem buscado pensar o empoderamento relacionalmente à estrutura social e ações coletivas:

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Toma um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. É “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (p.97 *apud* Sardenberg, 2006, p.3).

Podemos dizer que a noção de poder é central para o conceito de empoderamento, sendo que a divergência reside na forma como esse poder será gestado: individualmente ou através de uma coletividade que nos instiga a pensar as desigualdades de gênero, classe e raça e, a partir disso, podemos gerar mudanças que nos empoderem.

Leon (2001) observou que as Latino-americanas não gostavam de discutir a questão do poder, porque pensavam apenas em termos de *poder sobre*, isto é, o poder que o sistema patriarcal exerce *sobre* as mulheres. Na década de 1980 as mulheres evitavam utilizar a palavra “poder” por pensa-lo apenas como uma forma de dominação. Só depois do Encontro Feminista Latino-americano realizado no México, em 1987, se reconheceu a importância das outras formas e modelos de poder e, assim, de “empoderamento que seja *para e com as* mulheres” (Sardenberg, 2006, p.8).

4. A avaliação de políticas públicas através do conceito de experiência

Quando pensamos em uma pesquisa que se propõe a fazer uma avaliação de políticas públicas, logo nos vem à imagem de indicadores, índices e números. É evidente que pesquisas quantitativas são essenciais para mensurar o alcance, a efetividade e o impacto de políticas públicas, sendo mais abrangentes, em geral, que as pesquisas de caráter qualitativo.

Para o meu recorte de pesquisa, ao fazer a revisão bibliográfica dos estudos que articulavam mercados institucionais à agricultura familiar e a participação feminina, pude encontrar uma boa gama de dados que permitiam um panorama geral sobre essas políticas públicas. Uma pesquisa fundamental foi a de Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão, publicada no livro em comemoração aos 10 anos do PAA, em 2013, que discutia a participação das mulheres no programa. Nele as autoras quantificaram a evolução formal das mulheres na modalidade compra com doação simultânea, no ano de 2012. Santa Catarina aparecia como o sexto estado com menor participação feminina. Eram 25% no total dos contratos, ficando na frente apenas dos Estados do Amapá (23%), Espírito Santo (21%), Mato Grosso (23%), Paraná (22%) e Rio de Janeiro (20%).

A partir desse dado resolvi percorrer o caminho inverso e ao invés de me perguntar por que havia esse baixo número de participação em Santa Catarina, estado que é considerado “por excelência” de agricultura familiar, me propus a entender como as mulheres já

participantes do PAA e PNAE com base em sua *experiência* avaliam esses programas. Nesse sentido, estudar como foi construída essa experiência, permitiria avaliar de forma qualitativa se o acesso formal aos contratos se traduz num acesso real a essas políticas.

Segundo Joan Scott (1993), os sujeitos são constituídos discursivamente. A experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas (p.43):

A experiência, nessa abordagem, não é a origem de nossa explicação, mas aquilo que queremos explicar. Esse tipo de abordagem não desvaloriza a política ao negar a existência de sujeitos; ao invés, interroga os processos pelos quais sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a história e o papel do/a historiador/a, e abre novos caminhos para se pensar a mudança (Scott, 1999, p.58).

Experiência é, ao mesmo tempo, uma interpretação e algo que precisa de interpretação. O que conta como experiência não é nem autoevidente, nem é definido, mas contestável, portanto, sempre político. Sendo assim, o estudo da experiência deve questionar a posição enquanto origem na narrativa histórica, é aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (Scott, 1999, p.27).

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências (Scott, 1999, p.27). Experiência não é uma redução ao discurso, mas os sujeitos constroem discursos sobre as suas experiências.

Ser um sujeito significa estar “sujeitado a condições de existência definidas, condições de designação de agentes e condições de

exercício” (Scott, 1999, p.27). Essas possibilitam escolhas, apesar de não serem ilimitadas, não há também um ponto de chegada predeterminado, a experiência vai construindo as identidades e visões de mundo que, como mostra a história, estão em constante mutação (Paulilo, 2016b).

Ao entrevistar as agricultoras sobre a sua participação no PAA e no PNAE, portanto, sobre suas experiências, devemos posicioná-las dentro do contexto social. Por exemplo, para perceber porque em muitos casos, mesmo sendo a mulher a principal fornecedora, dos alimentos e produtos transformados artesanalmente, ao programa, a gestão dos recursos é ainda reponsabilidade exclusiva do homem.

Se nos baseássemos apenas no discurso, poderíamos ser levados a pensar que elas não se “importam”, mas ao localizá-lo na história, vemos que essa experiência está calcada na constituição da família rural, aonde a mulher e as jovens têm pouca decisão no âmbito familiar. Temos também as mulheres que defendem a importância dessas políticas públicas e reivindicam sua maior participação nos processos decisórios, muitas delas estando ligadas a movimentos sociais no campo, principalmente o de mulheres que tendem a contestar a imagem homogênea da família rural. Assim, existe um movimento duplo de não tomar o discurso como retrato fiel da realidade, mas não desacreditar na agência dos sujeitos:

Tratar a emergência de uma nova identidade como um evento discursivo não significa introduzir uma nova forma de determinismo linguística, ou destituir sujeitos de sua capacidade de agenciamento. Significa recusar a separação entre “experiência” e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. Sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam. E sujeitos têm agenciamento. (Scott, 1999, p.42).

O conceito de experiência nos abre novas possibilidades para analisar produções discursivas da realidade social e política como processos complexos e contraditórios. Localizar essa experiência dentro do espectro histórico é saber definir as particularidades dessa história e analisar o discurso por meio do qual ela se constrói. No próximo capítulo irei analisar a experiência de cada agricultora, mostrando como

as diferentes experiências estão associadas a diferentes contextos históricos e de posição no espaço social.

CAPÍTULO 03 – PAA E PNAE: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DA COOPERATIVA COOPERFAMILIAR

1. Região Sul

No sul há uma grande concentração de agricultores familiares apresentando uma enorme diversidade que pode ser sintetizada em quatro grandes grupos: a produção exclusiva para autoconsumo; a produção para autoconsumo e para o mercado; a produção integrada às grandes agroindústrias; e a produção de *commodities* para os mercados nacional e internacional (Mattei, 2016, p.240).

A região é composta por três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esses estados foram compostos pelo surgimento do campesinato parcelar, chamados colonos, descendentes de italianos, alemães e poloneses e têm suas raízes no processo sucessório dos camponeses que migraram da Europa ao Brasil (Renk, Badalotti, Winckler, 2010 p.368).

Os colonos sempre acionaram marcos de distintividade em oposição aos *outros*, como a categoria “trabalho”, isto é, aos caboclos e indígenas. Para os descendentes de europeus não ibérios, trabalhar estaria próximo aos ensinamentos bíblicos de comer o pão com o suor do rosto (Renk, Badalotti, Winckler, p.370, 2010). Assim, nosso campesinato não é marcadamente de origem indígena, com exceção de algumas regiões do Norte, mas uma miscelânea de negros, caboclos e descendentes de europeus (Paulilo, 2016, p.309).

1.2 Santa Catarina: Região Oeste

A Região Oeste apresenta um relevo recortado por vales e com declividade acentuada. Possui uma estrutura agrária fortemente marcada pela presença de minifúndios. A região do estudo notabilizou-se a partir dos anos 1970 pela introdução do sistema de integração agroindustrial para a produção de suínos e aves.

Neste sistema, a agroindústria estabelece os padrões de produção, compreendendo as instalações, a organização do trabalho e os resultados esperados; fornecendo à família integrada os animais, rações, medicamentos e assistência técnica para o processo produtivo e fixando os preços pelos animais entregues para o abate. (Renk, Badalotti, Winckler, p.378, 2010).

Segundo Mattei (2016), os agricultores e agricultoras que não se integraram, ou foram excluídos dos complexos agroindustriais,

necessitariam de um conjunto de políticas públicas para a sua reprodução. No caso estudado, nenhuma das agricultoras entrevistadas pertencia ao sistema de integração.

O dinamismo sócio econômico regional depende fundamentalmente das pequenas unidades familiares de produção agrícola, predominantes no conjunto dos estabelecimentos agropecuários e que se apresentam bastante diversificadas e, integradas às agroindústrias, base do desenvolvimento econômico da região (Aguiar e Stropasolas, 2010, p.159).

Referente à atuação sindical e aos movimentos sociais, as tentativas dos sindicatos do Sul, ligados à CUT, de vencerem as eleições para direção das federações de seus estados, não surtiram bons resultados e, em 1997, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (Fetrafesc):

Experiência pioneira que agregava sindicatos de agricultores familiares, em especial do Oeste Catarinense, dando início à construção de um novo processo organizativo sindical, paralelo à representação legalmente reconhecida das federações existentes e da Contag (Picolotto e Medeiros, 2017, p.353).

Posteriormente a Fetrafesc passou a se chamar Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul). Ela foi criada em 2001, em Chapecó/SC, como resultado deste processo de disputa, entre a Contag e a CUT, que tinha como objetivo maior priorizar a elaboração e implementação do “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) em toda a região Sul”. Com ela, consolidava-se a dissidência de uma parcela cutista da Contag em estados importantes do país (Picolotto e Medeiros, 2017, p.354).

A Fetraf-Sul se distancia da Contag na medida em que tem atuação destacada dentro do que se conhece como “sindicalismo combativo” (Becker e Sacco, 2015, p.147). Reitera, ao longo do tempo, sua preocupação com atividades que retomem a vinculação com as bases e com iniciativas que possam ir além do que, pela tradição, seriam as atribuições do sindicalismo.

Entre elas, encontram-se o estímulo à organização no processo produtivo; à agroindustrialização caseira; à criação de cooperativas de

crédito (como o sistema de crédito solidário, conhecido como Cresol); ao processo intenso de formação de lideranças e de educação por meio do projeto denominado de *Terra Solidária*; aos chamados *Mutirões da agricultura familiar*, momentos de intensa mobilização e aproximação sindicato/base (Picolotto e Medeiros, 2017, p.354).

A Cooperfamiliar é considerada um dos “braços” da FETRAF-Sul no oeste catarinense. Tem suas pautas alinhadas com esta organização sindical, como o acesso às políticas públicas de caráter mais assistenciais e produtivas, isto é, na inclusão produtiva dos agricultores e agricultoras e na sua consolidação com o mercado (solidário e convencional). Nesse sentido, distancia-se de pautas como a reforma agrária, mais ligada ao MST, e que nos últimos anos não vem sendo também, bandeira de luta da FETRAF, que se nacionalizou e não se restringe mais a ações na esfera da região sul.

2. Cooperfamiliar

2.1 Descrição

A Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar) está localizada no município de Chapecó, no oeste catarinense. Ela foi fundada em 1995, há 23 anos, e no início, o objetivo principal era trabalhar com a comercialização do leite.

Havia muita produção na região, maior do que a existente hoje, mas mediante a uma crise, os agricultores resolveram se unir para criar a cooperativa. Ela também visava à compra de insumos, como adubos, material, sementes e etc.

A cooperativa tem área de abrangência de cinco municípios: Arvoredo, Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba. Esses municípios são onde se concentra a maior atuação, porém existem associados de pelo menos quinze outros municípios. Isso acontece, porque há um excedente de produção e as cooperativas desses municípios não conseguem absorver os agricultores, que acabam se associando a Cooperfamiliar para vender sua produção.

Existem também, nas agroindústrias de suínos, aqueles (as) agricultores (as) que compram os animais em Seara, por exemplo, para abater em abatedouros em Coronel Freitas ou Cordilheira Alta. Como esses municípios são áreas de abrangência da cooperativa, elas os mantem em seu quadro de sócios, pois é sua área de abrangência²⁵.

²⁵ Informações concedidas via entrevista com a Engenheira Agrônoma da Cooperativa em setembro de 2017.

Atualmente existem 304 DAPs cadastradas na cooperativa, porém ativas somam 235. Sendo a DAP familiar, são assim 235 famílias que integram atualmente sua base social. A estrutura administrativa conta com oito empregados fixos, entre eles: a presidente, engenheira agrônoma, secretária, tesoureira e motoristas. O espaço onde mantem a sede é alugado, mas detêm veículos próprios, como dois caminhões, que são utilizados na entrega dos alimentos.

Referente ao perfil socioeconômico dos cooperados, os produtores de leite são os mais “descapitalizados” e, giram em torno de 30 famílias, as quais recebem o equivalente a até dois salários mínimos por mês. Os agricultores e agricultoras que têm agroindústrias, principalmente de hortifruticultura, seriam os consolidados²⁶:

Não podemos dizer que “estão montados na grana”, mas tem certa estrutura, são mais organizados, alguns tem até contratação de funcionários, tem mercado próprio. Eles são associados da cooperativa, mas não dependem dela, nem dos programas. Podem ter dependido no início, como quem trabalha com os panificados, se não fosse o PAA e o PNAE, não teriam conseguido essa proeminência (engenheira agrônoma da Cooperfamiliar).

Os agricultores e agricultoras que possuem agroindústrias conseguem uma maior agregação de valor nos seus alimentos, além disso, associadas ao sistema agroecológico de produção eles garantem uma maior diversificação produtiva. Comercializam mais nas feiras, além de supermercados, cestas de orgânicos, venda direta em casa e etc.

O funcionamento da cooperativa é mantido mediante uma porcentagem em cima da execução dos programas. É pela movimentação dos agricultores e agricultoras no PAA e PNAE que eles mantêm a cooperativa. Há também uma porcentagem obtida em cima da movimentação financeira das agroindústrias familiares e os cooperados também pagam uma cota no momento que se se associam.

²⁶ Essa nomenclatura é adotada pelo PRONAF, para designar os agricultores com renda bruta anual de até R\$360.000,00 reais.

2.2 Mulheres rurais da Cooperfamiliar

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa são sócias da Cooperfamiliar e participaram no ano de 2016, que foi o recorte temporal da pesquisa, tanto no PAA quanto no PNAE. Após o cruzamento de dados da cooperativa foi obtido o nome de onze mulheres que tinham seus nomes nos contratos formais dos programas.

Entre essas onze mulheres, duas delas apenas “emprestaram” os nomes para os filhos, portanto não eram as reais fornecedoras. Restaram nove mulheres, sendo que duas não foram entrevistadas, pois não conseguiram ser contatadas por não disponibilizarem de telefone celular.

Das sete agricultoras entrevistadas, duas eram jovens rurais solteiras, quatro eram casadas e uma separada. A faixa de idade das jovens era de 17 e 24 anos. As mulheres tinham idades entre 40 a 63 anos. A despeito de uma jovem rural e uma agricultora, todas elas tinham um salário individual, seja por aposentadoria, pensão por viuvez, diárias do sindicato para palestras e diária por coordenação de associação.

Referente à escolarização formal, cinco tinham o ensino médio completo, uma tinha o ensino fundamental incompleto e as duas jovens tinham ensino superior incompleto, sendo que uma delas estava cursando agronomia, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a outra havia trancado o curso. Duas agricultoras e uma jovem fizeram cursos suplementares, sendo uma de preservação de sementes crioulas, outra um curso de curta duração de psicanálise²⁷ e também de fitoterapia, florais e ervas medicinais e a jovem tinha participado do curso “Letras e Lutas”²⁸.

Todas as agricultoras e jovens pertenciam à família de agricultores (as), as que se casaram mudaram para a propriedade de seus maridos. Uma das jovens estava morando temporariamente na cidade, para poder concluir a graduação.

Como já exposto, a composição étnica do sul do país está marcada pelos descendentes de colonos europeus como alemães, italianos e poloneses. Todas as agricultoras entrevistadas eram descendentes de italianos. É evidente a existência das comunidades indígenas e os caboclos, na região Serrana de Santa Catarina, no entanto, a população

²⁷ Curso gratuito que oferecia noções básicas de psicanálise, para leigos no assunto.

²⁸ Projeto de Extensão “Letras e Lutas” promovido pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó.

parda e negra nas zonas rurais é proporcionalmente maior nas regiões norte e nordeste do país.

2.3 Formas de Comercialização da Cooperfamiliar: PAA e PNAE

O PNAE é o principal meio de comercialização da cooperativa. Eles também comercializam com o PAA, mas atualmente em termos percentuais ele não é significativo. Todavia, se existe a comercialização com o programa, ele auxilia, para escoar os produtos que o PNAE não absorve.

O primeiro tem o preço melhor em comparação ao segundo, mas no PAA entregam em maior quantidade e não existe tanta exigência como no PNAE. Há também diferentes regras entre os dois programas. O PAA é mais focado na documentação e mais flexível no controle de qualidade, já no PNAE a entrega dos produtos dentro de uma padronização é mais rígida.

Concernente à atuação da cooperativa, ela elabora os projetos para acessar os editais dos programas. Cada projeto tem duração de em média um ano, podendo ser renovado para mais um, caso tenha um desempenho satisfatório no cumprimento dos objetivos pré-acordados.

A elaboração é feita pela engenheira agrônoma e o secretário de finanças. Os agricultores e agricultoras, por sua vez, devem procurar a cooperativa e manifestar seu interesse, informando quais tipos e quantidades de alimentos produzem, e em cima dessa oferta é elaborado o projeto.

Foi em 2007, quando Chapecó contou com um governo popular, com o prefeito Pedro Francisco Uczai (PT) (2001-2004), que a Cooperfamiliar conseguiu construir uma parceria com o poder público para a entrega dos produtos da agricultura familiar às escolas e as entidades filantrópicas²⁹, sendo inclusive uma das primeiras cooperativas desse tipo no Estado.

A cooperativa mantinha um contrato do PAA e PNAE por município. Com a mudança da legislação no final de 2014 e começo de 2015, passou a construir contratos inter-regionais, interligando os (as) agricultores (as) e as entidades socioassistenciais atendidas em cada

²⁹ Informações concedidas via entrevista com a Presidente da Cooperativa em setembro de 2017.

município de sua abrangência: Arvoredo, Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba.

No ano de 2017, quando foi realizada a pesquisa, além das escolas do município de Chapecó, estavam cadastradas as seguintes entidades para receber os alimentos: Albergue Casa de Passagem, o Hospital Regional, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de Nova Itaberaba. No final de 2016, o CRAS do município de Lages também foi atendido para utilizar os recursos finais que a cooperativa detinha provenientes do PAA e PNAE.

2.4 Cooperativismo “empresarial” e a Economia Solidária

A Cooperfamiliar atua em redes, através da participação na Cooperativa Central Sabor Colonial. Ela foi criada em 08 de agosto de 2010, resultado de um processo de construção de experiências bem sucedidas na agricultura familiar, na agroecologia, na economia solidária, cooperativas de produção e experiências de comercialização regional³⁰.

Consolida uma experiência construída pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), e a participação de diversos movimentos e entidades ligadas à agricultura familiar do Estado de Santa Catarina. A Apaco reúne 21 cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar, visando à defesa econômico-social e de organização destas, proporcionando-lhes condições para exercício e desenvolvimento de suas atividades.

A Cooper Central, presta serviços, coordena a compra e venda de gêneros alimentícios, organiza o trabalho e operação das cooperativas filiadas, observando os princípios éticos, morais e de livre adesão, considerados fundamentais. Atua e promove o enfoque agroecológico a ser aplicado nos processos produtivos industriais e rurais das atividades das cooperadas e na defesa das questões relacionadas à preservação do ambiente e da ecologia.

A Cooperfamiliar se insere, então, no escopo da chamada “Economia Solidária” (ES). O termo surge a partir de 1990, disseminando-se por vários países para designar uma diversidade de iniciativas econômicas de base associativa e autogestionária (Cunha, 2013, p.188).

³⁰ Disponível em: <<http://www.saborcolonial.com.br/sobre-n%C3%B3s>>. [Acesso em: 25/09/2018].

A ES abarca experiências tanto no campo quanto na cidade, de comercialização conjunta, finanças solidárias, trocas de produtos e saberes, manejo partilhado de recursos naturais, entre outros (Cunha, 2013, p.188). Se auto intitula como “cooperativismo solidário” ou “novo cooperativismo”, fazendo contraponto ao cooperativismo de porte empresarial de caráter oficial, vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O cooperativismo solidário estaria mais alinhado à União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e à Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL). Essas organizações apontam o caráter e a hegemonia patronal rural da OCB, tendo sido presidida sempre por representantes do cooperativismo agrícola patronal (Cunha, 2013, p.190). As discussões brasileiras em torno da ES apontam a necessidade de autogestão no local de trabalho, compreendida como a ideia de “sem patrões e nem empregados”.

A ES se coloca assim no campo oposto ao “cooperativismo empresarial”. De base rochdaleano³¹, o tipo ideal de organização econômica solidária seria a chamada “cooperativa de produção”, que pertence coletivamente aos trabalhadores que nela produzem e é democraticamente gerida por eles, segundo o princípio “uma cabeça, um voto”. (Cunha, 2013, p. 188).

As críticas aos (as) agricultores (as) sobre a falta de experiência e as reclamações da dependência de profissionais especializados em comercializar, expõe uma hierarquia entre gestores da cooperativa e os cooperados. A crítica às grandes cooperativas que acabam reproduzindo modelos de empresas, podem se reproduzir nas pequenas cooperativas:

“O problema é que muitos (agricultores e agricultoras) não se desafiam a procurar outros mercados, eles esperam por esses programas. Por exemplo, o PNAE, se não abre o edital, eles ficam desesperados por estarem perdendo seus produtos,

³¹ Este termo refere-se à chamada primeira cooperativa de produção da história. Em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, a cooperativa tinha como objetivo buscar uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16h) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 24/09/2018.

mesmo que a cooperativa sugira outras opções de comercialização, como os supermercados, por exemplo, eles não querem ir vender. Aqui na cooperativa a comercialização é mais facilitada, nós estávamos até dizendo que **daqui uns dias o agricultor vai requerer que nós vamos até a propriedade buscar o produto, só pode (!)**” (engenheira agrônoma).

“Além de fazermos todo o trabalho bruto, de digitar os alimentos e as quantidades, eles só deveriam trazer o produto embalado e pesado, mas nem isso eles fazem. Todo ano fazemos reunião com eles e **explicamos as exigências de entrega dos produtos, principalmente para as escolas, e mesmo assim eles não fazem**” (secretária da cooperativa).

Observam-se, principalmente nos trechos destacados acima, os conflitos existentes entre a administração da cooperativa e os agricultores e agricultoras. A principal queixa é de que não há pró-atividade, e eles acabam delegando o papel de buscar novos mercados à cooperativa. Porém, a pergunta é se não seria muita exigência demandar que os (as) agricultores (as) produzam bens de qualidade e se ocupem de boa parte da comercialização?

A formação das cooperativas teria como papel, justamente, facilitar a comercialização dos (as) agricultores (as), fomentando o PAA e o PNAE, para projetar os alimentos da agricultura familiar ao mercado:

“Os agricultores que estão no processo de transição, por exemplo, os fumicultores, para outras culturas, nós o indicamos para o PAA. Assim eles podem ter uma relação direta com o consumidor, favorecendo a qualidade e regularidade dos produtos, incentivando-os terem uma lógica de mercado, mas com uma visão social” (presidente da cooperativa).

Em contrapartida, observamos que o discurso e as práticas da cooperativa tendem a ser incongruentes, principalmente no que concerne a indagação sobre a participação das mulheres no PAA e PNAE:

“São 42% de mulheres. Nós priorizamos o trabalho das mulheres porque são elas que

produzem” (engenheira agrônoma da cooperativa).

“Nós temos a assembleia, que é a instância máxima da cooperativa e é realizada anualmente. A engenheira agrônoma faz o acompanhamento técnico da propriedade e nós temos os encontros de formação, tanto produtivo quanto de organização” (presidente da cooperativa).

“A participação das mulheres se dá mais pela exigência da legislação do que pela consciência em ser ela a participante do programa” (presidente da cooperativa).

“Não temos essa informação reunida por homens e mulheres, na realidade, a maior parte das vezes é o casal que se associa, portanto é “tudo junto”. Se são 235 famílias associadas, com uma média de 3 pessoas, temos pouco mais de 600 associados ativos. Como na maioria das vezes é o casal, teríamos uma porcentagem igualitária, mas se formos avaliar temos mais homens que mulheres. **No “papel” pode ser que tenha mais mulheres, mas que está movimentando são os homens**” (engenheira agrônoma da cooperativa).

É muito frequente (entre agricultores, técnicos, agentes públicos, representantes sindicais e dirigentes de cooperativas) a interpretação de que o homem é o “titular” da DAP, sendo as mulheres “dependentes” e que o projeto do PAA e PNAE precisa ser feito em nome “do” titular (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.174). A DAP vale lembrar, é familiar, portanto isso justificaria porque o homem na maior parte das vezes aparece como o titular.

Cooperativas mais recentes, ligadas ao movimento de ES, têm criado regras especiais visando favorecer a participação das mulheres, como é o caso de cotas para mulheres nas suas diretorias, ou possibilidade de filiação de mais de um membro da família sem que seja necessário o pagamento de outra mensalidade (Siliprandi e Cintrão, 2011). Contudo, a Cooperfamiliar é gerida unicamente por mulheres, desde a sua diretoria até a secretaria, isso mostra que a ocupação desses

espaços é importante, mas ele não elimina espontaneamente as relações de poder existente entre as mulheres.

Ações de caráter formativo, com sensibilidade de gênero, como a discussão das hierarquias de poder no interior da família rural e a divisão sexual do trabalho, poderiam dar uma visibilidade maior ao trabalho das mulheres. Além disso, informações mais acuradas sobre os padrões exigidos de qualidade, os prazos, as formas de pagamento, etc., capacitariam melhor as agricultoras a respeito do funcionamento dos programas.

Se esclarecesse mais as agricultoras, a cooperativa estaria visando melhor à defesa econômico-social e de organização, a fim de proporcionar condições para exercício e desenvolvimento das atividades dos agricultores e agricultoras. Destarte tendo por base a economia solidária, caso não haja constantes observações dos seus princípios, a Cooperfamiliar pode ficar sujeitas às ações burocráticas e de assistência técnica.

Apesar das dificuldades encontradas entre os ideais da economia solidária e sua aplicação, um aspecto que ganha importância e incentivo dentro da ES, é o fomento das agroindústrias familiares. Elas assumem importante fonte de renda aos (as) agricultores (as) através da agregação de valor aos produtos transformados artesanalmente. No próximo tomo, veremos como o PAA e PNAE também ajudaram nesse fomento as agroindústrias.

2.5 Fomento das agroindústrias

A agricultura familiar catarinense tem na transformação artesanal de alimentos uma de suas características basilares. Os colonos migrantes (de etnia alemã, italiana, polonesa, etc.), que vieram para Santa Catarina a partir do século XIX, processavam alimentos para o consumo da família, compondo parte importante da dieta alimentar, mas também para comercialização de excedentes (Ferrari *et al.*2013):

Os principais produtos elaborados na cozinha das moradias (ou em instalações rústicas) eram queijo, manteiga, salames, linguiças, banha de porco, açúcar mascavo; geleias (“chimias”) de frutas, vinho, pães e bolachas caseiras (Ferrari *et al.*2013, p. 4).

De acordo com Gazolla (2012 *apud* Bacco e Santos, 2015), estes empreendimentos “tendem a funcionar na dinâmica das unidades

de produção de forma a ajudar em processos de diversificação rural” e agregação de valor. Nesse sentido, o PAA e o PNAE, também ajudaram a fomentar e a consolidar as agroindústrias familiares:

“(…) A propriedade dos Vaccari é altamente rentável, só na feira, eles ganham em torno de 2 a 3 mil reais só vendendo suco de laranja (por feira). Eles têm uma agroindústria e estão sempre ampliando” (engenheira agrônoma da cooperativa).

“Depois que entramos também nesses programas, nós ampliamos a agroindústria. Nós ficamos três anos no porão de casa e depois começamos a construir e ampliar conforme a demanda. Foi o PAA e o PNAE que nos permitiram aumentar nossa agroindústria e fazer a aquisição dos nossos dois veículos para a entrega dos produtos” (agricultora familiar).

As cooperativas foram fundamentais para a formação das agroindústrias de pequeno porte. Um dos principais objetivos do cooperativismo é prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva. No estado de Santa Catarina, o PAA e o PNAE foram alguns dos principais elementos que impulsionou a organização cooperativa:

“Os programas estimularam a organização de cooperativas em Santa Catarina (Modalidade compra com doação simultânea)” (Coordenador do CEPA - Epagri).

“Ajudou na formação de cooperativas em Santa Catarina, representando também alternativas de renda para famílias que estavam em situação de vulnerabilidade social (famílias de autoconsumo)” (Coordenador Estadual de Políticas Públicas - Epagri).

Segundo estudo realizado pela Epagri em 2010³², sobre os empreendimentos de agregação de valor e as cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina, nessas atividades se repete uma das características marcantes da agricultura familiar, que é a relação direta entre a propriedade, o trabalho e a gestão das atividades.

Os responsáveis pelas pequenas agroindústrias (proprietário, sócio, administrador, gerente etc.) têm perfil um pouco diferente daquele dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários. Além de haver uma menor concentração de pessoas de faixas etárias mais elevadas, a principal diferença é que 25% das agroindústrias estão sob a responsabilidade de mulheres. No caso dos estabelecimentos agropecuários, essa participação alcançava “apenas” 7,5%.

Dessa forma, a mulher embora trabalhe na mesma intensidade que os homens e muitos dos produtos processados pelas agroindústrias tenham origem nas cozinhas através das transformações caseiras, elas não dirigem de forma equitativa esses empreendimentos. Embora, muitas apontam que não “há importância” em quem “tome frente” das agroindústrias, isso demonstra que a mulher e as jovens, ainda continuam sendo vistas como pertencentes aos “espaços da casa” e os homens aos “espaços públicos”, de negócio e comercialização.

A agroecologia, todavia, tem se mostrado um importante espaço de protagonismo das mulheres. Através da comercialização de seus produtos provenientes da transformação caseira, hortas e pomares, que antes eram considerados apenas para o consumo familiar, elas afirmam seus lugares nos espaços públicos e a importância das mulheres assumirem posições de decisão.

3. Movimentos Sociais no campo de mulheres rurais

3.1 Agroecologia e Feminismo

A agroecologia se propõe a estudar e compreender os ecossistemas de forma ampla, visando melhorar o seu potencial e eficiência, em termos de conjunto de produtos que poderão ser obtidos, ao mesmo tempo em que busca minimizar os impactos negativos dessa intervenção (Siliprandi, 2015, p.88).

A hegemonia da ciência agrônômica moderna acabou dissociando a natureza do ser humano (Siliprandi, 2015), que passa a ser

³² O estudo foi realizado em 2010, mas publicado em 2012. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agregacao_valor.pdf>. [Acesso em: 26/10/2018]

visto não como parte de um mesmo sistema, mas como um interventor, na busca pela sua sobrevivência. Contudo, essa visão acabou gerando um desgaste dos recursos naturais, através da exploração desses recursos naturais pela agricultura convencional, que vem se mostrando insustentável.

A agroecologia se propõe a modificar o modelo convencional do cultivo de grandes e pequenas extensões de terra, mas intensivas, baseadas na produção de *commodities*, incorporando o “saber popular” das populações tradicionais, que agregue uma visão ecológica aos estudos agrônômicos. Além disso, postula a criação de novas categorias conceituais que permitam o desenho de um sistema de produção agrícola em que os seres humanos cultivem a terra sem degradá-la e sem degradar-se enquanto membros de organizações sociais (Siliprandi, 2015, p.93).

É nesse sentido que as mulheres rurais e suas organizações no campo, pretendem avançar para além do seu reconhecimento como agricultora, propondo um novo modelo de agricultura visando o desenvolvimento rural sustentável.

Uma articulação importante nesse sentido é Marcha das Margaridas³³ que congrega movimentos de mulheres rurais “das águas, do campo e das florestas”:

Se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma marcha, caminhada, expressão ativa desse movimento, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado (Aguiar, 2016, p.280).

A partir de 2011, a Marcha consolidou seu caráter feminista, denunciando a violência no campo, a mercantilização do corpo da mulher e a busca por pautas voltadas à igualdade e à autonomia da mulher rural. Há também a crítica ao modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no agronegócio, denunciando o esgotamento dos

³³ Margarida Maria Alves era trabalhadora rural, tinha 40 anos, casada, mãe de dois filhos e, rompendo com padrões tradicionais de gênero, ocupou, por 12 anos, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Líder sindical bastante influente na Região Nordeste, Margarida incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos, protegidos pela legislação trabalhista, razão pela qual foi cruelmente assassinada no dia 12 de agosto de 1983 por um matador de aluguel na porta de sua casa e na presença do marido e do filho (Aguiar, 2016, p.280).

recursos naturais, através da contaminação das águas, dos animais, do solo e das pessoas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

A marcha propõe um modelo alternativo de agricultura fundado nos princípios agroecológicos, que tenha geração de renda e reconhecimento do trabalho das mulheres ao mesmo tempo em que respeite o meio ambiente. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem pautas similares, com forte atuação no oeste catarinense, onde:

A postura ecológica ainda é a preocupação central das militantes, que, seguidamente, têm se manifestado contra transgênicos, reflorestamentos, agrotóxicos, falta de incentivo às produções orgânicas e poder político das grandes empresas produtoras de celulose, sementes híbridas e transgênicas, pesticidas e outros tipos de insumo considerados perigosos para o meio ambiente. Em 2010, assumiram publicamente uma postura feminista. (Paulilo, 2016, p.298).

Emma Siliprandi (2015), em seu livro *Mulheres e Agroecologia*, aponta que apesar das diferentes trajetórias das mulheres rurais e suas participações em movimentos sociais, que ela pesquisou em diversas regiões do país, é possível identificar elementos comuns que refletem a visão que essas mulheres têm de sustentabilidade na agricultura e do papel da agroecologia em construção, sendo eles:

- “A reafirmação do modo de vida baseado em formas de organização familiares de produção – chamado por alguns setores de “modelo camponês” – como condição de um futuro sustentável no meio rural, desde que se contemple outra relação entre as pessoas e a natureza, sendo o enfrentamento político ao modelo hegemônico do agronegócio uma das condições para a implementação dessas propostas alternativas”.
- “A necessidade do reconhecimento da contribuição dos diversos sujeitos na construção desse novo modelo e, em particular, das mulheres, respeitando seus anseios e necessidades; sendo dado como pressuposto que a agroecologia é a alternativa tecnológica mais adequada à consecução desses objetivos e a que mais favorece a participação de todos”;
- “A necessidade de uma mudança de atitude com relação às questões que envolvem os temas da alimentação e da saúde, importantes para o modelo em exame, vistos pela ótica da interação das pessoas com o

meio ambiente; reconhecendo-se os saberes e as experiências das mulheres nesses campos, porém questionando a manutenção das tarefas dos cuidados (domésticas e de atenção às demais pessoas) como suas atribuições exclusivas” (Siliprandi, 2015, p.291).

Os movimentos de mulheres no campo têm, portanto, uma forte imbricação com a agroecologia. Mais do que um modo de produzir, expressa o entendimento sistêmico de que a agroecologia é ciência, prática e movimento³⁴. Para elas, não basta apenas substituir os agrotóxicos e adubos químicos por insumos agroecológicos ou orgânicos na produção de alimentos, energia, fibra, mas é preciso transformar as relações sociais entre homens e mulheres e entre gerações, ressignificando as conexões entre campo e cidade para a construção de outro mundo possível.

Foi essa a tônica da Marcha Mundial das Mulheres que ocorreu em 2017, cujo tema ressaltou que “sem feminismo não há agroecologia”. Reafirmou-se a concepção de que a Agroecologia precisa ter um enfoque sistêmico, que considere as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética³⁵.

3.2 PAA e PNAE: qual o impacto dos movimentos sociais?

A principal ideia levantada aqui é que a participação das mulheres rurais em movimentos sociais pode impactar significativamente a maneira como elas avaliam e acessam as políticas públicas:

Os movimentos de mulheres vêm construindo alternativas, tanto no plano das análises acadêmicas, através da economia feminista, quanto nas ações e lutas por políticas públicas, buscando que estas contribuam para a superação não somente das desigualdades sociais, mas também das desigualdades de gênero (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.155).

³⁴ Os autores que cunharam essa abordagem foram A. Wezel, S. Bellon, T. Doré, Charles Francis, D. Vallod no texto: *Agroecology as a science, a movement and a practice. A review*. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1927&context=agronomyfacpub>>. [Acesso: 21/03/2019].

³⁵ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2017/11/12/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>>. [Acesso em: 23/10/2018].

Há, portanto, a luta das agricultoras pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direito (Aguiar, 2016) se expressando, particularmente nos últimos anos, na reivindicação de políticas públicas que respondem às suas demandas e na construção de espaços institucionais empenhados em garanti-las (Siliprandi e Cintrão, 2011).

Como as mulheres rurais vem então experienciando esses espaços, que mesmo com dificuldades, vêm se abrindo à sua participação? A criação dos mercados institucionais como o PAA e o PNAE, é um exemplo dessa abertura, gerando visibilidade sobre a produção feminina no campo. A intenção é saber, então, como os movimentos sociais de mulheres rurais impactam o engajamento e percepção em relação à sua participação? Isto é, como o seu grau de organização influencia em relação às questões de comercialização com essas políticas públicas?

Muito dos produtos comercializados no PAA e PNAE eram considerados de “autoconsumo” e “subsistência”, produzidos nas hortas, pomares e quintais, sendo incumbência das mulheres. Existia a comercialização desses alimentos antes dos programas, mas em menor escala e com mais dificuldades, sendo vendidos principalmente para amigos e vizinhos.

Existem, ainda, casos em que eles, criam (ou recriam) formas de escoamento para produtos que estavam à margem dos mercados hegemônicos e sendo deixados de produzir por muitas famílias, como vários tipos de abóbora, batatas-doces, carás e inhames (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.168). Além disso, sendo a alimentação ligada a uma “esfera feminina”, há um movimento expressivo das mulheres no sentido de fornecer uma alimentação de qualidade tendo em conta a preocupação com a saúde da família e do público beneficiário:

Isso se reflete também na busca de redução do uso de agrotóxicos, em especial no caso de alimentos voltados para crianças (creches e escolas) e, no Rio Grande do Sul, vem reforçando o que é chamado de “transição para a agroecologia”, que, em vários casos, tem nas mulheres as principais incentivadoras (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.170).

“Desse tempo para cá trabalhamos com horta também, no período da Revolução Verde, utilizamos durante três anos “veneno” e foi quando meu cunhado adoeceu, paramos então de utilizar agrotóxicos e plantamos eucaliptos e fomos preservar natureza...” (agricultora familiar).

Os grupos de organização produtiva também acabaram ganhando fomento com os programas, seja através da criação de novos ou fortalecimento dos já existentes. Facilitou-se às mulheres a melhor organização de sua produção, a aprendizagem de comercialização nos mercados locais e a agregação de valor aos seus produtos.

Criado em 2008, o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, por meio de ações articuladas entre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Pesca e Aquicultura, Companhia Nacional de Abastecimento e organizações da sociedade civil³⁶. Tem como principal objetivo:

A inserção das mulheres na economia a partir de relações igualitárias. As ações abrangem a identificação e a caracterização de grupos produtivos de mulheres, a formação, a capacitação, a promoção de espaços de comercialização específicos para maior visibilidade da sua presença econômica, e a articulação local para viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas (Florence, 2011, p.7).

Com as agricultoras entrevistadas, podemos perceber que algumas delas já tinham participação em algum movimento social, associação, cooperativa e sindicato, antes mesmo do PAA e PNAE:

“Da Cresol, onde fui sócia fundadora, pois nos grandes bancos nós não tínhamos espaço para a agricultura familiar nem para a agroecologia, e através dela nós temos. Fui também uma das primeiras mulheres a se associar no sindicato, pois nós não tínhamos direito, nem mesmo a aposentadoria. Também fiz bastantes cursos através do sindicato e da FETRAF, sendo um deles de produção de sementes, através do ASPTA, no Paraná. É um instituto que cuidam das

³⁶ Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/area-rural/organizacao-produtiva-de-mulheres-rurais>>. [Acesso em: 25/10/2018].

sementes crioulas e onde eu aprendi a fazer a semente precoce do arroz e do milho, além de como plantar batatinha (batata inglesa), batata salsa ou mandioquinha” (agricultora familiar).

“Participo do sindicato, da FETRAF, da pastoral da juventude, da comunidade onde sou ministra e administro o grupo de jovens. Fiz bastantes cursos também, como o “Terra Solidária” e o “Letras e Lutas” (jovem agricultora rural).

“Sim, do DCE, como secretária geral, e da FETRAF também” (jovem agricultora rural).

“Particpei do manifesto dos sindicatos, e do MAB por um tempo quando tivemos nossas terras alagadas. Tínhamos gado leiteiro e no piquete, isso foi em 2010 e tivemos que vender tudo, e o que eles pagaram foi uma ‘mixaria’” (agricultora familiar).

Mas, com os programas foi possível a maior formação de grupos de organização produtiva e à aprendizagem de comercialização para e além deles:

“Através do curso de fortalecimento de jovens, que começou faz dois anos e onde foi criado um coletivo para que conseguíssemos adquirir equipamentos e fornecer produtos a esses programas” (jovem agricultora rural).

“Temos uma associação de moradores também, um grupo de doações de 8 mulheres para eventos beneficentes, onde doamos pão, macarrão e salada e as vezes nós damos o molho também (com carne ou frango). Doamos cerca de 300 pães por mês” (agricultora familiar).

“Na realidade eu participava do projeto do Professor Zonin (projeto de extensão de inclusão produtiva para jovens rurais, com duração de dois anos em parceria com a FETRAF e a UFFs – começou em maio de 2015) e dentro desse ele elaborou outro para a fundação do Banco do Brasil, e para conseguirmos acessar esses recursos

(do PAA e PNAE) nós precisávamos da DAP Jovem e foi aí que eu resolvi fazer” (jovem agricultora rural).

“Eu já pertencia às lideranças, trabalhei no sindicato, fui do movimento de mulheres e a Cooperfamiliar foi criada através dessas entidades e da APACO. Quando nós pensamos em abrir uma agroindústria familiar, uma microempresa, criamos como uma filial da Cooperfamiliar, pois dividimos os custos e vendemos para os Programas como PAA e o PNAE” (agricultora familiar).

Igualmente, observou-se, que o engajamento em movimentos sociais, faz com que algumas agricultoras percebam essas políticas públicas como conquista das lutas e não concessões do Estado, embora reconheçam que um ambiente institucional mais favorável pode levar a mais conquistas:

“Eu fiz greve de fome por oito dias em Florianópolis para conseguir o direito do seguro de trabalho, o auxílio maternidade... Nós estávamos acompanhadas de médicos e enfermeiras, só comíamos uma fruta e tomávamos um copo de água por dia. Foi apenas no oitavo dia que o juiz do trabalho nos recebeu. Isso ninguém sabe né? É uma história que o povo esquece (...). Assim foi mais uma conquista quando veio esses programas foi para expandir a comercialização dos produtos da agricultura familiar que até então não tinham espaço no governo. O PAA veio para dizer ‘fiquem na lavoura’ porque vai ter onde vender e o PNAE também” (agricultora familiar).

Já as mulheres que estão menos organizadas, tendem a visualizar a política pública como importante, porém desvinculada das lutas das agricultoras e de suas organizações. Há inclusive, a noção de que os movimentos sociais não trariam conquistas práticas às mulheres, tendo caráter mais abstrato, como a promoção de manifestações:

“Não, eu participava do MMC, mas já faz uns oito anos que eu não participo. Eu até ia no começo, elas se reúnem mais para reuniões... eu acho que elas deveriam não só incentivar, mas fazer alguma coisa pelas mulheres do campo. Deveria ter um movimento de organização em algum sentido prático, sei lá, por exemplo, uma padaria, um processado... enfim alguma coisa em benefício das mulheres do campo. Elas se reúnem mais para mobilização, mais em coisas desse sentido” (agricultora familiar).

Somado a isso, as agricultoras menos engajadas, informam de forma pouco precisa sobre informações básicas dos programas, como: desde quando participam ou quando se tornaram sócias da cooperativa, além de terem menos participação na gestão do estabelecimento familiar:

“Se a minha filha voltar seria muito bom, pois ela teria conhecimento técnico. Quem entende mais da produção e tem mais prática é o marido, pois é ele quem participa das reuniões de formação. Eu vou a algumas quando posso, mas quem participa mais é ele” (agricultora familiar).

“Na realidade, não sei dizer para quais programas estamos entregando, se apenas para um deles ou para os dois” (agricultora familiar).

Em suma, nos locais onde as mulheres estão mais organizadas, seu poder de negociação e as suas “chances” de serem reconhecidas são maiores. Assim a existência de grupos de mulheres é um aspecto que “puxa para cima” os seus percentuais de participação, pois há uma pressão por mais reconhecimento da sua inserção na vida produtiva (Siliprandi e Citrão, 2011).

4. Autoconsumo e produção de “excedentes”

O autoconsumo assume um papel importante na vida das agricultoras, sendo possível essa constatação através das entrevistas. Embora o meio rural tenha mudado de maneira significativa no sul do país - com o quase desaparecimento da enxada, a tração animal, a carroça, a colheita manual, entre outros, que são agora utilizados com pouca intensidade e encontrados esporadicamente - chegou-se a

presumir que outras características da agricultura e do meio rural, como o autoconsumo, também seriam alteradas (Grisa e Schneider, p.482, 2008).

Em geral, os produtos voltados para o autoconsumo, que estão sob responsabilidade das mulheres, e costumavam ter pouco ou nenhum acesso ao mercado, tendo o excedente trocado ou oferecido a vizinhos e parentes, ou simplesmente “perdido”. Os produtos considerados “comerciais” ou “de renda” eram em geral responsabilidade dos homens, ainda que as mulheres trabalhem efetivamente para a sua produção. As atividades de comercialização e o uso dos recursos auferidos com a venda desses produtos fugiam ao controle das mulheres (Siliprandi e Cintrão, 2015).

A produção para autoconsumo não reflete, portanto, uma submissão das agricultoras a condições de trabalho e produção pouco aceitáveis (Grisa e Schneider, p.482, 2008). Todas elas possuem um nível de integração significativo aos mercados, sejam eles os convencionais, como as cadeias de supermercados, sejam os alternativos, como as feiras, a venda para os amigos e vizinhança e até mesmo *delivery* de cestas de orgânicos:

“(…) Sim, nas feiras, no mercado Celeiro e a cesta de orgânicos. Isso faz uns seis meses (cesta de orgânicos) que entregamos, as pessoas nos ligam, escolhem os produtos e nós vamos entregar na quarta e no sábado” (agricultora familiar).

“Tem a feira, vendemos no mercado público, isto é, na Cooper Central, o Jean (filho dos Luzzi) compra banana de nós porque ele está fazendo a cesta orgânica, vendemos em casa também e em geral para os vizinhos e conhecidos” (jovem agricultora familiar).

“Fazemos feiras livres aos sábados de manhã, no calçadão, onde já estamos há quinze anos. Vendemos para o mercado Mercone, como bolos e rocamboles, para o mercado público que tem uma banca do município de Cordilheira Alta e fazemos venda direta ao consumidor, visitando as residências todas as quintas-feiras” (agricultora familiar).

“Vendemos na feira do centro (Rua Clevelandia), as quartas-feiras e aos sábados. Vendemos a banana e os doces, de banana e uva, porque na casa do meu pai tem um parreiral onde colhemos as uvas. Vendemos também aqui na vizinhança” (agricultora familiar).

“Vendemos direto para o consumidor e o que “sobra” nós trocamos dentro desse grupo dos produtores orgânicos” (agricultora familiar).

A integração aos mercados, não quer dizer que o autoconsumo seja relegado a um papel secundário. Este não deve ser confundido com excedentes da produção mercantil. O autoconsumo é definido como a parcela da produção da família destinada ao seu consumo, o que a caracteriza é seu valor para uso familiar (Grisa e Schneider, p.483, 2008).

O autoconsumo possibilita também que a família dispense menos dinheiro na compra de alimentos. Ou seja, trata-se de uma forma de *economização* (Lovisolo, 1989 *apud* Grisa e Schneider, p.485, 2008), permitindo que o dinheiro que seria utilizado para a compra de gêneros alimentícios, seja empregado para outros fins. Além disso, a autonomia ou a garantia de satisfação das necessidades alimentares confere legitimidade à família perante as demais:

“Na agricultura familiar? Tudo que consumimos menos o trigo. No entanto, a intenção é que no ano que vem (2018), nosso grupo dos produtores orgânicos encontre uma área para produzir o trigo orgânico também” (agricultora familiar).

“Para o consumo próprio nós produzimos quase tudo, é bem diversificado” (jovem agricultora familiar).

Ao produzir para o autoconsumo, as unidades familiares se auto reconhecem e são reconhecidas (Grisa e Schneider, p.486, 2008). A variedade alimentar e a produção de alimentos saudáveis – que vai de encontro a tendência global de homogeneização da alimentação, via consumo excessivo de produtos industrializados, *fast-foods*, perda da biodiversidade e dos padrões de consumo locais – é um aspecto salientado pelas agricultoras:

“Produzimos: o arroz, batata de vários tipos, milho crioulo, abóbora, pepino, melancia, melão, batata doce, ovos e galinha caipira, pasto. Leite eu não produzo, eu pego da minha irmã, que também é orgânico, queijo e manteiga”. (agricultora familiar)

“A Sra. Terezinha cria porco, o Joel meu sobrinho planta milho crioulo e também tem porco. Ou seja, é tudo natural, eu na minha idade não tomo remédio nenhum, faço meus exames e não tenho nada” (agricultora familiar).

O autoconsumo adentra também esferas da sociabilidade e do espaço social. Por exemplo, uma delas cita o grupo de produtores orgânicos que participa formado por oito famílias e que trocam entre si alimentos produzidos de forma agroecológica. Fortalecem-se laços sociais, o resgate de alguns hábitos alimentares e maneiras de produzir que se perderam, principalmente, com a modernização conservadora. Assim, a noção de autoconsumo extrapola a esfera produtiva, ligando-se à esfera da cultura dos agricultores, aos simbolismos e ao modo de vida das comunidades rurais (Gazolla, p.64, 2004).

Ao mesmo tempo em que se formam redes de solidariedade, existe a noção de “auto valoração” da produção. Isto é, além de um valor simbólico, esses alimentos também são valorados monetariamente. Dessa forma:

“Nada é gratuito, se a pessoa tem produtos para trocar nós trocamos, se não ela paga, porque tudo é valorizado, tem o seu valor de produção, se não a pessoa não sobrevive” (agricultora familiar).

Segundo Chayanov (1964), a família camponesa é tida enquanto uma unidade de trabalho e consumo, que vai sempre buscar o equilíbrio, isto é, a autossuficiência alimentar. O autoconsumo familiar é uma esfera fundamental que orienta e afeta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares, no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu consumo (Gazolla, p.66, 2004). Inclusive, a própria participação nas políticas públicas, como no PAA e o PNAE, pode ser repensada em função do autoconsumo:

“Nós investimos mais no leite e a mandioca acabou, e nós utilizamos mais para a alimentação das vacas e do consumo próprio, porque ano passado (2016) acabamos vendendo quase tudo e ficamos sem para o consumo próprio” (jovem agricultora familiar).

O camponês na estruturação da sua vida social precisaria realizar, então, dois conjuntos de operações para sobreviver: alimentar-se e produzir excedentes para diversos fundos (Gazolla, p.69, 2008). Desse modo, a “venda do excedente” aparece na fala das agricultoras:

“Às vezes ajuda (os programas), porque, por exemplo, temos um excedente de alface, de almeirão, aí nós entregamos para não perder” (agricultora familiar).

“Ajuda muito na renda da família, nos comercializávamos lá o excedente de produção, o que sobrava, pois não ‘ia fora’” (jovem agricultora familiar).

“Foram programas bons, mesmo que agora nós não estamos comercializando mais. Era uma renda extra que tínhamos os produtos que iam ‘se perder’, isto é, o excedente nós acabávamos comercializando” (jovem agricultora familiar).

A “comercialização do excedente” tem sido alvo de críticas pela coordenação da cooperativa, apontando que esse tipo de alimento tem menos qualidade, haja vista que se trataria de uma “sobra” dos produtos não consumidos pelos agricultores:

“Falamos da importância em entregar alimentos de qualidade, pois os agricultores estavam entregando apenas o ‘resto’ dos alimentos” (engenheira agrônoma).

A alimentação familiar é assim um aspecto primordial entre as agricultoras, podendo até mesmo ser priorizada em detrimento da comercialização. Todavia, isso não quer dizer que os alimentos “excedentes” têm menor qualidade que os consumidos pela família, nem tampouco existe uma comercialização exclusivamente de excedentes:

Nesse sentido, a agricultura familiar e a produção para autoconsumo, somente podem ser estudados

e entendidos se se compreender sua dinâmica, do ponto de vista das relações que esta estabelece com diferentes mercados com que esta forma social de produção e trabalho estabelece contatos e transações. Deste modo, a agricultura familiar de hoje não pode ser entendida pelo seu relativo isolamento social e econômico que era inerente à lógica das “sociedades” camponesas de outrora. (Gazolla, p.72, 2008).

Dessa forma, a família rural enquanto uma unidade de produção e consumo tem uma racionalidade voltada tanto para a busca da autossuficiência alimentar quanto para a comercialização (Gazolla, p.72, 2008).

5. Produção feminina: as hortas e os quintais produtivos

Segundo Herédia (1979), a flexibilidade também é um ponto importante do autoconsumo, por permitir que esses alimentos sejam tanto consumidos pela família quanto comercializados. É nesse âmbito que o papel das agricultoras é evidenciado, principalmente porque essa produção, para consumo e venda, advém principalmente das hortas, dos pomares, dos quintais produtivos e produtos transformados de forma caseira em espaços e tarefas consideradas eminentemente “femininas”.

Os quintais são o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família (Carneiro et. al., p.137, 2013). Esses alimentos tendem a assegurar sua segurança alimentar, uma vez que são produzidos sem o emprego de agrotóxicos, através de sistemas agroecológicos de produção.

A segurança alimentar consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Tem como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (Consea, 2017).

A soberania alimentar é também um aspecto-chave, pois engloba a segurança alimentar, garantindo não só uma alimentação de

qualidade, mas o respeito e garantia da soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e os bens da natureza (Consea, 2017).

Para isso, segundo Aguiar³⁷ (2018), as mulheres precisam ser reconhecidas como sujeito político, social e econômico que contribui para a soberania alimentar. É, ainda, fundamental que as ações públicas para garantia de segurança alimentar possam contemplar abordagem de gênero e geracional³⁸ (Consea, 2017).

É interessante notar, então, que as mulheres rurais são um ator-chave na produção sustentável de alimentos, revalorizando os alimentos produzidos em hortas, pomares e quintais, em termos de sua importância para a saúde. Elas expõe também uma variedade produtiva e a transformação de produtos caseiros que resguardam os hábitos locais de alimentação.

São esses alimentos, que vem sendo entregues em maior quantidade ao PAA e PNAE. Quando perguntamos às agricultoras quais os produtos comercializados com os programas, observamos:

“A banana em natura e a schimia (doce de banana)” (agricultora familiar).

“O que tiver no geral, nós vendemos, vai depender do pedido da cooperativa. Às vezes é alface, almeirão, mandioca, tempero verde, realmente depende. Na feira o que mais sai é o suco de laranja” (agricultora familiar).

“A banana e tinha bastante doce de banana e abóbora” (jovem agricultora familiar).

“Cuca, bolacha, pães, bolo simples, geleia. E todos os subsídios vêm da propriedade, como os ovos, as frutas para a geleia...” (agricultora familiar).

“Como você está pesquisando sobre o PAA e o PNAE, há pouco tempo atrás era vendida mandioca para ambos e também bergamota,

³⁷ Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/09/atingir-objetivos-da-onu-implica-em-uma-profunda-transformacao-dos-sistemas-agroalimentares/>>. [Acesso em: 24/09/2018].

³⁸ Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. [Acesso em: 24/09/2018].

laranja e poncã e para o segundo” (agricultora familiar).

No PAA, onde são comercializados principalmente os alimentos *in natura*, a participação da mulher se torna ainda mais evidente:

“Com a redução da importância da agricultura familiar em cadeias produtivas de carne de frango e suína, esta categoria buscou novas formas de reprodução social, como por exemplo, a intensificação na produção de frutas e hortaliças ou ‘miudezas’, atividade desenvolvida principalmente pelas mulheres”. T. M. (Coordenador CEPA – Epagri).

Essa perda da importância dos (as) agricultores (as) familiares na produção de aves e suínos foi, principalmente, decorrente da integração entre indústria e agricultura, formando os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs). Com a integração, o número de aves ou suínos por estabelecimento aumentou significativamente, diminuindo o número de produtores. Esse fenômeno é nominado de “concentração” da suinocultura e da avicultura. Ocorre em unidades de produção mais capitalizadas, com maior capacidade de investimento e refletiu-se na retirada de milhares de famílias do sistema de integração (Renk, Badalotti, Winckler, p.379, 2010).

No período anterior à integração, as propriedades produziam aves para consumo, os suínos eram destinados à produção de banha ou venda *in natura*. Excepcionalmente um agricultor venderia ao comerciante ou vendeiro quantia superior a vinte animais (Renk, Badalotti, Winckler, p.379, 2010).

Isso demonstra então que a agricultura familiar traçou novas estratégias de reprodução social, através da comercialização de produtos considerados até então para a alimentação da família ou troca entre vizinhos. As mulheres veem a produção de suas hortas, quintais e pomares assumirem um papel importante, quando não central, no sustento da família e na possibilidade de permanência no campo.

6. Trabalho reprodutivo: a “ajuda”

Quando discutimos a agricultura familiar, no geral a ênfase recai na agricultura e não no familiar. A estrutura da família rural, ainda mantém a divisão sexual do trabalho, com as mulheres pertencentes à esfera reprodutiva e os homens à esfera produtiva.

O trabalho doméstico e de cuidado é pouco discutido dentro da família (Faria, 2009, p.18). As tarefas realizadas, como cozinhar, lavar, passar e o cuidado com os filhos e etc., são de importância fundamental para o bem-estar e reprodução familiar, além de dispensar que esses serviços sejam pagos, como a contratação de uma empregada doméstica, por exemplo. As esferas mercantil e salarial dependem, portanto, do trabalho não remunerado das mulheres (Faria, 2009, p.17).

Reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico não significa buscar características que o tornem comparável ao trabalho mercantil. É preciso observar que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as de mercado:

Seu sentido não é de ganhar benefícios e está fortemente marcado pela dimensão subjetiva. Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades, como de afetos, de segurança emocional, que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres (Faria 2009, p.17).

A divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico (Faria, 2009, p.19). Isso explica também porque a mulher casada e aquelas com famílias monoparentais³⁹, tende a ter mais trabalho do que a que vive sozinha, pois exercem atividades para mais adultos e crianças.

À vista disso, os estudos sobre *care*⁴⁰ estão tendo grande impulso na França. Porém, as diferenças na situação da Europa Ocidental e a do Brasil tornam as pesquisas de difícil comparação.

³⁹ Sobretudo as mães solteiras e separadas no meio rural, sobretudo entre famílias pobres (caboclas). Para uma revisão mais detalhada ver Andreia Tecchio e sua tese de doutorado intitulada: Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC), 2017.

⁴⁰ Categoria em inglês para “cuidado” e também para um novo campo de estudos, que visa pensar sobre os trabalhos domésticos e de cuidados exercidos pelas mulheres.

Enquanto no velho mundo as mulheres podem contar com ajuda no trabalho doméstico dada a grande presença de migrantes pobres (Hirata et al., 2007 *apud* Paulilo, 2016), em nosso país o emprego doméstico vem se tornando mais “dispendioso” para as patroas e, portanto, dada a profissionalização das empregadas.

Comparar com a situação das agricultoras familiares é ainda mais inócuo porque elas dificilmente contam com auxílio doméstico remunerado, sendo mais comum a ajuda de filhas, noras ou sogras (Paulilo, 2016, p.307):

“Levanto em torno das sete (da manhã) e para dormir não tem horário, depende do que tem para fazer. Sem minha filha (mais velha) fica mais difícil o serviço doméstico, a pequena ajuda em alguns afazeres, como lavar a louça e varrer o chão” (agricultora familiar).

As mulheres também tendem a perceber seu trabalho, além do doméstico, como “ajuda” (Herédia, 1979) e trabalho “leve” em contraposição ao trabalho “pesado” exercido pelos homens:

“As entregas quem faz é o Lindomar, meu marido, que é **coisa “pesada”**, e o Jean. De vez em quando eu **ajudo** também na entrega. Tenho meu cunhado e cunhada que são surdos e mudos, e ajudam a embalar e lavar os produtos. Na produção e as sementes é o Lindomar quem cuida, e é ele que decide o que vai plantar e **eu fico mais na parte “da casa”** e nessa feira de terça e sábado. Faço o serviço da casa e **ajudo** a embalar os produtos, como na época do morango onde tem mais serviço, onde embalamos e o excedente nós congelamos. Tem mais ou menos serviço dependendo da época” (agricultora familiar).

“Até meio dia eu fico aqui fazendo o **serviço da casa**, porque à tarde minha filha tem que ir à escola e eu preciso cuidar dela. À tarde geralmente faço os doces e **ajudo na produção”** (agricultora familiar).

Essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos

demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina se o trabalho é leve ou pesado é, em suma, o sexo de quem a recebe (Paulilo, 1987, p.3).

Através dos estudos de Anita Brummer (2004, p.212), sobre Gênero e Agricultura no Rio Grande do Sul, na década de 1990, podemos perceber que mesmo com trabalho “duro” na roça, muitas agricultoras o preferem em detrimento do trabalho doméstico, justificando que nos serviços de casa é todo dia a mesma coisa, “a gente limpa e logo em seguida tem que limpar de novo” enquanto “o trabalho na roça agente vê”.

Na pesquisa sobre tecnologia entre as jovens e adultas relacionadas à cadeia agroindustrial do tabaco, no município de Rio do Sol (RS), a pesquisadora Ana Carolina Escostegury aponta que as próprias mulheres dizem que “trabalham duro” na lavoura, mas observam que não trabalham no “pesado”. Isso acontece porque não são elas que vão lidar com agroquímicos, mas elas têm participação intensa na lavoura e no trabalho doméstico⁴¹. O trabalho das mulheres é considerado, então, de menor valor e, portanto, complementar ao do homem.

7. Avaliação de Políticas Públicas: PAA e PNAE

Nesta seção será discutido: 1- A política pública em ação, tendo como exemplo o PAA e PNAE; 2- As dificuldades institucionais; 3- A maneira como as mulheres avaliam sua experiência em ambos os programas.

7.1 A política pública em ação: o PAA e o PNAE

Relembrando, o PAA é operacionalizado pelos governos estaduais e a Companhia Nacional do Abastecimento, e localmente pelas prefeituras municipais, cooperativas de organização produtiva da agricultura familiar e Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural e Interação Solidária. Já o PNAE tem como Entidades Executoras: estados, municípios, DF e escolas federais de educação básica, as Unidades Executoras e os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). O FNDE é quem faz a gestão do Programa em âmbito nacional, ficando sob sua responsabilidade a normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do mesmo (Lopes *et al.* 2017).

⁴¹ Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/arco/sitenovo/?p=3854>>. [Acesso em: 19/10/2018].

As agricultoras e agricultores entregam os alimentos nas escolas, redes socioassistenciais e equipamentos públicos de alimentação e assinam uma planilha de controle, que é repassada às cooperativas contendo os valores, as datas, a discriminação e quantidade dos alimentos entregues. Depois de averiguadas e confirmadas todas as informações, elas são enviadas a Cresol, onde é efetuada a ordem de pagamento.

Para a comercialização com esses programas é necessário possuir a DAP. Ela foi criada em 2003, pelo MDA, para identificar os (as) agricultores (as) familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. Ela é fornecida à família, pelos sindicatos rurais, entidades ou empresas de assistência técnica. Feito isso, o interessado pode emitir o extrato da DAP via internet (Siliprandi e Cintrão, 2011).

Há um valor máximo anual de comercialização, permitido por DAP para o PNAE e para o PAA. Esses valores são definidos com base na modalidade que (as) os agricultores (as) estão inseridos nos programas, sendo atualizados periodicamente. O estabelecimento de limites de entrega tem como objetivo, por um lado, permitir que o programa beneficie um maior número de famílias agricultoras, e, por outro, evitar que as famílias se tornem excessivamente dependentes do programa, de forma a estimular que busquem (ou mantenham) outros espaços de comercialização (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.158).

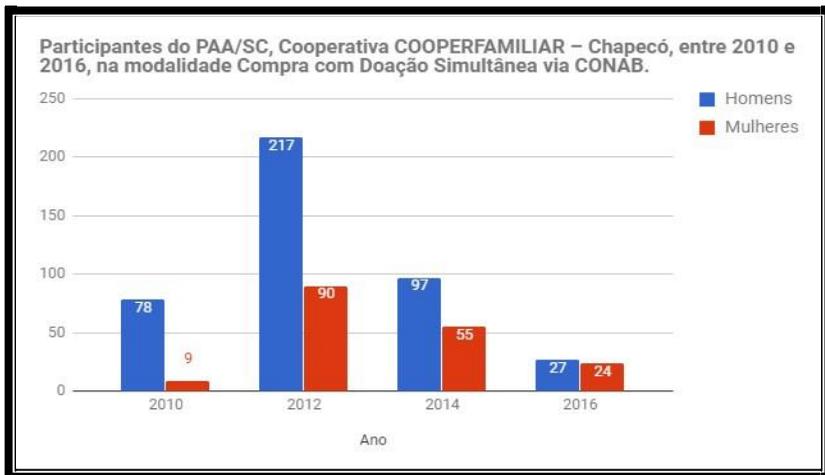
Visando diminuir as disparidades de gênero, os programas em questão, estabeleceram legislações específicas, fomentando tanto o acesso, quanto a autonomia das agricultoras por meio da renda. Em 2011, a coordenação nacional do PAA publicou a resolução nº 44, definindo condições especiais para a participação de mulheres no programa.

Essa resolução estabeleceu que a participação das mulheres fosse considerada um dos critérios de priorização na seleção dos projetos, em todas as suas modalidades, além disso, garantiu que 5% dos recursos sejam destinados a organizações formadas por 100% de mulheres ou grupos mistos que tenham mais de 70% de mulheres em sua composição. Exigiu também que, conforme a modalidade seja comprovada que um mínimo de

30% a 45% dos integrantes das organizações que apresentam propostas sejam mulheres⁴².

Na Cooperfamiliar, conforme o Quadro 03, houve um aumento significativo das mulheres no PAA, passando de 09 em 2010 para 90 mulheres em 2012, ano em que a resolução nº 44/2011, já estava em vigor. Embora esse aumento não deva ser explicado, apenas como reflexo direto da resolução, ela contribuiu substancialmente, pois o seu descumprimento poderia gerar penalizações às cooperativas, como sua exclusão do programa. Porém, mesmo tendo em conta a importância de resoluções como esta, ela não garante automaticamente o acesso qualitativo das mulheres nesses programas.

Quadro 3



Fonte: Portal de transparência pública do PAA/Conab.

Ainda que exista a resolução nº 44/2011 do PAA, vise assegurar a equidade de gênero, as formas como os órgãos e gestores implementam as políticas públicas pode determinar a maneira como o público as acessa. Isso porque, o ciclo de políticas públicas não se estrutura como um quadro linear, nem está desvinculada dos processos políticos. Se de um lado isso pode contribuir para ajustar e melhor adequar as ações ao seu objeto, de outro, pode alterar substancialmente

⁴² Livro de 10 anos sobre o PAA, página 149. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/livroPAA10Anos.pdf>. [Acesso em: 30/07/2018].

uma política pública (Carvalho, 2003, *apud*, Trevisan e Van Bellen, 2008, p.535).

A análise das políticas públicas esteve frequentemente centrada nas abordagens *top-down* ou *bottom-up*. A primeira se concentra mais nos processos de tomada de decisão. A segunda, sublinha que a implementação deveria ser vista como parte contínua e integral das políticas públicas, dado que essas não podem ser encaradas como uma sequência linear de fases.

Temos também os estudos sobre os Burocratas de Médio Escalão (BME) que permitiram uma análise das políticas públicas, que compreendesse o *gap* existente entre as abordagens *top-down* e *bottom-up*. Os *middle managers*, interagem, portanto, tanto “para cima”, na relação com o alto escalão, quanto “para baixo” com os burocratas de nível de rua. Os BME podem influenciar o comportamento de outros atores estatais e manter habilidades de persuasão, ao convencer seus superiores hierárquicos sobre suas ideias (Keiser, 2010, *apud* Cavalcante, Camões & Knop, 2015).

A atuação dos BME, no caso dos programas, seriam os atores em nível estadual, como a Coordenadora de Projetos da Conab, os diretores e coordenadores de Políticas Públicas da Empresa de Extensão Rural e Pesquisa Agrícola de Santa Catarina, e funcionários ligado a secretária da Fazenda, que emitem os blocos de nota do produtor.

Para exemplificar essa ação, podemos observar a exigência de notas fiscais, pela Secretaria Estadual da Fazenda, para a prestação de contas no caso da Modalidade Doação Simultânea do PAA. Essa questão vem sendo resolvida de forma diferenciada em cada Estado e se esses documentos já são um problema no caso dos agricultores homens, mais ainda no caso das mulheres (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.177):

Deparamo-nos nesse último contrato com mais um problema: **o titular da DAP e o secundário. Na maior parte das vezes a mulher não é a titular da DAP e no bloco de notas do produtor ela também não tem a titularização.** Assim no momento em que a Conab verifica a DAP e cruza com as informações dos blocos de notas via secretaria Estadual da Fazenda, o nome da mulher não aparece, ocorrendo à inconsistência de dados. No último projeto tivemos que tirar cópia das folhas dos blocos de notas de todas as famílias, para garantir a mulher como segunda titular, que

ela constava no bloco e que aquele número de cadastro diz respeito à família. Era um problema de cadastro no governo estadual e não da mulher inscrita no PAA. Ela corria o risco de ser excluída do programa (presidente da cooperativa).

Uma justificativa desses BME sobre a o Bloco de Notas do Produtor (no momento da prestação de contas), ou da não inclusão do nome das mulheres formalmente nos contratos, seria a maior “facilidade” da pessoa responsável pela parte burocrática de colocar o primeiro nome que consta na DAP, no caso o homem (no momento de elaboração do projeto). Nota-se que, no caso citado está embutida uma “cultura institucional” (formas de agir de agentes públicos, regulamentos, documentos, etc.) que reforça a “cultura” corrente referente à chefia familiar (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.178).

Outro obstáculo referente à atuação dos BME é a dependência em relação à proatividade (ou a falta dela) dos gestores públicos locais em fomentar estes programas (Becker e Sacco, 2015, p.149):

Não houve um grande enfoque da EPAGRI para o PAA, seus esforços estiveram mais concentrados no PNAE. Nesse sentido, observa-se uma diminuição de forças para o primeiro, e um aumento para o segundo (Extensionista rural – Epagri, no município de Canoinhas).

Temos um diálogo com a Epagri e outras organizações para que todos abram os editais em nível de estado. Porém, isso depende da “boa vontade” de quem faz os processos licitatórios do poder público. Ao invés de ser pregão, deveria ser por chamada pública a forma de aquisição. Da maneira que eles trabalham hoje é cômodo, né? Abre o pregão, as empresas se cadastram e é isso... O edital é muito amplo, pois eles não entendem que a agricultura familiar é um público diferenciado. Eles ainda têm muito receio de que o agricultor não consiga fornecer os alimentos (presidente da Cooperativa).

Os editais também são injustos, pois temos que concorrer com grandes cadeias de supermercados, que “derrubam” os preços e o agricultor não

consegue concorrer a preços justos. Os 30% assegurados via legislação para compras de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, a maioria das vezes não são cumpridos também. Quem faz a elaboração desses editais é a prefeitura e depende também da conjuntura política que pode ser mais ou menos favorável (agricultora familiar).

Mais um fator restritivo ao desenvolvimento dos programas é a própria capacidade dos atores sociais locais envolvidos, em imprimirem uma dinâmica que ultrapasse a simples relação mercantil (fornecimento e recebimento de produtos) e que promova a construção de laços de confiança e solidariedade, através do estabelecimento de mecanismos de autogestão (Becker e Sacco, 2015, p.150).

Estes atores sociais locais, como a cooperativa e a prefeitura, seriam o que Michael Lipsky, em seu livro *Street-Level Bureaucracy* (1980), definiu como os Burocratas de Nível de Rua⁴³. Segundo o autor, é nas interfaces da implementação que as políticas são de fato criadas, pois os burocratas de nível de rua contam com uma margem significativa de discricionariedade⁴⁴, na medida em que interagem diretamente com os cidadãos.

Um exemplo ilustrativo é o de Norman Long em seu texto *The Multiple Optic of Interface Analysis* (1999), ao analisar um sistema criado pelo governo mexicano para irrigação nos locais mais áridos do país, em que ele demonstra como os *water guards*, responsáveis pela fiscalização deste sistema nas propriedades dos fazendeiros e pequenos agricultores, priorizavam os primeiros em detrimento dos outros, através de barganhas e negociações que os favorecessem.

Em nível institucional, podemos dizer que o desenho da política pública do PAA e PNAE foi robusto e recebeu aperfeiçoamentos. Contudo, os BME e os Burocratas de Nível de Rua assumem um papel

⁴³ Segundo Lipsky (1980), os burocratas de nível de rua seriam os servidores públicos que permitem o acesso aos programas do governo e fornecem serviços dentro desses programas. São os profissionais que atuam “na linha de frente” das políticas do governo. Exemplos clássicos desses burocratas são assistentes sociais, policiais, professores, profissionais da saúde e extensionistas rurais.

⁴⁴ Discricionariedade é uma qualidade do poder discricionário, ou seja, trata-se do poder conferido à Administração Pública para agir com certa margem de liberdade, desde que obedecido os limites legais.

importante na conformação dessas políticas públicas. Os (as) agricultores (as) também devem ser encarados como agentes políticos (ainda que não institucionais), que podem ajudar na melhor adequação dessas políticas aos seus interesses sociais. Como o tópico precedente discutiu, existe uma correlação positiva entre movimentos sociais de mulheres rurais e a participação mais qualitativa nos programas.

Assim, ações que visassem à aproximação entre consumidor e produtor, no sentido de conferir legitimidade aos programas frente à sociedade, além do maior engajamento das organizações da agricultura familiar, como as cooperativas e os movimentos sociais, poderiam corroborar para melhores resultados.

7.3. A Experiência das Agricultoras

Retomado o conceito de Scott (1999), a experiência, torna-se, não a origem de nossa explicação e a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. A experiência é uma história do sujeito externalizada por meio da linguagem. Nesse sentido, busco analisar como se constrói a experiência das mulheres rurais entrevistadas no PAA e PNAE.

O primeiro aspecto interessante, é que as agricultoras entrevistadas estão sendo cada vez cientes do valor da sua produção, elas sabem dizer em que medida é vantajoso ou não, financeiramente, a continuação nesses programas. O principal aspecto apontado por elas, por exemplo, são os preços pagos aos alimentos:

“Olha o **PNAE** eu acho bom, é um **preço justo**, que não é muito e nem pouco. Já no **PAA o preço não é atrativo**, nós entregamos porque já estamos inscritos” (agricultora familiar).

“Olha o PAA, eu não tenho muita certeza, mas como é feita com uma base nacional e não por região **o valor é baixo**. Já o PNAE o valor é bom” (jovem agricultora rural).

“O PAA tem sido muito bom para comercializar os produtos *in natura*, mas o **ponto fraco tem sido o preço**. O PNAE tem o preço bom” (agricultora familiar).

“Os **preços do PAA eram muito baixos, já do PNAE são bons**” (jovem agricultora rural).

O PNAE apresenta essa vantagem de preços sobre o PAA, porque o primeiro tem seus valores estabelecidos com base numa pesquisa de preço local, enquanto o segundo tem seu preço fixado nacionalmente pelo comitê gestor de Brasília, portanto, não segue as diferenças regionais.

O PNAE, por exemplo, além de boa alternativa de renda devido ao acréscimo pago aos alimentos orgânicos, funciona como “vitrine” de divulgação:

“Vale a pena e valoriza a produção, além disso, os orgânicos têm um acréscimo de 30% a mais nos preços, como é o nosso caso” (agricultora rural).

“Isso tem sido uma renda ótima para nós, além de representar uma ótima propaganda para nós, por exemplo, as crianças ao comerem nossos produtos na escola, acabando pedindo aos pais, aumentando assim nossas vendas” (agricultora rural).

Isso demonstra que as agricultoras têm um parâmetro avaliativo do que seria um preço “vantajoso” ou não. Portanto, elas estão mais participativas nas estratégias que a família traça para buscar os canais de comercialização mais interessantes aos seus alimentos:

“Depende também do período em que os agricultores vão comercializar. Se for um período de escassez de alimentos, é mais vantajoso o preço pago pelo mercado. Se for um período de abundância, o PAA é uma alternativa para recuperar parte do valor investido na produção. Eles também têm a opção de desistência do programa” (presidente da cooperativa).

Os programas são, contudo, percebidos como uma atividade fora do ciclo produtivo da agricultura. Diferente de outros canais de comercialização - como as feiras, as vendas para os vizinhos e amigos, entrega de cestas de orgânicos, etc. - o PAA e o PNAE, por sua estrutura de editais e a vigência do calendário escolar, tende a não respeitar a sazonalidade nem o tempo necessário à produção dos alimentos:

“Eu acho que esses programas deveriam ser contínuos, né? Porque eles chamam a reunião e dizem quando vai ter início, aí nós nos

programamos para plantar mais alface, por exemplo, mas não sabemos que data devemos entregar. A alface às vezes leva uns dois meses para ficar pronta para a colheita, aí me planejo e chega a época de colher, eu ainda não posso entregar nesses programas. Ou às vezes eles pedem, por exemplo, 500 pés de alface, mas não temos produtos, então ou perdemos produto ou não temos aonde entregar”. (agricultora familiar).

“Aqui em Chapecó o problema é que **começamos a entregar o produto muito tarde**, por exemplo, as aulas começam em fevereiro e eles só começam a pegar no meio do ano. Na produção de banana o ápice é no verão, e a gente acaba não tendo onde entregar. Na feira, por exemplo, acaba sobrando e nós não temos aonde comercializar. Esse ano, por exemplo, nós não vendemos nada ainda, porque quando tem mais produção, não temos aonde entregar” (jovem agricultora familiar).

“É bom por um lado, mas a prefeitura começou a fazer os pedidos (de produtos) apenas em junho e aí eu acho muito longe do período em que começa as aulas (mês de fevereiro). Portanto, ficamos quase 05 meses esperando para entregar os produtos” (agricultora familiar).

Apesar dos preços nem sempre serem atrativos e as agricultoras não dependerem dos mercados institucionais como meio principal para a comercialização, elas afirmam sua importância na renda familiar:

“Muitas vezes temos que despedir funcionários. São 10 pessoas trabalhando na agroindústria, algumas vezes temos que mandar até 03 pessoas embora. Entrar no mercado convencional, como os supermercados, também são ruins, pois os preços também não são atrativos” (agricultora familiar).

“Prejuízo não, mas quando há os programas nós conseguimos vender bem mais” (agricultora familiar).

Assim sendo, os programas contribuem para a diversificação da produção de alimentos nas unidades familiares, conforme Quadro 4, da produção agrícola e para a melhoria da renda e do consumo das famílias de agricultores.

De forma geral, através das experiências das agricultoras, e segundo Siliprandi e Cintrão (2011) os principais pontos positivos e negativos dessas políticas públicas são os seguintes:

- Ajuda na estruturação das unidades de produção familiares e de suas entidades associativas para participar de outros mercados, promove melhorias nos processos produtivos, de planejamento e de gestão dos empreendimentos, e de conhecimento de mercados;
- Melhora a alimentação de setores vulneráveis e promove o fortalecimento de redes de solidariedade, pela articulação em torno das políticas de segurança alimentar;
- Promove o desenvolvimento local, uma vez que, por sua concepção e forma de execução, proporciona o envolvimento de vários segmentos da sociedade e a circulação de recursos dentro do próprio município ou região.
- O PAA não tem preços atrativos, uma vez que não respeita a realidade local, tendo seus preços fixados através da tabela do Comitê Gestor de Brasília.
- Estão “fora do ciclo produtivo”, pois não obedecem a sazonalidade da produção, levando ao excesso ou a falta de alimentos.

Quadro 04 – Alimentos produzidos e comercializados pelas agricultoras entrevistadas

GÊNERO	ITENS
<i>Agroindustrializados</i>	1- Aioli
	2- Bolos (de diversos tipos)
	3- Bolachas (de diversos tipos)
	4- Cucas Alemãs
	5- Doce de banana
	6- Doce de abóbora
	7- Geleia de Frutas
	8- Melado de Cana de Açúcar
	9- Lasanha
	10- Pizza
	11- Salgados
	12- Suco de laranja
<i>In natura</i>	1- Abóbora Cabotiá
	2- Abobrinha
	3- Abacaxi
	4- Alho
	5- Alface
	6- Almeirão
	7- Arroz
	8- Banana Abóbora
	9- Banana Caturra
	10- Banana Maça
	11- Banana Prata
	12- Bergamota
	13- Batata Doce
	14- Batata Inglesa
	15- Bata Salsa
	16- Beterraba
	17- Cebola
	18- Cenoura
	19- Chuchu
	20- Citrus
	21- Goiaba
	22- Mandioca
	23- Maracujá

- 24- Melancia
- 25- Melão
- 26- Ovos de galinha caipira
- 27- Pepino
- 28- Pêssego
- 29- Poncã
- 30- Tempero Verde
- 31- Tomate
- 32- Vagem
- 33- Uva

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas com as agricultoras.

7.5 Comercialização e renda

Os alimentos comercializados com o PAA e PNAE, em sua maioria, são provenientes das hortas, pomares e quintais produtivos e da transformação caseira como: bolachas, bolos, cucas, sucos, poupas, pães, queijos etc. Esses produtos também eram comercializados anteriormente, embora em menores quantidades, para amigos, vizinhos e conhecidos. Contudo, a principal diferença é que o dinheiro dessas vendas era administrado diretamente pela mulher:

Como regra geral, nem as mulheres nem os jovens têm uma renda própria, a não ser que os recursos sejam obtidos pela venda de seu trabalho a terceiros (trabalho assalariado) ou pela venda direta de produtos beneficiados por elas no estabelecimento familiar (Brummer, 2004, p.213).

No caso estudado, o dinheiro dos programas passa a ser administrado majoritariamente pelo homem, uma vez que ele é depositado em uma conta bancária individual que o tem como titular. Embora as DAPs incluam dois titulares (o marido e a mulher), os pagamentos do fornecimento são feitos em nome de uma só pessoa, identificada por seu CPF (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.162).

Não há, no escopo dos programas, a obrigatoriedade de uma conta conjunta quando se trata de dois titulares da DAP. Isto é, mesmo a mulher sendo a segunda titular, ela não acessa de maneira prática os recursos provindos dos programas.

Podemos observar, pela fala das agricultoras, que a gerência do dinheiro pode ser feita de forma “conjunta” ou não:

“Então, eu faço o controle das feiras, e eu acabo usando mais o caixa dessa feira para mim (Feira de terça e sábado na Rua sete de setembro). O Jean (filho mais velho) é quem faz o controle das entradas e saídas e dos salários. **Na realidade ‘fazemos tudo junto’ esse controle das feiras**” (agricultora familiar).

“Não, a **renda** que vem meu pai ‘pega tudo para ele’. Específico para mim não, quando eu peço ele me dá, mas que fica só para mim não. Quando eu estava em casa e nós vendíamos mandioca, o que eu descascava era para mim, mas agora não” (jovem agricultora rural).

Isso ilustra o conceito de Chayanov (1964) do “princípio indivisível da renda”, ou seja, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível, mesmo que a administração do montante fique na mão do homem. A interdependência entre a vida familiar e a vida do trabalho se funde numa mesma dinâmica para as mulheres, embora esse problema não seja apenas das mulheres rurais (Melo e Di Sabbato, 2009, p.37).

A renda feminina individualizada, quando existente, provém de atividades fora da propriedade rural, ou são aposentadorias, auxílios e pensões, etc.:

“Na agroindústria, eu sou coordenadora geral e a Simone Bergamin é a de finanças, portanto, nós ganhamos um **salário fixo**. Fazemos toda a parte de gerenciamento e compras da agroindústria. Aqui na APACO eu ganho uma diária e alimentação referente ao meu trabalho nas segundas-feiras” (agricultora familiar).

“Só minha (renda) eu tenho uma **pensão** que é do meu primeiro esposo que faleceu” (agricultora familiar).

“Para mim apenas as **diárias do sindicato** quando eu saio para dar cursos em nome deles” (jovem agricultora)

“Me **aposentei** com 48 anos, trabalhei desde os 9 anos de idade para os Martins de Quadro, e quando completou 11 anos, eles começaram a pagar o INSS para mim e continuaram desde então” (agricultora familiar).

Traçando um paralelo com a pesquisa de Cunha, Freitas e Salgado (2017) no município de Espera Feliz, em Minas Gerais, vemos que os autores identificaram, no depoimento das entrevistadas, o papel dos programas para a elevação da autoestima das mulheres: “isso acontece porque os homens se concentram mais na produção do café, ficando a cargo da mulher o empenho na produção das hortaliças e legumes, que são os produtos mais vendidos” (p.438). No caso estudado, também é possível notar uma fala similar:

“Para a autoestima das mulheres é ótimo, pois você está em casa e tendo renda, cuidando da propriedade e do lar” (agricultora familiar).

Porém, diferente da conclusão dos autores de que os programas têm estimulado “a reorganização funcional entre os membros familiares, proporcionando autonomia pessoal e financeira dos jovens e mulheres envolvidos” (Cunha, Freitas e Salgado, 2017, p.437), o mesmo não pode ser observado tão claramente com as agricultoras entrevistadas, sobretudo entre os jovens rurais.

Para as jovens rurais é ainda mais difícil assegurar uma renda, haja vista que a maioria não herda terra e existiriam poucas opções no campo para obtê-la, sendo preferível, e até mesmo encorajado, a migração à cidade para que possam estudar e assim conseguir uma melhor colocação:

“Antes de eu entrar no Projeto do professor Zonin, eu não queria ficar lá (no campo) de jeito nenhum. Eu queria fazer geografia, mas não para voltar a trabalhar lá. Eu vejo meu pai, que às vezes acorda às 05 da manhã e vai dormir meia noite e eu não queria isso para mim. Ele trabalha de segunda a segunda, de janeiro a janeiro, sem folga. (...) Meu pai sempre me incentivou a ficar, mas por eu ser menina, a tendência era sair e não voltar mais. Meus tios e minha avó, sempre me incentivaram a estudar para não sofrer o que os meus pais sofreram” (jovem agricultora familiar).

No relato acima, a jovem decidiu voltar por perceber que seu pai valorizava seu estudo, e que através disso ela poderia melhorar sua condição e da família, ao aplicar os conhecimentos e técnicas aprendidas na universidade, em prol da melhoria e organização produtiva da propriedade.

Outro estudo realizado também no estado mineiro, na cidade de Viçosa, coloca que a participação das agricultoras ao PNAE permitiu a melhoria da renda das mulheres em pelo menos 50% (Barbosa, 2017, p.27). O acesso a esses recursos econômicos possibilitaria o “empoderamento” da mulher (Barbosa, 2017, p.28). Todavia, não fica claro se essa “renda” da mulher não está sendo confundida com a “renda familiar”:

(...) essas atividades proporcionadas pelo governo **geram autonomia e renda às mulheres rurais**. Se antes era necessário descobrir o que as mulheres rurais produziam, hoje, essas políticas públicas facilitam a forma de viver e produzir. **Isso porque tais políticas surgiram como uma alternativa de renda para a comunidade e proporcionando autonomia para a mulher** desenvolver tarefas agrícolas ou não agrícolas (Barbosa, 2017, p.29).

A minha ênfase é de que o aumento de renda da família não significa necessariamente um aumento da renda da mulher. Não que ela não possa se beneficiar com a melhoria da renda da família, ou da comunidade, mas isso não garante que ela tenha maior controle sobre a gestão e o uso dos recursos.

O cerne da questão é que se a agricultora não pode ser desvinculada da lógica da família rural, poderia ser pensada alguma maneira de democratizar a participação da mulher na gestão familiar, que incluísse também as jovens rurais nos processos decisórios, tanto no que concerne ao aspecto produtivo (o quê, como e quando plantar), como no financeiro (de que forma obter e onde empregar os recursos, para aperfeiçoar a qualidade de vida dos membros da família).

Em relação à gestão da renda familiar, as mulheres que já são aposentadas, estão experienciando maior abertura para participar, diferente das jovens, pois ter uma fonte financeira pertencente somente a elas, como a aposentadoria, permite uma maior autonomia:

“Com certeza, antigamente se íamos às lojas e queríamos um sapato tínhamos que pensar, pois se

eu comprava para o filho, não podia comprar para mim, tinha que escolher, não tinha opção. Hoje não, você tem renda e pode até ajudar os filhos e os netos que não te faz falta”. (agricultora familiar aposentada).

A aposentadoria permitiu o acesso das mulheres a uma renda própria, a ser por elas administrada, bastante diferente de sua situação anterior como ‘membro não remunerado da família’, em que os recursos disponíveis eram administrados pelos homens (Brummer, 2004, p.224).

Já as jovens rurais estão em uma situação de dupla desvantagem: ser mulher e jovem no meio rural. Elas têm mais dificuldades em ter uma renda própria, em participar da gestão do estabelecimento rural, o que as casadas podem fazer, e de suceder os pais na atividade agrícola. Para elas, a alternativa mais atraente acaba sendo migrar para a cidade e investir nos estudos, para obter a renda própria:

“Eu tenho um pouco mais de liberdade para falar com meu pai, mas cada caso é um caso. Tem o exemplo de um menino lá da sala, que estava no grupo sobre associação familiar e os pais têm uma propriedade de fruticultura, ele foi fazer o manejo e o pai disse que estava errado, pois ele tinha feito a vida inteira dessa forma e não deixou mais o filho “por a mão”. Então, ele relatou sua angústia em ficar cinco anos em um curso e não poder ajudar o pai a estruturar a propriedade. Os pais não incentivam os filhos a ficarem na propriedade. Eu agora pretendo voltar e a maioria dos meus colegas que fazem agronomia e tem relação com a agricultura, dizem que pretendem voltar, contudo vamos ver na metade do curso que a maioria desiste de voltar, acaba encontrando uma empresa para trabalhar e vender veneno e que paga bem, logo os motivos para desistir são vários” (jovem agricultora rural).

“Pretendo continuar no campo na atividade leiteira, mas isso vai depender se meu irmão vai querer ficar também, pois a propriedade é pequena

para nós dois. Um deles já disse (tem dois irmãos) que não vai querer” (jovem agricultora familiar).

Embora a estrutura do meio rural tenha avançado bastante, com o acesso a internet, construção de estradas, lugares para lazer, ele é visto ainda, pelos jovens, como menos atraente que na cidade, principalmente na questão do trabalho:

“É uma série de fatores, por exemplo, os jovens vêm para a cidade, arrumam emprego, estão sempre arrumados e perfumados, vão para festas e utilizam como bem entender seu dinheiro. Na roça, você fica fedendo ‘bosta de porco’, estão sempre sujos, não tem internet, se tem é muito ruim, não tem sábado e nem domingo, precisam ficar pedindo dinheiro aos pais, que já estão idosos, mas não deixam ninguém ‘tocar’ a propriedade. Nós nos colocamos no lugar deles, eu, por exemplo, jovem com 24 anos, vou voltar para casa se não há espaço para mim lá? Meus pais são agricultores, aposentados, lá no Rio Grande do Sul. Na maioria das famílias não tem espaço (para trabalhar), e nas famílias que tem o trabalho é muito penoso” (engenheira agrônoma da cooperativa).

Desse modo, a jovem fica numa posição ainda mais difícil do que a mulher casada rural, não restando muitas opções que não sejam a migração ou o casamento com um jovem agricultor, caso queira permanecer no campo. A respeito dos programas, embora toda a família seja beneficiada e ainda que sejam frequentes afirmações de que “tanto faz” em nome de quem é feito o pagamento, há fortes indicativos de que é comum haver uma privação da mulher e, sobretudo das jovens, das decisões sobre o uso do dinheiro e que em muitos casos é muito importante para as mulheres que seu trabalho tivesse uma remuneração específica (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.172).

CONCLUSÕES

Esta dissertação teve o intercruzamento entre a sociologia rural, a teoria feminista e análise de políticas públicas. Como afirma Paulilo (2016b), o feminismo tem uma marca urbana muito forte e a sociologia rural esteve sempre pouco atenta para as raízes machistas que se escondem sob os conceitos de “família rural” e “trabalho familiar”.

Já a análise de políticas públicas, frequentemente trabalha com indicadores e parâmetros (que são sem dúvidas importantes, mas não autossuficientes). Assim, quando propus que a participação das agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar, fosse analisada por meio de suas experiências, sabia que a pesquisa “perderia” no sentido macro (isto é, sobre sua capacidade de ser generalizável), mas poderia ter um olhar mais próximo sobre como se dá essa participação no cotidiano das agricultoras.

A principal conclusão levantada nesta dissertação é que a participação das mulheres no PAA e PNAE, principalmente no que concerne à renda, está ligada à organização das unidades familiares. Na região sul do país, as famílias rurais são majoritariamente constituídas pelo casal (homem e mulher) e seus filhos, diferente, por exemplo, do Nordeste onde as mulheres assumem mais a chefia familiar, pelo fato de ser uma região historicamente exportadora de trabalho (Scott, 2007).

As experiências das agricultoras nas políticas públicas, não podem ser então pensadas fora de seu contexto familiar. Nesse sentido, percebi que ao acessarem o PAA e PNAE, elas não buscavam uma fonte de renda individual, mas percebiam esses programas como uma forma de aumentar a renda da família. A perspectiva teórica de Chayanov (1974) foi muito pertinente, quando ele fala que a renda continua sendo percebida pela família camponesa como um produto *indivisível*.

O trabalho é então uma categoria central no pensamento feminista. O trabalho remunerado foi considerado fundamental, pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico, como a sociedade mais ampla (Paulilo, 2016b). Mesmo que os alimentos fornecidos ao PAA e PNAE (frutas, legumes, verduras e produtos transformados artesanalmente, como bolachas, bolos, doces,

pães e etc.), sejam atribuição do trabalho feminino, as mulheres não acessam de forma equitativa a renda provinda deles.

Isso demonstra que não há uma correspondência direta entre a responsabilidade do trabalho e a renda advinda dele. Um dado interessante que pude observar, é que a conta bancária onde o dinheiro dos programas é depositado, não precisa ser conjunta, mesmo que homens e mulheres forneçam ao programa. As agricultoras que entrevistei, afirmaram que o dinheiro era depositado na conta corrente individual do marido (ou na dos pais se tratando das jovens). Assim, o acesso ao PAA e PNAE é uma consequência da possibilidade de incluir mais uma DAP para a comercialização, do que a busca por uma independência financeira.

Mesmo assumindo como pressuposto de que algum nível de renda é necessário à autonomia das mulheres, seria simplista afirmar que por as agricultoras não terem acesso à renda dos programas, elas são totalmente subordinadas aos homens. Se por um lado elas não estão experienciando maior autonomia financeira, por outro elas tem noção positiva da sua produção, sendo que algumas cogitaram deixar de participar do PAA por seu preço não ser vantajoso, isto é, por não valorizarem a produção (ainda mais dos orgânicos).

Outro aspecto importante foi como a aproximação de algumas agricultoras com os movimentos sociais, associações e cursos de formação, permitiram que elas valorizassem cada vez mais seu trabalho e entendessem as políticas públicas como fruto de suas lutas e não apenas como “mais um programa governamental”. Dessa forma, se a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, modifica sua inserção na família, provocando um efeito transformador (Paulilo, 2016b). Elas não são vítimas nem ingênuas, mas a implicação em movimentos sociais pode fornecer outras lentes de análise do mundo social, sobretudo os feministas como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que contribuiu enormemente para os avanços das mulheres.

Analisar a efetividade de uma política pública é evidente que envolve uma multiplicidade de fatores, embora alguns tenham mais impacto que outros, como a organização das unidades familiares neste *lôcus* de pesquisa. Contudo, vale ressaltar como o ambiente institucional pode impactar profundamente os programas governamentais, sobretudo aqueles voltados às mulheres.

Desde o golpe político de 2016 e agora com o governo de Jair Bolsonaro, a agricultura familiar perdeu espaço político. Vários são os exemplos: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA); a paralisação da reforma agrária; o abandono de políticas públicas como o próprio PAA, que sofreu cortes drásticos orçamentários; o Programa de Ater para a agricultura familiar, no qual organizações de mulheres conquistaram a meta de paridade no atendimento, teve como orçamento aprovado em 2018, valor correspondente a 30% do total de 2015.

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres, com dotação orçamentária específica para apoiar ações de inclusão produtiva, conta com pouco mais de 3,5 milhões para 2018, valor que representa aproximadamente 18% do orçamento aprovado em 2015 e, cujo chamamento público, foi todo alocado em ações de infraestrutura em parceria com os municípios (Hora, 2018, p.456). A luta das mulheres rurais nesse novo governo, mais do que a reivindicação por políticas públicas, é a luta pela própria sobrevivência. E, mais recentemente, a proposta de aumentar de 55 para 60 anos a idade de aposentadoria das mulheres agricultoras.

Ao avaliar o PAA e PNAE, percebemos que a renda é ainda um aspecto central que reforça desigualdades. A organização da família é ainda base da exclusão feminina (Teixeira *et al*, 2015 *apud* Paulilo, 2016b, p.257). Por outro lado, não podemos afirmar que as agricultoras são “desempoderadas” tomando apenas esse fato (que é fundamental, mas não único). O empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto, as pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias (Sanderbeng, 2006, p.4).

Por fim, as agricultoras demonstram que estão cada vez mais cientes do valor de sua produção e de como se torna mais vantajosa sua comercialização. E se não podemos analisar as suas experiências longe do contexto familiar, a questão é como as políticas públicas, conjuntamente com as organizações da agricultura familiar (como as cooperativas), podem pensar a democratização da participação das mulheres dentro da família rural. Isto é, dos processos decisórios que envolvam as atividades agrícolas, a divisão sexual do trabalho e também a divisão equitativa da renda entre homens, mulheres e jovens.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. ANPOCS, 1992.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: **Gênero e Geração em contextos rurais**. Parry Scott, Rosineide Cordeiro, Marilda Menezes (Organizadoras). Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2010. P.157-182.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política & Sociedade**, Vol. 15 - Edição Especial – p. 261-295, Florianópolis, 2016.

BARBOSA, T. L. **O processo de empoderamento da mulher rural e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE): O caso de Viçosa** – MG. 68f. Dissertação de Mestrado – UFV. Viçosa, 2017.

BECKER, C.; SACCO, F. A. (2015) São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Rev. Fac. Agron.** Vol. 114 (Núm. Esp. 1): 143-152.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 29/10/2018.

BRUMMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol.12 (1): 360, janeiro-abril/2004. P.205-227.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: nota sobre sua participação política e sua condição social de gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho 1994: 11-22.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques clássicos. Campo-Território: **Revista de Geografia Agraria**, v.4, n.8, p.52-66, ago. 2009.

CARNEIRO, M. G. R *et al.* Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar: O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2013. Pgs. 135-147.

CAVALCANTE, P. L. C.; CAMÕES, M. R. S.; KNOP, M. N. H. Burocracia de médio escalão nos setores governamentais: semelhanças e diferenças. In: Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Org. Pedro Luiz Costa Cavalcante e Gabriela Spanguero Lotta. Brasília: ENAP, 2015.

CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, 2016, Volume 15, Edição Especial. P. 49-79.

CUNHA, G. C. A economia solidária e os embates em torno dos sentidos do cooperativismo na construção recente de leis e políticas. **Revista Bahia Anál. Dados**, Salvador, Vol. 23, N. 01, p.173-228, jan.-mar. 2013.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R.J.S.F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 55, N. 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003. P. 100-153.

FARIA, N. Economia Feminista e a Agenda de Luta das mulheres no meio rural. In: **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de

Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto.
– Brasília: MDA, 2009. P. 13-28.

FERRARI, D. L. *et al.* Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual de perspectivas a partir do Estado de Santa Catarina, Brasil. In: Congresso Internacional Sistema Agroalimentares Localizados, 6, 2013, Florianópolis, SC, P.1-22, **Anais: Rede Sial**, 2013.

FILIPAK, A. **Políticas Públicas para as mulheres rurais no Brasil (2003-2015): Análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 270 f. Tese de Doutorado. UNESP – SP, 2017.

FLORENCE, A. Apresentação. In: **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai – RS**. 306 f. Dissertação de Mestrado – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

GERMINIANI, H.; LORETO, M. D. S. Mulheres rurais e trabalho: (Re) articulação dos marcadores sociais da diferença. I Seminário Nacional: Família e Políticas Públicas Sociais no Brasil, UFV, setembro, 2017. P.1-13.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P.155-180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P. 19-50.

_____. “Plantar para o gasto”: a importância do autoconsumo entre as famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, SOBER, Vol. 46, N. 02, p. 481-516. Abril/Junho 2008.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995. P. 7-41.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1993. P. 7-31.

HERÉDIA, B. M. A. A Morada da Vida – Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. 1979. Editora Paz e Terra, 164 pgs.

HERÉDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, N.8, p.1-28, jan./jun. 2006.

HIRATA, H. Gênero, Classe e Raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Tempo Social** [online], julho, 2014. P.61-73.

HORA, K.E.R. Ubuntu: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **Revista OKARA: Geografia em Debate**. Vol. 12. N.2. 2018. P.434-466.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na Ciência? **Cadernos Pagu** (27), julho/dezembro 2006. P. 13-34.

LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

LONG, N. *The Multiple Optic of Interface Analysis*. Background Paper on Interface Analysis. UNESCO, 1999.

LOPES, I. D. *et al.* A operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas estaduais de Passo Fundo – RS. Evento: XXII Jornada de Pesquisa, Unijuí, 16 p., 2017.

LOTTA, G. S.; PIRES, R; OLIVEIRA, V. E. *Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas*. In: CAVALCANTI, P. L.; LOTTA, G. S. Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: **ENAP**, 2015. P. 463-492.

MATTEI, L. O debate sobre a Reforma Agrária no Contexto Rural Brasileiro. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, 2016, Volume 15, Edição Especial. P. 234-360.

MARTINS, J. S. Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis, Vozes, 1986.

MEDEIROS, L. S. Lutas por Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P.339-359.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e Trabalho Rural 1993/2006. In: Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília: MDA, 2009. P. 31-122.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, 21 (Suplemento): p. 145-158, Julho/Agosto, 2008.

PACHECO, M. E. L. Apresentação. In: **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as mulheres e as pessoas**. Emma Siliprandi. Editora: UFRJ, 2015. 352 pgs.

PAULILO, M. I. Que Feminismo é esse que brota na horta? **Revista Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016a, P. 296-316.

_____. Mulheres Rurais: Quatro décadas de diálogo. Florianópolis, Editora UFSC, 2016b, 383 p.

_____. O peso do trabalho “leve”. **Revista Ciência Hoje**, N. 28, p. 1-7, 1987.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2013. P. 909-916.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L.S. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: Guilherme Delgado Costa e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas para o futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. P. 342-366.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: Maria Stela Grossi Porto (Org.). Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares. RJ: Relume Dumara, 1997. P. 25-39.

RAEDER, S. Ciclo de Políticas Públicas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. Vol. VII. Nº 13. P. 121-146. 2014

RENK, A.; BADALOTTI, R. M.; WINCKLER, S. Mudanças Socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: O Caso do campesinato Oeste Catarinense. . In: **Gênero e Geração em contextos rurais**. Parry Scott, Rosineide Cordeiro, Marilda Menezes (Organizadoras). Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2010. P. 367-390.

SARDENBERG, C. M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Repositório Institucional Universidade Federal da Bahia** (UFBA), 2007. P. 1-35.

_____. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. **Repositório Institucional Universidade Federal da Bahia** (UFBA), 2006. P. 1-12.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para as políticas públicas. In: Guilherme Delgado Costa e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas para o futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. P. 82-107.

SCOTT, J. “**Experiência**”. **Falas de Gênero**. Organização de Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999 P. 21-55.

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, Rosineide (Orgs). Mulheres em áreas rurais na região norte e nordeste do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto, 2007. P. 419-423.

SCOTT, R. P. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: **Gênero e Geração em contextos rurais**. Parry Scott, Rosineide Cordeiro, Marilda Menezes (Organizadoras). Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2010. P.15-36.

_____. Ruralidade e Mulheres Responsáveis por domicílio no Norte e Nordeste do Brasil. In: Rosineide Cordeiro e Parry Scott (Orgs.). Mulheres em áreas rurais na região norte e nordeste do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto, 2007. P.425-436.

SILIPRANDI, E. ; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos. In: **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 157-191.

_____. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais). P.153-191.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as mulheres e as pessoas. Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro. Editora: UFRJ, 2015. 352 pgs.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da ‘nova cidadania’: o programa Mulheres da Paz. **Revista Sociologia & Antropologia**, 2011, v.01.02. P. 147-164.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Vol. 42, p. 529-550, Rio de Janeiro, 2008.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P.181-200.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETTO A. As singularidades do Rural Brasileiro: Implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de Políticas Públicas. In: **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Carlos Miranda e Heithel Silva (Organizadores da Série). Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21). P. 413-464.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003. P. 42-61.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015. Vol. 52, Supl. 1, p. 25-44.